

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
NÍVEL DOUTORADO**

MARINA SEIBERT CEZAR

GÊNERO E MODA:

A construção da aparência na prática de *cross-dressing*

SÃO LEOPOLDO

2016

Marina Seibert Cezar

GÊNERO E MODA:

A construção da aparência na prática de *cross-dressing*

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Miriam Steffen Vieira

São Leopoldo

2016

C387g Cezar, Marina Seibert
Gênero e moda : a construção da aparência na
prática de cross-dressing / por Marina Seibert Cezar. –
2016.

186 f.: il. ; 30 cm.

Dissertação (doutorado) — Universidade do Vale do
Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais, São Leopoldo, RS, 2016.

“Orientadora: Prof.^a Dr.^a Miriam Steffen Vieira.”

1. Cross-dressing. 2. Convenções. 3. Gênero.
4. Moda. 5. Corpo. I. Título.

CDU: 391

Marina Seibert Cezar

GÊNERO E MODA:

A construção da aparência na prática de *cross-dressing*

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Aprovado em 26 de fevereiro de 2016

BANCA EXAMINADORA

José Rogério Lopes – UNISINOS

Laura Cecília Lopez – UNISINOS

Anna Paula Vencato – UNIMES

Henrique Alexander Grazi Keske – UNIVERSIDADE FEEVALE

(Orientadora) Miriam Steffen Vieira - UNISINOS

Dedico a todos que são fora do padrão.

Como eu, como você.

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos a quem sabiamente me direcionou a identificar um tema tão apaixonante e soube gerenciar meus devaneios, Prof.^a Dr.^a Miriam Steffen Vieira.

Aos professores da banca avaliadora na Qualificação e agora os da Defesa Final, pelo esforço incondicional da leitura em busca de melhores rumos.

A todas as interlocutoras que gentilmente compartilharam suas experiências pessoais, que por motivo de sigilo não posso nomeá-las.

Um carinho especial à Celeste Forte, professora da UniCV, pelos direcionamentos enquanto eu estive em Mindelo. E a todos que dela saíram amizades que permanecerão comigo.

Agradecimento especial a CAPES/AULP pela experiência inigualável ao me proporcionar uma imersão cultural e resgate de dados para enriquecimento na compreensão do pensar nesta pesquisa e outras perspectivas de estudos comparativos que se desmembrarão desta.

E a toda a equipe do PPGCS que tive contato durante o curso, pois graças as exigências intelectuais, me fizeram enxergar com mais clareza a complexidade do mundo.

“Pela corporeidade, o homem faz do mundo
a extensão de suas experiências”
(BRETON, 2010, p. 8).

RESUMO

Fundamentada pelo campo das ciências sociais, esta tese tem como tema de investigação, a relação entre gênero e moda, através da perspectiva orientada pela mídia sobre a transgeneridade. Instigada pelo lugar da aparência construída por meio do uso de signos estéticos, a inquietude teórica é estabelecida na noção do corpo em permanente negociação com modelos estabelecidos, conforme o sexo designado ao sujeito no seu nascimento. Este estudo objetiva investigar os princípios do sistema de moda inseridos nos estudos de gênero, o qual propõe criar um panorama da inserção do corpo e sua identidade relacional a partir das experiências vestimentares, estas, orientadas pelas instâncias da cultura material. A tese também focaliza se tais sujeitos dados como masculinos e que transitam nas dimensões de gênero pela estetização pessoal através de recursos de enfeites que são convencionados ao universo das mulheres, projetam um arquétipo feminino para a sua produção visual. Para tanto, parte-se de uma pesquisa exploratória, envolvendo uma revisão bibliográfica interdisciplinar para gerar pontos de conexões entre as principais áreas dos saberes: ciências sociais, estudos de gênero, antropologia do consumo e noções da estética; associada a uma busca em campo, na qual o universo empírico é constituído por transgêneros da associação *Brazilian Cross-dresser Club*, bem como, por interlocutoras que identificam-se pela prática, além do resgate de relatos das que expuseram suas experiências em biografias ou em redes sociais. Por meio desta investigação, tem-se como um dos principais resultados alcançados, a validação da importância dada à linguagem visual, quando exercida sob um ângulo de observação de discurso social dado pela categoria binária de gênero. Nesse espaço de expressão e negociação com o meio, a prática de *cross-dressing* redimensiona os efeitos sociais já que conduzem a imagem pessoal para uma nova hierarquia dentro das dimensões políticas, em um processo constante de luta pelo reconhecimento.

Palavras-chave: *Cross-dressing*. Convenções. Gênero. Moda. Corpo.

ABSTRACT

Grounded by the social sciences field, this thesis has as its investigation theme, the relation between gender and fashion, through the perspective guided by media regarding transgenderism. Instigated by the role of appearance build by the use of aesthetics signs, the theoretical restlessness is established on the notion of the body in a permanent bargain with the established models, according to the gender designated at birth. This study investigates the principles of the fashion system inserted in gender studies, which proposes to create a panorama of body and its relative identity from clothing experiences, and those, guided by the instances of material culture. The thesis also focus on if such subjects, labeled as masculine and that transit on the dimensions of gender through personal aesthetic choices that conventionally belong to women's universe, projects a feminine archetype for their visual production. Therefore, it starts from an exploratory research, encompassing an interdisciplinary bibliographic revision to generate the connection points between the main knowledge areas: social sciences, gender studies, consume anthropology and aesthetic notions; associated with a field research, on which the empirical universe is constituted by transgenders from the association Brazilian Cross-dresser Club, as well as by interlocutors that identify themselves through this practice, besides the collection of reports shared on biographies and social networks. Through this investigation, one of the main results achieved is the validation of the importance given to visual language, when exerted by an angle of observation of the social speech in which gender classification is binary. On this space of expression and negotiation with the environment, the practice of cross-dressing gives a new size to the social effects, since it takes the personal image to a new hierarchy within the political dimension, in a process of constant struggle for recognition.

Key-words: Cross-dressing. Conventions. Gender. Fashion. Body.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Quatro <i>frames</i> em sentido horário do vídeo Troca-Troca, de Daniel Toledo	28
Figura 2 – Gravura de um personagem representando o estilo Macaroni e um trabalho do porcelanista Franz Anton Busteli.....	53
Figura 3 – Chevalier d'Éon e suas facetas femininas.....	55
Figura 4 – Barbette se produzindo e em uma de suas performances.....	64
Figura 5 – Flávio de Carvalho e seus apelos artísticos ante a ditadura das tendências vindas do Hemisfério Norte.....	66
Figura 6 – Cenas em palco do Dzi Croquetes.....	67
Figura 7 – Capas de revistas internacionais com Andreja Pejic, com dizeres sobre quebras de barreiras de gênero	75
Figura 8 – Editorial com casais transgêneros para a Barneys New York: Edie Charles e May Simon; e a direita, Katie Hill e Arin Andrews	77
Figura 9 – Pintura de um Onnagata datada de 1799 e a direita outro registro, já do século XX	116
Figura 10 – Exemplos de <i>hijras</i>	122
Figura 11 – Entusiastas do espartilho masculino: Fakir Musafar e Mr. Pearl.....	129
Figura 12 – Lady Warhol	139
Figura 13 – Uso de estigmas como reivindicação de visibilidade.....	160
Figura 14 – Captura de telas dos filmes Call her Savage e Morocco, respectivamente	167

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABRAT	Associação Brasileira de Transgêneros
BCC	<i>Brazilian Cross-dresser Club</i>
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal
CRS	Cirurgia de redesignação sexual
FASM	Faculdade Santa Marcelina
FIT	<i>Fashion Institute of Technology</i>
HBIGDA	<i>Harry Benjamin International Gender Dysphoria Association</i>
LGBTTT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
MAM	Museu de Arte Moderna
MEC	Ministério da Educação
PPGCS	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
SICAPES	Sistema Integrado CAPES
SUS	Sistema Único de Saúde
UNICV	Universidade de Cabo Verde
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 DIMENSÕES SOCIAIS DA MODA	22
2.1 O VESTUÁRIO E SEUS SIGNOS.....	26
2.2 IDENTIDADE ATRAVESSADA PELO CONSUMO	33
3 O GÊNERO NA HISTÓRIA DA MODA.....	45
3.1 DO SÉCULO XIV ATÉ AS TENDÊNCIAS DE HOJE	50
4 CONSTRUÇÃO DA APARÊNCIA	79
4.1 CORPO ADESTRADO	83
4.2 FAZENDO O GÊNERO – A FABRICAÇÃO DO FEMININO.....	88
4.3 APROPRIAÇÃO DO PRÓPRIO CORPO	102
5 CONVENÇÕES DE GÊNERO	106
5.1 PARA ALÉM: LEITURAS ANTROPOLÓGICAS.....	115
5.2 RELAÇÃO DE PODER.....	122
5.3 IDENTIDADES PERIFÉRICAS E DIREITOS	130
5.4 PADRÕES DE CORPOS PELA CULTURA DE MASSA.....	161
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	173
REFERÊNCIAS.....	178
ANEXO A – PESSOAS QUE MENOS GOSTA DE ENCONTRAR	189

1 INTRODUÇÃO

A presente investigação tem como proposição maior, refletir sobre a utilização das ferramentas comunicacionais do sistema de moda pelas *cross-dressers*, possibilitando a expressão visual dentro de um espaço social, dentre elas, a desestabilidade das convenções de gênero. Dessa forma, a pesquisa em questão teoriza a noção de travestimento e as apresentações da prática dadas pela mídia, em que as praticantes do sexo atribuído no nascimento como masculino se apropriam de adereços considerados tradicionalmente pertinentes ao universo feminino, resultando em um importante elemento de expressão. Comparativamente ao termo travesti, popularmente a expressão *cross-dresser* ocupa um significado menos atrelado à sexualidade e mais ligado à interferência da aparência pessoal, bem como, atribui a elementos visuais sua própria agência de significados nos signos do gênero. Atrelado a tal pensamento, forma uma cadeia de raciocínio sobre a pessoa que modifica sua imagem e passa a encontrar ressonância na esfera subjetiva, mais do que na fisiológica, em que a estrutura corpórea se transforma em uma negociação com o meio. Assunto público, esse corpo transgressor é impresso em um campo de disputa atravessado pela dominação masculina que se estabelece pela via da heterossexualidade compulsória.

Para esta pesquisa, a palavra convenção é conceituada a partir dos saberes de Hoggart (1973, p. 163), que define como “[...] o que permite a relação da experiência com os arquétipos”. Na perspectiva de uma cultura fetichizada, tem-se nos produtos, o imaginário coletivo da sua concretude. E para a expressão *cross-dressing*, que em tradução livre apresenta *cross* como ‘atravessar’, ‘misturar’, ‘cruzar’, e *dressing* no sentido de ‘vestir-se’, ‘roupa’, ‘revestimento’, propõe o conceito de trocas nas convenções do trajar, dirigidas a identidade de gênero. Tal nomenclatura encontra eco na singularidade desta pesquisa ao apresentar um significado mais amplo, logo, se mantém estrangeira, pois a sua tradução ao português não representaria todo o conceito sobre a prática do travestimento. De suma importância, é adotada como autotranscrição pelas interlocutoras e, igualmente, tensionadas por elas. Desse modo, vê-se como uma palavra de identificação que é relacionada com lutas por reconhecimento, e então, é aqui utilizada desde esta perspectiva conceitual identificada em campo. Ademais, tem-se

como escolha, a escrita da palavra com o uso do hífen, tal qual: *cross-dressing*, para evidenciar o processo de transição, e não apenas a prática.

No âmbito popular brasileiro, quem auxiliou nessa compreensão foi a cartunista Laerte Coutinho, que desde 2009 expõe seu gosto pelo uso de roupas femininas. Uma das precursoras sobre tal exposição na esfera pública, atualmente, é uma pessoa que se identifica com identidade feminina, apesar de negar qualquer apoio a rótulos. Em entrevista a um programa de televisão (GABI, 2012), a apresentadora a chamou de *cross-dresser* e ela aceitou de bom grado, embora ainda tenha se colocado como um transgênero, que segundo a própria, transita nas fronteiras do feminino e do masculino, questionando alguns aspectos culturais ao confrontar as convenções de gênero. Sua facilidade em permear por vários ambientes e de ser respeitada como profissional faz com que ela seja uma referência no meio, e despretensiosamente provoque pela transgeneridade, uma forma de atuação como cidadã, quando desestabiliza a rigidez das identidades tabuladas.

Laerte procura traduzir o *cross-dressing* como uma necessidade de vivenciar códigos femininos. Honesta em relação a seus sentimentos e sem a preocupação de precisar explicar aos demais quando não é questionada nas entrevistas, ela coloca que não estava disposta a arquitetar uma blindagem para essa vontade. Para muitas entrevistadas e estudiosos analisados, ela foi a responsável maior no quadro brasileiro, a retirar do gueto e pôr em pauta essa questão com bastante naturalidade diante da grande massa, já que sua credibilidade como pessoa pública, sua eloquência e seu profissionalismo oportunizaram esse trânsito. Nas pesquisas *in loco*, seu nome foi muito ressaltado como exemplo a seguir. Embora em um dos encontros estabelecidos para esta tese, uma praticante que tinha vindo de São Paulo e que estava de passagem em Porto Alegre, conhece Laerte pessoalmente e, colocou que na sua visão, toda a atividade profissional desta ficou em segundo plano, já que dificilmente a chamam para falar somente de seu trabalho, mas sim, sobre o rumo de sua expressão estética e sexual (DIÁRIO DE CAMPO, 13/05/2015).

Vale ressaltar que esta pesquisa não possui o intuito de categorizar um parecer sobre a essência do sujeito pela sua exterioridade. Diante do que será apresentado, encarrega-se antes, de evidenciar alguns marcadores estéticos no domínio da roupagem, que possibilitem recriar a própria imagem e, dessa agência, proporcionar novas relações sociais. Aqui, debruça-se o olhar curioso e científico

sobre o contexto motivacional focalizando-o sobre a importância da representação física sob a perspectiva do uso da aparência como uma forma de comunicação de ordem discursiva. Mais do que trazer respostas, a proposta maior é gerar inquietudes e repensar a limitação da concepção de gênero baseada na genitália. E mais: visa questionar como, por meio do trânsito identitário, a customização corporal pode manifestar-se e interferir na relação entre sujeitos. O entusiasmo por estudar essas práticas discursivas que orientarão as análises está justamente na falta de normatização desta experiência, já que esta se encontra regida, principalmente, pelo processo de negociação com a vestimenta. Por excelência, o desafio desta investigação está no recorte sobre estabelecer o papel da roupa e seus artifícios estéticos na construção das dimensões de identidade de gênero em homens praticantes do *cross-dressing*. Esse ineditismo também se desdobra na dinâmica das comunicações visuais.

A justificativa da escolha das abordagens no que tange à adoção visual do gênero feminino e toda esta concepção da experiência pelo viés da moda – campo ainda incipiente¹ e tão carente de articulações – é justamente realizado na intenção de contribuir, pois são ainda escassas nas pesquisas nacionais. Vale colocar que, atualmente, os meios eletrônicos facilitam a compreensão de massa sobre assuntos que transitam nos estudos de gênero. Esta pesquisa doutoral quer potencializar isso, trazendo como tema o corpo na esfera de disputas e visto como uma materialização de relevância política que rompe com o juízo dominante, o qual entende que a estrutura corporal deva seguir o seu destino anatômico.

Disso, o estudo que se desenvolve é feito sempre pontuando que os possíveis leitores podem vir de variados campos do saber. Em vista disso, as áreas de conhecimento são ancoradas por campos diferentes, e ao longo desta leitura, será propositalmente visível a tentativa de diálogo entre diferentes bibliografias, para incitar algumas aproximações e, para com isso, interpor uma visão interdisciplinar no sentido de articular diferentes linhas de pensamento. Uma das principais características de uma pesquisa exploratória é justamente a familiarização com as abordagens e oportunizar a aptidão para construir novas hipóteses. Parte disso

¹ O primeiro curso superior em moda autorizado pelo Ministério da Educação foi na Faculdade Santa Marcelina – FASM em São Paulo, com legislação de abertura em 14/08/1974 e iniciado somente no final da década de oitenta (MEC, 2013).

nasce pela urgência do descolamento do senso comum estudado, a respeito do reducionismo da moda como uma disciplina prática.

Também, o modo de escrita desta pesquisa é residual da própria abordagem teórica da moda: apropria-se de diversas outras áreas de pesquisa das quais se sustenta, uma vez que esta nem mesmo existe como Área de Avaliação no Sistema Integrado de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal – SICAPES (2015). A moda como área de estudo tem a sua dinâmica própria, é autêntica, questionadora e lida sempre com a atualidade. Além disso, os que a estudam possuem esse perfil. Diante disso, esta proposta foi a maneira encontrada para trazer a cientificidade imprescindível ao trabalho, sem deixar de lado demais características já mencionadas. Assim, atrelar-se às ciências sociais significa ampliar o campo das experiências, permitindo discussões contemporâneas entre gênero, identidade, cultura, estética, antropologia do consumo e, enfim, remete a uma pluralidade complexa. Tudo isso é relacionado ao uso da roupa como uma interlocutora que questiona as convenções de gênero.

Dito isso, algumas questões mostram-se norteadoras dos pressupostos teóricos. Adota-se a pergunta balizadora sobre como se dá a utilização dos ornamentos corporais pelas pessoas transgêneras e sobre até que ponto esse uso interfere nas dimensões de identidade de gênero. Outra ponderação para a problematização a se acrescentar remete aos conflitos que a *cross-dresser* tenciona, levando em conta as expectativas sexuais ensinadas no espaço cultural.

Têm-se algumas formulações de hipóteses a serem confrontadas, dentre as quais, a principal é questionar se a utilização de determinados elementos dados pelo sistema de moda pelas praticantes visa a uma aproximação do que estas consideram como a representação da figura da mulher. Opta-se por recursos estéticos como estratégias para talvez afinar esse processo de identidade, na busca de algum reconhecimento que ultrapasse os atributos biológicos. Tudo permite supor que o desejo de ‘ser’ é muito mais do que ‘ter’, ou seja, os objetos tratados como de uso feminino são desejados pelas *cross-dressers*, mas não pela sua funcionalidade. Antes de tudo, pelo aspecto simbólico que auxilia na legitimação do ‘ser mulher’. O consumo, desta forma, transforma-se em evidências de legitimação sociais e, nesse debate, o ato de travestir sugere uma mudança não só externa, mas também interna, a saber, no autoconhecimento. Outro ponto de partida dedutivo é questionar se elas invariavelmente lidam com tensões por decorrência da aparência criada, já

que provoca a noção de um corpo inteligível. Disso, parece nascer um grande dilema pessoal, pois na condição de mulher, elas se sentem moralmente mais satisfeitas, porém rejeitadas no âmbito público. Já na figura de homem, estão frustrados com sua imagem, porém são aceitos na sociedade. É somente com seus pares que há de fato um espaço de conforto, no qual a busca pelo reconhecimento transcende qualquer valor. Há com isso, um confronto para pensar de que maneira esse funcionamento ocorre quando essa pessoa está em desacordo com sua concepção sexual fisiológica.

Como últimas suposições que servirão de guia e que ainda serão submetidas à verificação, o ato de 'se montar', conforme o termo êmico para significar quando a pessoa está produzida com elementos ornamentais do sexo considerado o seu oposto pela concepção binária, garante a encenação simbólica de uma *persona*, que será sempre diferente dos atributos biológicos. Mesmo podendo não ser permanentes e públicos, os recursos visuais femininos são trazidos para a anatomia que demarca, mas rompe com a diferença sexual pelo binarismo. De mesmo modo, são transferidos os estigmas. Sendo assim, a prática pode servir como ponto de conexão entre a aparência, o vestuário, a identidade de gênero, o desejo, a sexualidade, o corpo e as demais dimensões do indivíduo, possibilitando uma eficácia simbólica de pertencimento.

Na linha de abordagem, o objetivo geral é analisar o modo de adoção desses elementos estéticos pelas *cross-dressers* nas suas dimensões de identidade de gênero por meio da construção da imagem pessoal. Dessa essência teórica, desmembram-se nos objetivos específicos para então, trilhar uma espinha dorsal de pesquisa. Um deles é fazer um levantamento histórico, articulando as dinâmicas da moda pelo campo do gênero, para assim, compreender os significados das construções identitárias pela perspectiva trans. Ainda, objetiva identificar o lugar que o vestuário ocupa nessa prática, e reconhecer como o corpo se torna o principal interlocutor desse diálogo. Por fim, pretende-se analisar as tensões e rupturas sociais advindas dessa experiência identitária, fundamentadas por convenções impostas pelo binarismo sexual e esclarecer quais são suas representatividades na esfera pública e privada.

Partindo dessas interrogações sobre o gerenciamento das ornamentações como evidências que vão interferir nas relações sociais, é que se inicia a revisão teórica. No plano convencional, há uma variedade de eonismos compreendida nos

estudos de gênero, entretanto nem todas serão trazidas para este projeto doutoral por uma questão de recorte da pesquisa. No intuito de evitar certas exotizações no uso de nomenclaturas não consensuais, opta-se por não pré-delimitar fronteiras, mas por expor algumas articulações e esclarecer a relação de poder que construirão os aspectos que constituem as categorias. Logo, a estrutura dos capítulos é dividida pelos conceitos norteadores. Cada subdivisão mostra os pilares da problematização, conforme seus objetivos. Assim, nos pressupostos teóricos, as etapas a serem seguidas levam em consideração um planejamento estratégico metodológico que possa atingir as etapas básicas para responder ao problema. É por este percurso científico que segue a investigação, visando uma sequência lógica e ágil de operacionalização. Portanto, ao elaborar os pilares básicos sobre a moda pelo viés da visualidade corporal, com as práticas sociais e os estudos de gênero, vê-se necessário proporcionar quatro capítulos de premissas teóricas, além da Introdução e das Considerações Finais. Todos eles indicam os principais caminhos de estudo para então incorporar subseções teóricas. Para um melhor aprofundamento na questão da sistematização do conteúdo, decidiu-se elaborar uma seção secundária, sendo adotada a numeração progressiva, ou seja, há alguns capítulos segmentados em subcapítulos, discriminando cada um dos fragmentos analisados.

Assim, vê-se relevante, em primeira instância, fundamentar a moda e suas subjetividades como um sistema complexo, no qual a roupa se situa como uma das fontes principais de expressão do indivíduo. Em nome de um nivelamento de conceitos, o primeiro bloco de conteúdo visa pontuar a dimensão do sistema de moda pelas narrativas visuais e pela lógica do consumo como produto dessa engrenagem identitária. Ainda nesse espaço, pretende que a indumentária seja entendida mediante diferentes significados, graças às perspectivas de uso. A partir de uma breve contextualização histórica, o terceiro capítulo enfoca o local da moda na construção das dimensões identitárias de gênero. Para tanto, faz-se necessário expor algumas concepções básicas sobre o segmento, objetivando elucidar que tipo de articulação é proposta no terreno das ciências sociais graças à trajetória no modo de trajar os gêneros. O propósito disso é dar passagem para o seguinte capítulo que relata as possibilidades de interferências visuais e a produção da imagem como forma de ritual ensinado. Entende-se assim, a constituição da estética pessoal no contexto da fluidez que traz um olhar sobre a dinâmica da constituição do sujeito.

Na sequência, este trabalho oferece com o conjunto de perspectivas que se articula com os saberes anteriores, a apresentação do *cross-dressing* como uma possibilidade de questionar as convenções de gênero ao utilizar adereços femininos em busca de um repertório estético ritualizado que qualificará uma existência desejada. Problematiza-se um espaço onde o homem, pelo determinismo biológico, adota em contradição, elementos do vestuário feminino como uma forma de expressão visual que vai produzir interferência nas suas conexões sociais. Essa discussão perpassa algumas dicotomias, como o corpo anatômico e o simbólico, o público e o privado e as demais instabilidades fornecidas pelo controle repressivo. E, como deve ser, a tese se encerra com as Considerações Finais, retomando e avaliando as principais discussões estabelecidas anteriormente.

Para o desenvolvimento deste estudo, algumas diretrizes devem ser destacadas: a base de sustentação focaliza os pilares ciências sociais (comportamento e relações sociais), estudo de gênero (identidade de gênero e prática do travestimento) e moda (linguagem visual e consumo de signos). Do ponto de vista dos objetivos demonstrados, a metodologia adotada pauta-se por uma pesquisa exploratória que conta com uma revisão bibliográfica multidisciplinar, com referenciais teóricos das principais áreas de conhecimento citadas. Além disso, há as ramificações complementares que possibilitam uma reflexão sobre o uso de elementos visuais sobre o corpo e acerca de como que essa prática pode ser vista como um fenômeno societal.

Há de se levar em consideração as possíveis limitações deste percurso metodológico. Por este motivo, para responder às problematizações apresentadas, somam-se os procedimentos técnicos que consistem na pesquisa bibliográfica, prioritariamente a partir de obras, teses, artigos científicos, revistas e filmes, com a observação participante. O planejamento dos métodos definidos nesta realização corrobora o desenvolvimento de uma pesquisa em curso que é qualitativa, de orientação etnográfica, com coleta e análise de dados decorrentes da abordagem dos fenômenos sociais. A técnica é sustentada por dois roteiros (um de observação e outro de entrevistas), registros e análises das informações. O conteúdo teórico auxilia na possibilidade aplicativa, permitindo desenvolver estratégias para as análises dos dados levantados. (PRODANOV; FREITAS, 2013). Esse conjunto de ferramentas metodológicas garante a interação com os membros que correspondem ao seu objeto de estudo, por meio de um plano de entrevistas com perguntas

abertas e não estruturadas, sem tabulação para que os assuntos sejam trazidos à tona conforme o interesse das respondentes, pressupostos do próprio método. Este método conta com o auxílio de um Diário de Campo, no qual são registrados conceitos chave durante as conversas, e assim que surge a possibilidade, de imediato ocorre a transcrição literal para arquivos digitais. Em concomitância com as leituras, os relatos são confrontados com pesquisa de autores estudados e postos nesta pesquisa sem tomá-los como verdades absolutas, mas sim, para agregar na forma de exemplos, as opções teóricas.

Tem-se clara a escolha do campo de análise, ao se delimitar pessoas na orientação sexual de quem foi dado como masculino ao nascimento pelo seu órgão genital, mas categoricamente sente-se pertencente ao gênero feminino. A título de organização metodológica, será abordada somente esta via de interpretação de categoria, deixando de lado o outro caminho: as nascidas com o gene feminino, mas cuja identidade de gênero se assume como masculina.

As oportunidades de incursões foram feitas inicialmente graças ao endereço eletrônico do *Brazilian Cross-dresser Club* – BCC, no qual o primeiro contato geral foi encaminhado para a representante do Rio Grande do Sul. De todos os contatos virtuais, somente sete ocasionaram efetivamente uma entrevista pessoal. Essas entrevistas foram sendo aprofundadas no decorrer do período da tese. As interlocutoras têm idades entre 35 e 58², com ocupações profissionais e hábitos de consumo pertencem prioritariamente à classe B. Os encontros presenciais são referentes às datas de 09/11/2012, quando ocorreu o primeiro encontro e 13/05/2015, quando aconteceu o último, todos realizados na cidade de Porto Alegre/RS, com associadas ou não do mesmo clube, mas sempre praticantes, o que oportunizou uma interessante troca de experiências. No decorrer dos resgates dos relatos, optou-se por não revelar nomes de registro ou mesmo sociais, nem fotos, por uma questão ética e para sugerir uma condição mais propícia de confiança. Pelo mesmo motivo, não houve o uso de gravador, na intenção de não intimidá-las ou de incitá-las a utilizar uma fala decorada e com filtros.

Dessas interlocuções pessoais, apenas uma não corresponde ao BCC. Ela é transexual e aluna da universidade na qual a autora desta investigação leciona. Ela é também líder de um coletivo local sobre transexualidade, que tem como área de

² Idades referentes ao ano de 2016.

atuação lidar com as principais frentes do tema e encaminha as usuárias para as devidas orientações, sejam elas jurídicas ou sociais. A ativista em questão é bastante ativa na causa e diz proporcionar todo o tipo de suporte às transexuais (DIÁRIO DE CAMPO, 05/07/2013).

Todos os momentos de encontro foram agregadores, pois até as conversas que *a priori* fugiam completamente do escopo das perguntas, serviram para reflexão sobre um plano mais macro, para compreender o cotidiano. Tem-se em mente uma pesquisa qualitativa de orientação etnográfica “[...] enfatiza evidências observacionais detalhadas” (YIN, 2011, p. 30), nas quais esses pormenores podem transcender as respostas orais. O recorte focaliza também os gestos, a aparência e outras sutilezas que merecem atenção. Essa questão ocorreu também na manutenção do fórum *online* das associadas, no qual há todo o tipo de conversa. Também por esse motivo, as entrevistas realizadas tornaram-se um material confidencial e assim, não serão disponibilizadas na íntegra.

Além disso, foi também no campo que se confirmou a decisão pelo uso do pronome feminino. A adoção das designações de gênero autoatribuída pelas interlocutoras seria um sinal de respeito, ao passo que unanimemente, é utilizada essa conjugação entre elas. O contrário é entendido como uma ofensa propositada – mesmo sentimento descrito por Kulick (2008) durante a sua imersão. Em um plano linguístico, as praticantes fisiologicamente demarcadas ao nascimento com o sexo masculino, representaria uma contradição nas regras textuais. Todavia pela lógica do trabalho, situa-se como um termo êmico, também porque o tema lida com a aparência construída, indiferente inclusive, da orientação sexual.

Com este instrumento de dados primários, os autores teóricos escolhidos vêm ao encontro de interlocuções com as principais áreas. Somadas a isso, houve algumas indicações de leituras elencadas durante as entrevistas, por meio de sugestões nos *sites* de grupos específicos, ou ainda, graças às divulgações de *links* sobre notícias e/ou fotos do meio. Em especial, foi realizado acompanhamento das atividades sugeridas na página pessoal de Norrie mAy Welby na mídia Facebook³, considera a primeira pessoa no mundo a ser registrada legalmente como sem sexo definido.

³ Disponível em www.facebook.com/faggyfaghag

Como acréscimo, esta pesquisa também segue os métodos de Bourdieu (2003), quando postula que o investigador deve permitir se colocar em um real cenário de problematização, onde na escuta orientada, tudo deve ser compreendido como um sinônimo de novidade para identificar e manter o encantamento científico. Nessa mesma linha de raciocínio, é importante a conscientização de variáveis que exigem flexibilidade por um motivo simples: este projeto tem como objeto de estudo, pessoas. E é também por isso, que Prodanov e Freitas (2013, p. 80) atentam para o fato de que, “[...] à medida que a ação acontece, descobrimos novos problemas antes não pensados, cuja análise e consequente resolução também sofrem modificações, dado o nível maior de experiência [...]”. O convívio real reforça um dos pontos interessante deste tipo de verificação, que traz a surpresa de certos dados, não somente as respostas de perguntas já preestabelecidas.

Como contribuição à teorização, opta-se pelo emprego de materiais visuais. Ao longo do desenvolvimento, o texto conta com o apoio de algumas imagens a fim de elucidar a abordagem apresentada. Ainda, vale explicar o uso de figuras em uma tese pelo motivo de que o próprio tema evidencia a visualidade, esta que está invariavelmente ativada como pilar fundante da investigação proposta. E assim como as figuras disponíveis podem ser vistas como um veículo de significação, Loizos (2003, p. 138) também defende que os filmes devem ser percebidos como documentos de pesquisa, já que são traços do complexo conjunto de acontecimentos reais, onde “o mundo em que vivemos é crescentemente influenciado pelos meios de comunicação [...] o visual e a mídia desempenham papéis importantes na vida social [...] não podem ser ignorados”, alerta. Apoiado nessa observação, tem-se como fechamento do trabalho, a adoção de um meio audiovisual pré-existente com comentários focais, sobre a percepção de alguns filmes de Hollywood compilados em um documentário, que retrata uma possibilidade de influência massificadora sobre os padrões de corpos. Ambos os recursos visuais aqui escolhidos, servem para dar aporte para uma melhor comunicação ao escrito.

Convergindo com os princípios da Linha de Pesquisa Identidade e Sociabilidade do programa de pós-graduação em Ciências Sociais da Unisinos, vê-se nesta pesquisa, uma possibilidade de intercambiar universos vistos inicialmente de forma tão distantes. Na realidade, tais universos são bastante próximos, já que um se utiliza do outro para manifestar-se como um discurso narrativo visual. Espera-se então, construir saberes e desta forma, enriquecer as possibilidades de estudos

no meio acadêmico, tanto no âmbito da moda quanto no das ciências sociais, uma vez que se propõe transportar teorias entre elas. Além disso, as reflexões alimentarão a construção multidisciplinar teórica por meio de uma inserção abrangente, possibilitando ampliar ainda mais as discussões, já que podem se relacionar a outras áreas do conhecimento.

2 DIMENSÕES SOCIAIS DA MODA

Para dar início à reflexão proposta, é primordial colocar em pauta a compreensão sobre o termo moda. Muito mais do que meros produtos de estética passageira, a esfera desse termo contempla uma forma de comunicação cultural. A partir do momento em que ela passa a ser vista como um manifesto de expressão, então, torna-se um campo fértil para negociação entre os sujeitos inseridos em um contexto social. Considerando que a palavra vem do latim *modus*, que significa em linhas gerais, modos de fazer, essa conotação sugere uma amplitude nos estudos sobre o entendimento do sujeito e suas relações sociais. Carregada de simbolismo, trata-se de um conceito amplo e de inúmeras vertentes que por fim, define uma multiplicidade de existências. Ao resgatar o amplo e escorregadio significado dessa palavra, o desafio é trabalhá-la no seu sentido discursivo de expressão maior, que traduz um fenômeno social de mudanças temporais na maneira do trajar sob a influência do meio. Identificada no final da Idade Média, pode-se dizer que, antes dessa época, era a simplificação da indumentária como sinônimo de um elemento utilitário, sem alterações cíclicas coletivas, lideradas conforme os gostos vigentes da nobreza como um princípio a ser seguido.

Nesse âmbito de discussão, Santaella (2004, p. 115) sintetiza: “Poucos fenômenos exibem, tanto quanto a moda, o entrelaçamento indissolúvel das esferas do econômico, social, cultural, organizacional, técnico e estético”. A semioticista é uma das poucas que reluta em mostrá-la como um complexo fenômeno passível de transitar nas áreas de estudo das ciências sociais. Para tanto, conta com o viés da arte, os atributos de classe e as separações de sexo. A autora sugere que nenhuma outra experiência pode ser mais eficaz para servir de testemunho das vontades, e que desperta ao mesmo tempo, fascínio e alienação. Filha preferida do capitalismo, para ela, a moda transfere uma estreita e invariável relação com a aparência, já que ela é um traço permanente e sempre remodelada pela cultura. Instrumento de integração, ela também antecipa uma série de narrativas advinda de um conjunto entrelaçado pela lógica do impulso, direcionando os requisitos corporais de uma época e de um local. Nesse fluxo subversivo de superação da manutenção do desejo, o importante é a recusa o antigo para dar passagem ao que é mais novo e, conseqüentemente, ao melhor. Os princípios de renovação permanente têm bases em especial, nas classes sociais, ocorrendo um ciclo nervoso e incessante de

criação, imitação e renovação toda vez em que há a perda da posição privilegiada pelos objetos de distinções. A moda nasceu desse propósito e até hoje não se desvinculou por completo dessa estrutura. Nesse sentido, ela trabalha nos dois âmbitos, tanto para evidenciar as diferenciações quanto para negá-las; além disso, esses sinais de envolvimento podem se dar pelos códigos indumentários.

Ao desvincular essa ideia da moda de um único significado replicado no consenso geral, restrito à banalidade de estilos efêmeros de consumo, e ao compreendê-la de forma mais ampla como um manifesto social, é possível perceber então, que assume distintas formas de expressão. Assim, conquista o poder subjetivo de se afirmar em inúmeros espaços onde opera a visualidade e ainda transita com propriedade e sem barreiras nessas variáveis. É a forma mais visível de consumo e talvez por isso, seja a forma que mais fielmente reproduz as condições de pertencimento do sujeito. Ciclo constante de transitoriedade de gostos para garantir a diferenciação na vida urbana, a moda concede a maior produção simbólica que pode expressar na relação sujeito-objeto.

Vale refletir por que a moda é ainda pouco explorada nas áreas humanas, já que ela é um complexo acontecimento que exhibe os sentimentos identitários dos sujeitos inseridos em uma sociedade. Algo tão própria da cultura e, ao mesmo tempo, tão martirizada como sinônimo de frivolidade – embora talvez o cerne da questão esteja exatamente aqui. O excesso de familiarização dificulta enxergar sua potencial significância, pois “[...] ela é tão integrante do nosso cotidiano que acabamos por não mais pensar nela, e, em todo caso, por não pensar em fazer dela a esfera de uma reflexão filosófica, sociológica ou psicológica de qualquer amplitude” sugere Monneyron (2007, p. 12). Assim como parece estar intrínseca no cotidiano de uma forma ou de outra, ainda é pouco distinguida como uma área digna de profundos estudos. Além do mais, também é popularmente posta como uma dinâmica que somente alguns têm a permissão de participar, mobilizando os que estariam de fora dessa concepção como um elemento de discurso arbitrário.

Na tentativa de defender a importância da moda no campo da sociologia, mesmo que nem sempre esta relação seja objetiva, Erner (2005, p. 15) chega a ironizar:

Os sociólogos são pessoas sérias; não têm tempo para seguir a moda [...] Por vezes, o mundo da moda ignora a sociologia [...] Portanto, o universo de Zara e de Chanel raramente é explorado pelos sociólogos. Todavia, a moda

é um objeto perfeitamente legítimo para a disciplina que tem por tarefa entender o social.

Ele expõe três alicerces básicos para tal engrenagem mover-se: arbitrariedade, distinção e imitação. Produto de um imaginário que transfigura um objeto, a moda opera os julgamentos de valores de maneira complexa. É um mecanismo de negociação bastante único, que não se utiliza a palavra falada, já que tem base em fatos, e como seu pressuposto, reflete os acontecimentos vigentes em mercadorias. Ao mesmo tempo, a lógica de antecipações de desejos sobre escolhas ainda faz um consumidor ter como sua melhor justificativa para mais uma nova aquisição o 'porque sim' ou 'porque eu mereço'. Como um dos princípios da sociedade moderna é a autonomia, o sujeito situa-se perante os demais por meio de sua aparência. Assim como é libertador, o autor acredita que a responsabilidade da autoimagem como prolongamento da identidade mostra-se um grande peso na definição deliberada de estilo de vida de cada um.

Em face disso, Svendsen (2010) dá uma particular atenção à emergência do conceito de moda ser entendido, por definição, como objeto de investigação. Mas não raro, a simples conexão dela com a cientificidade já soa estranha para muitos, garante. Arena de reinvenções que brinca com a lógica da conformidade versus individualidade, a proposta é supor que a moda e seus elementos de suporte transcendem objetos os quais são sobrepostos na pele para as três principais finalidades: proteção, enfeite e pudor. É sim, ferramenta pela qual as pessoas deixam-se manipular na aparência, de acordo com as circunstâncias. Além disso, possui o poder de compilar e transmitir saberes de um determinado tempo e espaço.

Visto isso, não é demais asseverar que a moda é um sistema que reflete o entendimento de mundo e que testemunha a passagem humana na história, retratando comportamentos de uma época. Ela auxilia a compreensão da própria trajetória do ser humano, pois acompanha e condensa as sensibilidades da cultura. Então,

[...] em vez de limitarmos nosso olhar à esfera das roupas, considerarmos que esse fenômeno invade os limites de todas as outras áreas do consumo e pensarmos que sua lógica também penetra a arte, a política e a ciência, fica claro que estamos falando sobre algo que reside praticamente no centro do mundo moderno (SVENDSEN, 2010, p. 10).

Especialmente por se tratar de um princípio de fácil deslocamento e universalmente praticado, é um fenômeno que consegue transitar livremente nos mais variados lugares, já que tem passagem livre e assume distintas formas de manifestos.

Sobre isso, alguns nomes foram essenciais para iniciar o despertar dessa compreensão científica. Um deles foi o de Gilda de Melo e Souza (1987), considerada a precursora nacional a historicizar a moda e divulgá-la como uma forte linguagem abstrata. Seu ensaio sociológico foi fundante para disseminar no âmbito brasileiro, uma nova forma de enxergar a moda como um campo do saber nas teorias, perpassando pelas frivolidades femininas. Ela se especializou nas distinções das classes sociais do século XIX por meio de seu entendimento sobre a elaboração de competição social e sexual. Resultado de sua tese 'A moda no século XIX: ensaio de sociologia estética' defendida em 1950 na Universidade de São Paulo – USP, pelo curso de Filosofia, Ciências e Letras e orientado pelo professor Roger Bastide, foi necessário que ela esperasse mais de trinta anos para ter o devido reconhecimento intelectual no formato de um livro, até hoje bastante contemporâneo. Na ocasião, seu trabalho recebeu severas críticas assim que lançado, além de sofrer o descrédito da vocação acadêmica, muito em função por ter sido escrito por uma mulher, como explica Pontes (2004, p. 21):

Na hierarquia acadêmica e científica da época, que presidia tanto a escolha dos objetos de estudo quanto a forma de exposição e explicação dos mesmos, a tese de Gilda estava “condenada” à “derrota”. “Profana” e “plebeia”, a moda, na escala de valores e legitimidade atribuídos por esse sistema classificatório, encontrava-se em uma posição diametralmente oposta ao tema da guerra que Florestan escolhera para a sua tese de doutorado, atividade masculina por excelência, “sagrada” e “nobre”.

A autora dessa declaração está se referindo à inevitável comparação feita entre a pesquisa de Gilda e a do sociólogo e político Florestan Fernandes, seu colega naquele período que defendia sua tese 'A função social da guerra na sociedade Tupinambá' e que fez avaliações positivas, mas também críticas ao trabalho da pesquisadora. Diferente de Gilda, ele foi rapidamente reconhecido pela sua produção intelectual, mesmo que no trabalho de ambos houvesse qualidades semelhantes nas bases sociológicas fundadoras dos estudos realizados.

Com o uso de documentações como as interpretações de trechos de romances, análises de gravuras, fotografias, pinturas, crônicas de jornais, entre

outros materiais, a tese dela foi reveladora para disseminar a moda como um intrínseco demarcador social a partir de evidências históricas. Para Souza (1987), muito porque a competição encontra-se em todas as camadas por meio da aceitação ou rejeição de valores estéticos vigentes e locais. Em proveito disso, sua investigação será uma das bases teóricas adotadas no capítulo 3.1, que disserta sobre a história da moda pelas diferenciações de gênero.

2.1 O VESTUÁRIO E SEUS SIGNOS

Convém levar em consideração que a moda tem a possibilidade de estar em vários campos, quando entendida como um dos indicativos de um espírito de tempo, como na gastronomia, na engenharia, nos serviços etc. Todavia, é por meio da roupa que ela encontra maior plenitude para se expressar. Seguramente, as vestes são alicerce para servir de alimento para a alma, já que têm o poder de transmitir mensagens culturalmente fomentadas, que ultrapassem a consciência do mensageiro. São os únicos bens que são trocados todos os dias e que estão bastante próximos da pele, tanto física quanto simbolicamente. Atuam determinantemente na linguagem não verbal e fazem tornar visíveis os valores de vida do usuário. O uso e a troca de peças transcende sua funcionalidade; caso contrário, o consumo ocorreria conforme o ritmo do desgaste do produto e assim, seria notoriamente reduzido. Sobre isso, Solomon (2008, p. 609) propõe uma definição: “O sistema de moda consiste de todas as pessoas e organizações envolvidas na criação de significados simbólicos e na transferência desses significados para produtos culturais”. Logo, vestir-se é muito mais do que cobrir a pele: é antes, uma forma de se expressar publicamente.

Esse sistema que consiste na produção, organização e transferência de significados simbólicos permite diálogos entre pessoas e encontra ressonância nos estudos de Barthes (2009), o qual extensivamente, criou uma forma atípica de didática, quase matemática, para o entendimento do sistema discursivo vindo especialmente da imprensa. A pesquisa resultou na obra ‘Sistema da Moda’, publicada pela primeira vez em 1967 em Paris, e que é considerada até os dias atuais, um verdadeiro dicionário para decifrar os desafios dessa linguagem. Os indicadores desse estudo mostram que é viável extrair de uma frase simplória publicada em revistas de moda popular, incontáveis decodificações mediante uma

metodologia bastante apurada. Graças á proposta de analisar a semântica por meio de descrições, sem dúvida o autor foi um dos responsáveis por trazer mais peso científico aos signos e nas áreas correlacionadas.

Para ele, o signo é a junção de significado e significante, cuja unidade se faz na relação significante. E, embora o sistema de sentido requer saber que os objetos possuem um potencial de significação, não o faz de forma autônoma. É antes, atravessado pelo meio linguístico. A condição de análise volta-se para a linguística e para isso, passa por noções de reconhecimento, quando alega que o vestuário funciona como máscara para o corpo, sendo dessa forma, uma disposição poética de grande investimento ao usuário. O código indumentário é então, tanto a representação de um objeto quanto o amparo sobre o qual este é lido. Pela complexidade, é necessário observar sua completa extensão, que reverbera em toda sintaxe de elementos. Ou seja, é inviável haver uma comunicação sem signo. E para ele, a moda é o grande sistema de signos, talvez o maior, que é segmentada em variadas análises. Uma delas diz respeito às funções e situações, desmembradas em situações ativas e festivas, em que elas são concretizadas pelo sujeito sobre o qual supostamente age:

O fazer da Moda é, de alguma maneira, abortado: seu sujeito é atormentado por uma representação das essências no momento de agir: de certo modo, vestir-se *para* agir é não agir, é exibir o ser do fazer, sem assumir sua realidade (BARTHES, 2009, p. 369).

A motivação do signo também se estabelece na ordem entre significante e significado. Em alguma medida, só será sabido, por exemplo, que o calçado de salto alto e bico fino é um artefato predominantemente feminino, quando houver o gerenciamento pelo observador a um processo de interpretação conforme suas associações anteriores de atribuição de valor. Essa negociação é permanente com o seu meio, onde o significado é relacional. Em uma perspectiva retórica, quanto mais mítica a peça for à sua função, mais ela está mascarando seu signo. Mediante uma análise semiológica, a saia é outra peça do guarda-roupa bastante representativa nos estudos de gênero. Em uma agência material em que ela seja o significante, e a feminilidade, um significado, está aí posta uma produção de signo.

Objetos de mediação, o ato de trajar é carregado de valores dados. Para representar isso, vale evocar o artista Daniel Toledo, o qual propõe, por meio de

uma performance audiovisual com oito integrantes, alternados entre homens e mulheres, que vistam as roupas assim deixadas pelo que se despiu ao seu lado. O vídeo, que faz parte de um de seus trabalhos sobre a presentificação do corpo, somente acaba quando cada um prova todos os conjuntos. Esse experimento percorre cerca de dez minutos. Aparentemente banal, toda a vez que as peças femininas estão em corpos masculinos, a estranheza é inevitável. O que movimenta é o corpo; as peças permanecem nas mesmas posições, ocasionando momentos de nudez que também despertam no mínimo, alguma atenção. Diante disso, Barthes (2009, p. 382) busca, em outros filósofos, a conotação do corpo nu e coberto: “Hegel já sugerira que ele mantém uma relação de significação com o vestuário: como sensível puro, o corpo não pode significar; o vestuário propicia a passagem do sensível ao sentido; digamos que ele é o significado por excelência”.

Figura 1 – Quatro *frames* em sentido horário do vídeo Troca-Troca, de Daniel Toledo



Fonte: Toledo (2008).

A partir do momento em que a pessoa se cobre com as roupas e os adereços, propõe um discurso visual o qual a representará perante os observadores. Esses enunciados mostram quem é e/ou como ela gostaria de ser, e dessa forma, ser lembrada como tal. Ancorado nessa ferramenta, o sujeito cria percepções a fim de transmitir atribuições pessoais. As vestimentas nesse sentido, oportunizam projetar as fantasias e ampliar a imaginação, para mostrar aos demais,

determinadas autoatribuições uma vez que estas são concebidas para transmitir alguma mensagem do usuário que as porta. Em nome de um respaldo social, a aparência é permanentemente alterada em nome de uma aceitação, já que as pessoas vivem em grupos e são dependentes disso em maior ou menor grau. A roupagem equivale a protestos silenciosos em que se vestir passa a ser um enunciado de valores, não apenas um apelo estético.

Tais abordagens sobre a comunicação visual são propostas, entre outros, por Bourdieu (2009), de que aqui, se faz uso, já que os estudos desse sociólogo versam sobre as lógicas das produções simbólicas e acerca das reproduções de valores. Como formas de classificação, os símbolos e suas apreciações estéticas contribuem para a condição da integração social, já que constituem um instrumento de conhecimento.

Segundo essa perspectiva, os objetos podem ser dotados de sentido, todavia, as apropriações de sistemas simbólicos se definem pelo uso e pela relação. A atribuição de sentido depende de uma perspectiva situacional, bem como, os mecanismos de percepção pressupõem os juízos estéticos. Assim, invariavelmente atrelado às distinções, o gosto implica um poderoso indicador de posição social e categoriza a condição de existência individual.

O autor ainda defende que a eficácia do julgamento deriva do reconhecimento de signos validados por agentes definidores de disposições estéticas, que são compreendidos como um conjunto de normas incorporadas pela experiência. O reconhecimento é então, produto de um princípio de classificação associado à posição no campo. Dessa maneira, a experiência provém do sujeito, inserido em um contexto. Assim como no campo artístico, a criação e a reprodução poderiam existir tanto nas coisas quanto na leitura do observador. Ou seja, há uma linguagem regulatória.

Em contribuição, Proni (2008) alega que o vestuário tem sempre um propósito comunicativo, pois pela semiótica, é tudo do que o sujeito se apropria para se comunicar e tudo que possui um sentido dentro de um contexto. Para sustentar alguns signos, como o de 'ser uma verdadeira mulher', isso precisa ser consistente, mesmo que isolado. A roupa sempre será um signo; logo, vai representar algo para alguém, já que emitirá significados conforme o repertório cultural do observado e do seu observador. De novo: uma saia só será um pedaço de tecido se nunca antes fosse vista e ensinada em um cenário social. Quando familiarizada por uma

sociedade, ou seja, quando vários intérpretes lhe atribuem um sentido, pode remeter à sensualidade velada, à devoção religiosa, à vulgaridade explícita etc. Há representatividades de acordo com o que for previamente dado. Mesmo havendo uma margem de subjetividade na atividade interpretativa, esta derivará prioritariamente, de um saber incorporado, já que “O sentido é uma condição humana, o significado é um fato social” (PRONI, 2008, p. 158); e mais: o significado ordena o sentido. Acima de tudo, há uma correspondência que orienta códigos indumentários, e esses são organizados por semelhança e oposição. Cada sociedade define o que lhe é feminino em resposta ao que é masculino, por exemplo. Não é de hoje o pensamento de que um objeto possui uma conotação neutra, já que não conduz inerentemente significação social, mas sim, é da forma como é usado na conjuntura que nascem as produções de sentido. Cada objeto deve ser lido conforme o seu contexto cultural e temporal. Se a moda adquire uma representação isolada, é porque esse sentido de comunicação antes do uso só ocorreu porque houve um ensinamento sobre este. Quando na vitrina, uma bolsa de alguma marca renomada passa esplendor e um desejo de consumo inatingível, é porque o observador já tem uma perspectiva cultural criada para ela. Para um nativo isolado que nunca viu algo daquela natureza, não faria sentido algum.

Sobre isso, há repertórios criados tão densos que são quase como uniformes, pois negociam questões éticas de reconhecimento com uma forte atribuição de sentido. De forma arbitrária, o usuário precisa ser merecedor dessas insígnias, uma vez que a mercadoria vai emprestar uma comunicação mediante o uso. Depois de inserida nesse território de princípios, cada peça pode ser responsável por um imaginário. O momento de uso do vestuário pode valer uma reflexão sobre um motivo: a crença na passagem de ano, uma entrevista de emprego, um primeiro encontro amoroso, festividades familiares e incontáveis outros eventos que, por preverem a socialização, deixam latente um querer mostrar. As vestes, quando inseridas em um contexto social, são místicas, com seus poderosos códigos estabelecidos pela relação. A crença é inventada, todavia o sentimento é real: a fé na paz emocionará mais, se a pessoa estiver vestida de branco na virada de ano; a postura do candidato em uma entrevista será mais confiante se ele estiver com seu ‘casaco da sorte’. Com significações dadas, o vestuário passa a ser a própria representação e por este motivo, provoca novas posturas ao usuário. Esses arranjos comunicativos são tão penetrantes que o comportamento do protagonista

pode se modificar de acordo com o que estiver usando, adaptando-se e agindo da maneira mais conveniente que possa se encaixar.

Um objeto novo e sozinho é livre de passado, mas no momento em que alguém àquele adere, começa a fazer parte do enredo de vida de quem o adquiriu, auxiliando a narrar a história e as perspectivas. A roupa assim, torna-se memória e evoca sensações. Ela já foi considerada patrimônio familiar, e mais, moeda de troca de grande peso e poder, lembra Crane (2006). Até hoje, mesmo que de menor importância, pode funcionar como uma herança, nem tanto pelo seu valor financeiro, mas pelo apelo emocional, por meio do qual repassa o legado do doador à pessoa que recebe os trajes. Desvinculada do sujeito, as vestes têm a capacidade de recriar a presença de seu dono, e passam a ajudar a contar sua biografia.

Da mesma forma que a roupa é capaz de potencializar certos elementos visuais atribuídos ao gênero, Lurie (1997) defende por meio de seus princípios binaristas, que essa pode ocultar, como acontece no ramo militar, por exemplo. Das mulheres que querem impor-se nesse e em outros ambientes dominados pelos homens, são exigidas uma postura em paralelo com uma aparência não popularmente associada aos apelos sexuais. Não por coincidência, a imagem mostrada nas mídias populares, quando se quer identificar uma mulher bem-sucedida, é de uma referência que remete a uma exagerada masculinidade. Objetiva uma definição sobre o padrão de competência, que implica a abdicação de mostrar a pele, de não evidenciar a silhueta e de esconder os cabelos, para encaixar-se nas expectativas distinguidas pela anatomia. Na mesma instância, ao retratar um homossexual, facilmente vêm à mente, opções de signos bastante efeminados.

A indumentária proporciona uma conversação proposital entre os sujeitos, vinculando-os de certa forma. É possível acontecer de o observador não conseguir colocar em palavras o que está vendo, mas, de igual forma, haverá uma interpretação, pois assim como em um discurso que se utiliza da fala, o não verbal também elabora dialetos visuais. A comunicação visual igualmente possui uma gramática e um vocabulário próprios. A essa interlocução, é atribuído um sentido de discurso, assim como a qualquer ensaio comunicativo que possui uma transmissão de sinais. Essa prática social é compartilhada com a finalidade de interagir com o próximo, desencadeando uma troca de experiências e concepções:

A comunicação necessita, para transcorrer entre os sujeitos sociais, de uma espécie de 'escritura', ou seja, de certa codificação reconhecida entre os sujeitos de uma mesma sociedade que os leve ao entendimento das mensagens ali estruturadas, depositadas de modo a compartilharem significados no mundo (CASTILHO; MARTINS, 2005, p. 43).

Indiferente ao motivo inicial dessa interferência visual, toda escolha tem o poder de traduzir e mostrar o que se pensa, e a roupagem é o meio mais visível dessa manifestação. Há a produção e uso de signos, por meio de elementos vestíveis, que auxiliam na construção do sujeito como ser pertencente a uma sociedade. Esses embrulhos de ordem discursiva tornam-se um campo fértil para enunciações comunicacionais, uma vez que o ser humano possui uma carência nata dessas projeções. Os autores acreditam que há uma necessidade inerente das pessoas em querer significar, evocando enunciações estéticas, no intuito de criar palavreados visuais, e, dessa maneira, mediar uma comunicação não verbal.

A presença da vestimenta na aparência humana influencia o relacionamento do sujeito com seu meio, e, ao aproveitá-lo como uma estrutura discursiva, potencializa uma simbiose com a roupagem. Indissociável, esse invólucro recriado pelo próprio portador, acaba por se tornar manifesto que se internaliza, a ponto de fazer parte do indivíduo. As roupas podem ser vistas como objetos modeladores que revestem e trabalham sobre o corpo, transformando-o em uma espécie de materialização da memória. Emblemática, a roupa recebe a marca humana, que se relaciona e imprime as marcas do usuário. Essa é a visualidade do ser humano na sociedade em que ele se encontra, contracenando simbolicamente com os demais que também se manifestam visualmente.

Os arranjos pertencentes à comunicação visual permitem ao ser humano uma vasta gama de possibilidades interpretativas. Os elementos de ordens discursivas são depositados nessa comunicação estética, aliados a um profundo investimento psíquico que autoriza novas formas de ser e de se mostrar, por meio de experiências em níveis visuais, que promovem o traje como instrumento comunicativo. A relevância conferida entre os objetos e seu suporte pode ser vista também como um conjunto de combinações visuais que manifesta uma visão de mundo.

O sujeito, quando revestido, sugere uma figura enigmática e complexa, coberto de representações culturais. Vale colocar que a linguagem não é privilégio apenas da comunicação oral. Mesmo destituída de fala, a comunicação visual

também denota uma espécie de oratória; a diferença é que essa se utiliza de articulações visíveis a serem interpretadas. Pode, inclusive, ser mais pertinente do que a falada, já que, muitas vezes, sua sistematização escapa de alçada pessoal e a torna fiel no seu sentido. As enunciações conseguem alterar a estrutura física de inúmeras maneiras e tomam por empréstimo um diálogo de natureza misteriosa, em que os portadores dessas prerrogativas consentem tal mudança. A cobertura vestível com uma intenção predefinida é legitimada pelo observador. Vestir-se é um ato realizado de maneira deliberada, a fim de provocar o outro, o qual responderá da mesma forma, adequando a sua assinatura pessoal. Todos os produtos eleitos para ficarem próximos às pessoas carregam aspectos simbólicos negociados para discursar em seus nomes.

2.2 IDENTIDADE ATRAVESSADA PELO CONSUMO

Está claro então, que o sistema de moda não trata somente de renovação de estilos, mas de compreensões de si apresentadas imagetivamente na sociedade. Renovação de juízo de valores também, pois significa fazer uso de inúmeras designações para a expressão do sujeito como um agente social, já que está intimamente comprometida com a realidade, embora prefira se apresentar de maneira lúdica. “O vestuário é parte do indivíduo, não algo externo à identidade pessoal [...], As roupas são uma parte vital da construção social do eu” acredita Svendsen (2010, p. 20). Na busca pela completude, o vestir e as respectivas transfigurações temporárias acabam fazendo parte da constituição do indivíduo, tornando-se um desdobramento dele. Muito em função de que supostamente, no processo de escolha dos adereços corporais, há uma relação íntima com o ego, sendo desde muito tempo, sinônimo de autocontrole. A pessoa coberta situa-se como parte fundante na construção da identidade, todavia, é de se acrescentar que a atribuição de significado da nudez será paradoxalmente, sempre proporcional à indumentária. É isso que o autor vai chamar de ausência visível. Guardadas as devidas inflexibilidades nas regras culturais, a construção da aparência pessoal é completamente livre. Ela mobiliza símbolos e se expressa através deles, mas na mesma instância, torna-se uma grande responsabilidade, pois sua superfície depende somente da própria pessoa.

Merece reforçar o fato de que o uso de peças só terá significados para aquele que reconhece sua oferta de valor simbólico e que decodifica o capital cultural. É tornar visível um signo de pertença, ancorado nos midiáticos propósitos sociais; alguns bens suprem certas necessidades subjetivas, pois servem como um veículo de interação. Aspirante a membro de um grupo, para se expressar no âmbito social, o sujeito é dependente de produtos externos como parte do corpo. Por essa razão, não resta dúvida, para Svendsen (2010, p. 20) de que “A identidade não é mais fornecida apenas por uma tradição, é também algo que temos de escolher em virtude do fato de sermos consumidores”. Insistentemente, o autor reflete a importância dos símbolos na linguagem e como resultado, da construção da identidade.

Ao explorar as aquisições sob um viés pelo fenômeno social, compreende-se que os consumidores fazem suas escolhas a partir da inserção na dinâmica da cultura. Acima de tudo, os modelos de consumo estariam muito mais intrínsecos em uma esfera social e os produtos só poderiam ser entendidos mediante a perspectiva situacional. A análise do sistema de trocas decorre da relação entre pessoas, e nesse ciclo permanente, pressupõe algumas configurações identitárias. Tão grande é a carga de delimitação dos bens, que possibilita o afastamento ou a aproximação entre pessoas. Contradizendo algumas conjecturas disseminadas em grande escala no segmento da moda, é impraticável querer analisar a peça por si só ou fixar um conceito pré-fabricado, já que “As roupas são semanticamente instáveis porque o significado está diretamente relacionado ao contexto” (SVENDSEN, 2010, p. 80). Sem se dar por convencido sobre a lógica da origem e atribuição do significado, em momentos, o filósofo garante que é arbitrário e que reside na própria peça, porém lembra a possibilidade do significado ser previamente algo elaborado.

Os discursos que na roupagem precedem envolvem a escolha compulsória como tema central, encarregada do fluxo da variação e de mecanismos estimulantes da novidade e substituição. O autor ainda indaga sobre as convicções tachadas como supostamente autônomas, quando na verdade, tratam-se de um disciplinamento social com raízes no contexto do sujeito. Ainda, questiona a complexidade entre o binômio significante e significado em conformidade com regras que são compartilhadas e que criam associações. Ao passo que o valor simbólico de um objeto é dado pela sua inatingibilidade e exclusividade, outra parte é criada

graças ao compartilhamento como afiliação social, subordinado à regra da similitude pelo gosto coletivo e classificatório.

Os adornos intensificam e ampliam a dimensão física e simbólica do seu portador, e por extensão, da personalidade deste. Nesse âmbito, Simmel (2008, p. 62) entende que “não termina com os limites geométricos do seu corpo”, mas sim, irradia e exterioriza o ser. Quando ornamentado, o sujeito é alargado na sua concepção, e extrapola sua estrutura física como propriedade primeira do ‘eu’. Conseqüentemente, ele é mais, é maior, é diferente e tem domínio quando em contato com elementos estéticos. Ao expandir os contornos epidérmicos, provoca também novos sentimentos, como a confiança ou vergonha. No início do século XX, o autor já interpretava a moda como um fenômeno social que se concretiza por meio da transitoriedade constante e obrigatória do gosto. Para ele, a moda consubstancia uma complexa convergência de inúmeras dimensões da vida e, justamente por esse mecanismo, é onipresente na vida dos indivíduos. É a forma derradeira da absorção de conteúdos sociais e que pode se apropriar das aparências para estabelecer relações entre seus portadores.

Na teoria simmeliana, os sujeitos que se vestem de forma semelhante, são aqueles que espontaneamente vão se comportar de forma parecida também, reconhecendo os juízos estéticos como intérpretes das manifestações da vida. Assim, os adereços orientados pela moda permitem ao sujeito expressar-se pelas interiorizações de valores culturais, a que ele vai chamar de novos disfarces. Esses adornos preenchidos antecipadamente de significados culturais, possuem a função de intensificar e tornar visível a personalidade do portador, uma síntese do ser, e afinal, um subproduto da vaidade.

Já Sant’Anna (2007) ressalta a aparência como função determinante para a filiação social e sendo assim, constitui e insere os sujeitos no mundo. Ela acredita em uma ética de dimensão estética que constitui um *ethos*. De proporções importantes, é na aparência que estaria a responsabilidade nas relações, sendo o sistema de moda, a detentora que impulsiona essa ação do parecer que atua no imaginário e é intrínseco a cultura. Diante disso, afirma que “A aceitabilidade social desfrutada, por sua vez, corresponde ao grau de investimento realizado sobre a aparência, constituindo esse esforço pessoal num capital [...]” (SANT’ANNA, 2007, p. 77). Notadamente, a construção de uma visualidade mobiliza uma dimensão

identitária, e nesse sentido, socializada. É a exaltação de si e uma vontade de presentificação de ordem social.

Esse sentimento é potencializado no mundo atual, em que a imagem constrói uma estrutura mítica do sujeito, e em que os objetos de consumo os dominam em um espetáculo ilusório. Estimular a compra é mais do que atender necessidades; são impulsos para constantes desejos de se projetar, na mesma medida em que as mercadorias são revestidas de significados. Longe da racionalidade, o ato da compra como uma ação social dispensa justificativas, ao subjetivar o imaterial em mensagens de autoexpressão por meio das posses. É sobre esta ótica que a autora propõe um paralelo sobre a condição de integração para constituir uma identidade pela suposta liberdade de escolha ser tão fragmentada quanto a experiência estética. Constantemente redefinidos em um mundo de imagens em forma de mercadorias, as pessoas entregam-se aos bens, dando sentido a um estilo de vida imaginário. O exercício da aparência como atributo de valor é uma das maiores estratégias de poder, atrelado às distinções das configurações sociais. E, em uma hierarquia dos possuidores, aqueles sem a apropriação das mercadorias são desencaixados nesse processo de domínio da imagem. A esses, a autora chama de sujeitos marginais do consumo; aos bens admirados, nomeia como meta-consumo.

Toda a imagem é uma construção de um ego, e isso implica riscos bastante concretos. Até porque, muitas vezes, tal declaração não é deliberadamente feita pela vontade do proprietário. À revelia do que se deseja, as referências discursivas entre pessoas são realizadas, e ao constituir um discurso de si, muitos constroem uma imagem e aderem a essa expressão ética sobre si. Pela noção retórica do *ethos*, Amossy (2005) alerta para as impressões que são implícitas ao ser humano, e sublinha que, delas, as negociações são feitas. Crítica da análise do discurso, ela acredita que em alguns momentos, a dimensão da imagem pode ter um peso maior do que a própria fala. Embora os estudos dela sejam mais voltados para as trocas verbais e para a teoria da argumentação, é interessante pensar o princípio da análise do discurso também pelo viés imagético do locutor. Pois constitutivos, os modos de enunciações da imagem de si estabelecem uma recíproca relação discursiva que orientarão a interação entre pessoas. Por vezes, as convenções na sua concretude são originadas dessas influências mútuas dos ritos de apresentações da presença física.

Como qualquer comunicação, a moda necessita de um emissor e um leitor. As pessoas interagem no universo de suas próprias estéticas, de acordo com a proposição de emitir uma mensagem, a qual dependerá sempre de, no mínimo, de alguém que vai transmitir esse diálogo visual e um receptor para decodificar. A manipulação da aparência é individual e invariavelmente nutrida de uma bagagem de experiências biográficas, que cria subsídios para uma leitura que não usa uma grafia textual. Para Castilho e Martins (2005), a ideia de essa contemplação depender sempre de um observador comprova que o ato de se vestir leva em consideração a forma como os outros o perceberão, já que o não verbal também elabora dialetos. Prova disso é que uma peça de roupa somente é dada como presente quando há uma intimidade naquela relação. E por ser algo tão pessoal, pode trazer facilmente ofensa, se não condisser com a identidade do presenteado. Desse modo, é apropriado o uso de elementos semânticos para demonstrar ao outro os interesses pessoais, regendo uma leitura da performance corporal. A produção é dada, considerando o contexto que o espera.

A presença da vestimenta na aparência humana influencia o relacionamento do sujeito com o seu meio, e ao aproveitar o visual como uma estrutura discursiva, potencializa uma simbiose entre esses. Indissociável, o invólucro recriado pela própria pessoa, acaba por se tornar uma evidência que se internaliza a ponto de fazer parte do indivíduo. As roupas podem ser vistas como objetos modeladores que revestem e trabalham sobre o sujeito, transformando-o em uma espécie de materialização da memória.

Os autores garantem que o sistema de moda é uma comunicação fiel dos desejos vigentes e assim, a aparência pessoal possibilita a criação de identidades híbridas, permitindo aos sujeitos se expressarem por meio de seu traço performático. Como um grande paradoxo, essa linguagem visual é capaz tanto de unir quanto de distinguir, mas de qualquer forma, sempre ocorrerão relações comunicativas. Não seria então banal colocar que a peculiar conjugação para traduzir facetas da identidade pode dar-se também estilisticamente. Dessa interlocução, é atribuído um sentido ao discurso, assim como qualquer ensaio comunicativo que possui uma transmissão de sinais. Tal prática social é compartilhada na intenção de interagir com o próximo, desencadeando uma troca de experiências entre os sujeitos. É o que Castilho e Martins (2005, p. 43) colocam sobre o discurso de moda:

A comunicação necessita, para transcorrer entre os sujeitos sociais, de uma espécie de “escritura”, ou seja, de certa codificação reconhecida entre os sujeitos de uma mesma sociedade que os leve ao entendimento das mensagens ali estruturadas, depositadas de modo a compartilharem significados no mundo.

Conscientes ou não, as intenções de se criar uma postura discursiva são rotineiras e imediatas. Quando o sujeito depara-se com o seu roupeiro – fonte de peças com uma quantidade injustificável e armazenadas sob o seu cuidado – escolhe com cautela o que vai usar, pensando sempre sobre o que gostaria de expressar, mesmo que no âmbito do inconsciente. São revelações muitas vezes reservadas na intimidade e somente depois dessa licença simbólica e particular, é que a pessoa está pronta para se mostrar ao mundo. Pensando em conformidade com uma dinâmica cultural mercantilista e subjetiva, não basta consumir, é necessário decodificar seu modo de uso. Um projeto de pertencimento nasce de uma negociação estética com o meio. Face ao exposto, o processo de interação incita uma certa mobilidade da aparência, já que pressupõe a presença do outro. Para comprar, as pessoas precisam identificar-se com os objetos.

Os bens de consumo estético podem ser vistos como uma segunda pele que pode compor a aparência final do indivíduo; essa liberdade transcende a própria consciência do portador no espaço social, provendo inclusive a satisfação pessoal. Ou seja, as possibilidades de elaborações corporais podem oportunizar vínculos sociais, já que esse revestir e recriar em nome de alguma similitude ou diferenciação cria um efeito de sentido. Os professores da obra ainda postulam que, uma vez que as pessoas são morfologicamente desprovidas de adornos naturais, é a forma como o corpo é embrulhado que fará a diferença.

Suportado por essa lógica, uma vez que não há uma permanência na travestilidade, a experiência transitória se dá de forma ainda mais intensa. Os produtos situam e compõem o indivíduo. Em um processo de conformidade, a ‘princesa’ volta na condição de ‘sapo’ – expressões identificadas em campo, quando as *cross-dressers* referem-se a produção visual de aparência feminina, ou seja, ‘montada’, ou na condição arquetipal masculina, respectivamente. Tais referências identitárias são acionadas em momentos de passagem da dimensão de autorreconhecimento, conforme a narrativa de apropriação (DIÁRIO DE CAMPO, 09/11/2012).

Também em sintonia com a abordagem, uma entrevistada para esta pesquisa quis demonstrar grande propriedade no assunto sujeito-em-processo ao explicar algumas diferenças de escolhas de compra daquelas *cross-dressers* que já se ‘montavam’ há mais tempo e que tinham com isso, um autoconhecimento melhor, em contrapartida àquelas para quem a prática ainda era um estranho modo de estar. Além de treino, uma das instâncias seria o poder financeiro e o contexto social, que interfere diretamente nas escolhas sobre o que usar, pois à medida que a prática trans vai sendo familiarizada, o gosto torna-se mais refinado, o bom senso estético mais apurado e conseqüentemente, mais discreto. Segundo a interlocutora nessa ocasião, para a praticante que não tem suficientes condições financeiras, a tendência é direcionar-se para contextos mais excessivos e vulgares. Parte disso é o desafio de reaprender a consumir, adaptando produtos e serviços a uma nova identidade, a de gênero (DIÁRIO DE CAMPO, 18/06/2014).

Ao que parece, os adereços pessoais são um poderoso meio de proporcionar subversivas declarações sociais, já que podem ser feitos em nível inconsciente. E por ser destinado ao espaço público, o vestir é mais para os outros do que para o próprio usuário. Face ao exposto, os espaços influenciam substancialmente como as pessoas se apresentam. Goffman (2010, p. 35-6) traz seu ponto de vista sobre essa questão:

Um dos meios mais evidentes que o indivíduo usa para demonstrar que está situacionalmente presente é o gerenciamento disciplinado da aparência pessoal ou ‘porte pessoal’, quer dizer, o complexo formado pelas roupas, maquiagem, penteado e outras decorações de superfície que ele carrega consigo.

Mais clara do que a própria língua falada, o vocabulário visual fornece várias informações sobre o sujeito em uma relação ambígua de intenções e interpretações. Interfere no fluxo da identidade na condição de processo; é após estendida, deduzida e emprestada, tendo em vista o julgamento dado ao indivíduo situado em seu contexto e engajamento. Não há chance de unificar tal decodificação, mas o autor distingue o comportamento comunicativo em duas facetas. À primeira ele propõe a chamar de interação desfocada, que consiste em uma análise imediata de uma pessoa, quando essa é vista de relance, sem grandes aprofundamentos. Já outra faceta é a interação focada, a qual nasce em um foco em comum de atenção,

a exemplo do que acontece na fala que é revezada entre ambos, portanto, quando há uma sinergia.

De um ponto de vista analítico sobre o consumo, Miller (2007) garante que a cultura material auxilia na compreensão do senso da humanidade por intermédio dos objetos. Partindo do pressuposto de que o materialismo seja uma verdadeira devoção a certos objetos, toda a forma de consumo atravessa uma postura moral e recoloca o indivíduo em relação com o mundo. O sistema de classificação pode por isso, ser entendido como a tomada de decisão dos consumidores a fim de integrar as mercadorias nos seus estilos de vida, ação que se posiciona como um forte parâmetro social.

Vale colocar que os incrementos dessa interferência corporal traduzem-se pelos signos de poderes simbólicos que auxiliam a negociar com o social. É oportuno pensar esses embrulhos de ordem discursiva para enunciações comunicacionais, uma vez que o ser humano possui uma vontade inerente nessas projeções. Ainda, para essas possibilidades serem aceitas, está em jogo que os princípios de estetização condizem com cada cultura. Caso não estiver de acordo com essa estrutura dominante, facilmente a arbitrariedade vai mostrar-se, convertendo-se em rejeição, ou no mínimo, em estranhamento.

Para fins de situar mais o consumo pela ótica da antropologia, convém ampliar esta abordagem analisando os estudos de Douglas e Isherwood (2013). Para eles, os bens assumem aspectos ritualizados e bastante visíveis dentro de um universo de valores da própria cultura, que constituem eficazes definições de acontecimentos e auxiliam na mediação entre os sujeitos. É uma maneira de estabelecer conexões, já que são importantes marcadores simbólicos e por isso, estreitam vínculos. Quando estabelecidos padrões de preferências materiais considerados apropriados, as relações contam com o auxílio dos produtos para tais mediações, convertidos em uma poderosa comunicação.

Há com isso, um investimento considerável, de peso simbólico, que expressa princípios de mudanças ou permanências de estilos de vida. Por uma lógica cultural que os mantém dinâmicos e estruturadores nas relações sociais, os produtos são neutros e por isso podem operar como pontes ou cercas, conforme expressão dos autores para denotar os mecanismos de inclusão ou exclusão, já que o seu uso é um ato social.

Curioso é perceber que no senso comum, muito se fala de desejos bastante abstratos vindo de gostos pessoais, quando pela visão destes, podem ser vistos como necessidades materiais normativas. Mesmo que as escolhas dos consumidores sejam livres, estão culturalmente embebidas como requisitos de estratificações, que por isso, conferem-lhe interações. Nessa perspectiva, os bens não são escolhas aleatórias como parecem, mas preferências socialmente orientadas.

Ora, um vestido pendurado em um cabide tem um efeito de sentido diferente do que quando usado por uma mulher; assume um terceiro redimensionamento se usado por um homem. Trata-se de um sistema complexo que não mantém um significado por si mesmo, mas pela interação humana e suas autenticações de fronteiras. O valor atribuído às propriedades físicas é disciplinado justamente por que:

O homem é um ser social. Nunca poderemos explicar a demanda olhando apenas para as propriedades físicas dos bens. O homem precisa de bens para comunicar-se com os outros e para entender o que se passa à sua volta. As duas necessidades são uma só, pois a comunicação só pode ser construída em um sistema estruturado de significados (DOUGLAS, ISHERWOOD, 2013, p. 145).

O uso das aquisições é um processo muito íntimo, porém seu efeito é público. Justamente por isso, tal ação demonstra ser um treinamento cultural. E sendo um ato público e de experiência social, o mundo dos bens é sempre compartilhado; nesse sentido, denuncia por completo específicas atribuições na esfera coletiva. É o lado material de um modo de existência, que vai evidenciar os gostos e, por conseguinte, determinadas estruturas sociais demarcadas e reveladoras. Eficiente sistema de troca que demarca um universo individual e coletivo na forma mercantilizada, o objeto torna-se especialmente político quando ocupa espaços e segue por determinadas regras de pertencimento.

Em correspondência, o que rege o ato do consumo é despertado por meio de estímulos gerados no próprio ambiente. São considerações culturais que têm o poder de interferir no comportamento de compra. E para além de uma produção material e econômica, Kopytoff (1986, p. 64 – tradução nossa) acredita na dimensão sociocultural das mercadorias nas sociedades mais complexas:

Do ponto de vista cultural, a produção de mercadorias é também um processo cultural e cognitivo: as mercadorias devem ser não somente produzidas materialmente como coisas, mas também culturalmente marcadas como sendo um certo tipo de coisa⁴.

Esses atributos são de ordem humana e por isso, tendem a humanizá-los ao longo da vida, embora possam também mudar no decorrer do tempo, seja simbólico ou mesmo funcionalmente, já que então, a atribuição de valores é conferida pelas motivações humanas. Este estudo realizado pelo antropólogo citado merece atenção, pois alega não existir inerentemente uma perspectiva simbólica. As coisas tornam-se mais do que mercadorias quando dotadas de uma produção de sentido e isso constitui a uma biografia social também, fazendo parte de uma fase da vida e dessa forma, construindo laços. Vale dizer que, de certa forma, esse fato mobiliza categorias identitárias.

Nesse âmbito da discussão, em um contexto temporal da circulação de mercadorias, o valor da troca perpassa a lógica mercantil, pois está sob as expressões de consumo, dotado de específicos significados. Essa dinâmica não é limitada a um mero potencial mercantil, mas ao estado simbólico. Mais do que um estado permanente, quando as coisas tornam-se mercadorias e circulam no social, há fases desse processo cognitivo a ser considerado. Uma vez que a mercantilização compõe um caráter processual, uma coisa pode ser efetivada em uma mercadoria, e em outro momento, em algo completamente distinto. Ou ainda, uma coisa ser mercadoria para alguém, não significa que o será para todos. Por meio de uma abordagem biográfica dos bens materiais, Kopytoff (1986 – tradução nossa) ainda sugere que até o ser humano pode constituir essa perspectiva cultural, utilizando o corpo como um intercâmbio mercantil, embora este também não seja um atributo de valor universalizado. Sujeitos e objetos passariam por um processo de mercantilização, sob essa perspectiva de entendimento. À égide do processo de singularização do universo do consumo, as coisas são mercadorias no seu ato mercantil, mas por sua dimensão simbólica, adquirem uma biografia na relação com o usuário. Esse princípio de personalidade não está estabelecido, ele é construído, mesmo que de forma tensa.

⁴ Texto original: “*From a cultural perspective, the production of commodities is also a cultural and cognitive process: commodities must be not only produced materially as things, but also culturally marked as being a certain kind of thing*”.

Brewer e Porter (1993 – tradução nossa) também expressam esse percurso crítico. A partir de uma perspectiva histórica, eles organizaram uma obra juntamente com demais escritores, para questionar a falta de aprofundamentos multidisciplinares e as dimensões políticas quando se fala em consumo e sua resposta para a massificação da sociedade, da cultura e da produção. Os autores tentam identificar o nascimento da antropologia do consumismo e mostram o impacto que teve na vida das pessoas. Embora essa concepção teórica seja historicamente imatura, garantem, não é um objeto de estudo no sentido de tentar compreender seu início e seu funcionamento atual, em um espectro muito mais amplo sobre assuntos humanos.

Explicam que forçosamente, houve uma reestruturação adiantada de toda a cadeia produtiva e intensas trocas comerciais que alteraram na mesma intensidade, a forma de aquisição de bens. A cultura do consumo agrega-se a praticamente todos os serviços, desde as necessidades básicas até os luxos e valores conspícuos. Inclusive a revolução da imagem, com as respectivas reproduções incessantes como forma de comunicação. Diante de tais perspectivas, “Imagens visuais, sinais verbais e o mundo das coisas forma uma tríade cujo estresse e tensões são persistidas⁵” (BREWER; PORTER, 1993, p. 7 – tradução nossa), lembram, pois com a demanda acelerada da produção industrial, toda a expectativa orientou-se mais para a aparência do que para a qualidade.

Em uma sociedade industrial que se estabelecia, os bens de massa começavam a ser parte fundante do consumo moderno, empoderando esses bens com significado social, a ponto de concebê-los como mediadores de valores nas relações. Este tipo de abordagem como campo de análise, aos poucos foi sendo visto como necessidade teórica, tomando uma proporção central para o entendimento da cultura moderna, o que até hoje revela indícios. Portanto, o consumo estimula a constituir produção de diferenciação e enquadramento, que vão ser definidas de forma material.

Pela noção estabelecida entre objeto e sujeito, assim termina este capítulo com algumas fundamentações sobre o mundo material como um domínio discursivo e por conseguinte, formador de sociabilidade. Instrumento de enunciações, percebe-se que a escolha de bens para uso próprio jamais é mera escolha; tal relação está

⁵ Texto original: “*Visual images, verbal signs and the world of things formed a triangle whose stresses and strains need to be insisted upon*”.

na definição de sujeito social, em que a materialidade é um tornar comum no ambiente. A subjetividade da moda nesse sentido, desempenha por excelência, um papel central no sistema de comunicação que instiga a pensar os objetos consumidos em uma perspectiva da linguagem na identidade transitória, sublinhando um efeito de coprodução a respeito da pessoa revestida de simbologias. Posto isso, o terceiro capítulo que segue, tem por função contextualizar a história da moda pela concepção dos estudos de gênero, a fim de trazer mais aproximações nas áreas e com isso, oportunizar uma visão relacional dessas esferas teóricas.

3 O GÊNERO NA HISTÓRIA DA MODA

A passos largos, o objetivo deste capítulo é apresentar um panorama na perspectiva dos estudos de gênero, imbricados na história da moda. Para tanto, é realizada uma revisão literária nas pesquisas de historiadores, que retratam a trajetória do vestuário e os hábitos de ornamentações. E disso, segmentar cronologicamente uma interface sobre as diferentes percepções dadas pelas épocas, embora mostrando que o modo de vestir sempre teve um interesse em distinguir os sexos e mostrar pela aparência, identidades não momentâneas.

Então, essa parte introdutória, antes das separações por épocas, visa dar base para questionar algumas visões deterministas sobre a moda nos gênero que partem de valores que principalmente enxergam a mulher como, por excelência, o lugar da sedução e do engodo. Digno de nota, trata-se de uma corrente que é ainda muito verdadeira atualmente e reforçada pela mídia: a objetificação feminina e a hierarquia que põe o homem como parte determinante na dimensão política.

Conforme exposto nas abordagens anteriores, fica claro que o modo de se apresentar no coletivo é um campo fértil de atributo de sentido sexual. Ora a roupa servia como uma maneira simbólica de equiparar homens e mulheres, ora os distanciava. Mas, mesmo difusa, sua função dificilmente foi reduzida à mera proteção física, pois até na Pré-História havia a possibilidade de mediação pelo aspecto da existência estética. Ossos, chifres, penas, pigmentos, dentes, garras e demais subprodutos animais eram portados sem uma utilidade de sobrevivência. As aparências são preliminares que dão conta de iniciar uma relação, pois também constroem o entendimento das mudanças de uma sociedade.

Sobre perceber a roupa como uma expressão artística e com possibilidades de conotações sexuais, vê-se nos estudos de Hollander (1996) uma oportunidade de relacionar peças do guarda-roupa como um indicador de gênero. Detentoras de uma declaração visual, as indumentárias reagem de acordo com a força simbólica que carregam e com a atribuição de sentido nelas cultivadas. Nessa direção, a autora exemplifica o uso permanente do terno, o qual, desde a sua origem, remonta à autoridade, ao vigor e, sobretudo, à masculinidade. Seu aspecto conservador seria uma fantasia moderna de uma sexualidade agenciada na sua materialidade. Já as linhas austeras daquele permanecem como tradição e o vocabulário visual continua uma ferramenta confiável. Ressalva a pesquisadora que, apesar disso, o vestuário

masculino sempre foi mais vanguardista que o das mulheres, mesmo que o terno tenha se tornado o traje mais importante e também impecavelmente monótono. Porém, também sugere uma estabilidade no tempo e multiplicidade de locais de uso, decorrendo de uma possível forma de modernidade.

Esse conjunto é um dos itens mais significativos do vestuário, pois, além da demarcação clara de gênero, o terno desvinculou por definitivo a exuberância da aristocracia com a nova burguesia trabalhadora. A permanência da alfaiataria, há mais de duzentos anos, se realizou graças à sua estética repetitiva, à qual os homens permanentemente recorrem para garantir credibilidade na política, no mundo empresarial, em tribunais, em relações amorosas, entre outras situações e contextos. Em resposta a uma solidificação de atributos fixos de gênero, quando uma mulher quer oportunizar uma aparência simples e atemporal, é nas origens masculinas que ela encontrará seu trajar. A autora acredita que esse é incomparável na sua força simbólica de permanência. Tal qualidade reforça a ideia da sexualidade nas roupas, pois o terno contracenou claramente com os prazeres dos disfarces femininos.

Para além disso, a moda tem intrinsecamente a característica de ser reveladora, e por isso ocorre de as pessoas poderem sentir-se fora do controle por expor seus segredos no âmbito visual. Não fundamentados na razão, os desejos de comunicação visual podem estar no inconsciente. Hollander (1996, p. 51) lembra ainda, que nossas peles são sempre insuficientes demais para se expor sem adereços artificiais:

Na moda moderna, a sexualidade das roupas é a sua primeira qualidade [...]. As criancinhas aprendem que as roupas lhes dão uma identidade privada, definindo ideias interiores sobre seu próprio corpo que começam com ideias sobre a sua sexualidade. No processo contínuo desta definição, o vestuário usado em público pelos adultos torna-se finalmente um gesto sexual recíproco em um mundo geralmente bissexual. A excitação popular atual com o transexualismo no vestir mostra apenas quão profundamente acreditamos ainda em separar simbolicamente as roupas dos homens e das mulheres, mesmo que em muitas ocasiões ambos se vistam da mesma forma.

No mundo material, a moda é a responsável por se moldar para cada sujeito, já que adere a um corpo individual, com sua própria sexualidade particular, que se projeta em um conjunto de relações na coletividade. Na visão da autora, a moda possui como mote principal, a ideia da massificação de um gosto temporal provisório

aderido no coletivo, tornando-os semelhantes. Apesar de verdadeira, ela também é comprometida com envolver o sujeito e suas narrativas pessoais, nas quais a identidade de gênero está imbricada.

No campo da sociologia, Bourdieu (1999) parte do pressuposto histórico de que há claramente uma incorporação de hierarquia por meio das diferenciações de sexo. Ele contribui no debate através de um quadro teórico mais amplo, quando propõe que o corpo assinala uma existência de classificação, algo resultante da construção social que, mesmo naturalizado, não é dado anatomicamente. Na sua visão, a mulher encontra-se em uma posição peculiar no universo de bens simbólicos, quando compete a linguagem do corpo, pois sua aparência é sempre mais exaltada e assim, recai como um artifício na sedução, gerando maior investimento de recurso financeiro, tempo e energia. Ou seja, a estrutura relacional da condição de mulher é perceber-se como objeto estético. Por excelência, a predisposição a incitar atração dos homens faz parte da condição de existência delas, para quem “O mundo social funciona (em graus diferentes, segundo as áreas) como um mercado de bens simbólicos dominado pela visão masculina” (BOURDIEU, 1999, p. 118). Como efeitos da posição dominante e dominado, os trajes masculinos tendem a propositalmente deixar nebuloso o corpo deles.

Foi Simmel (2008) quem inaugurou o debate de que condicionalmente são as mulheres as mais estimuladas a fazerem parte dessas engrenagens das mudanças dos desejos materiais, justamente porque foram elas que, na maioria das vezes, estiveram mais próximas de um fazer apropriado das épocas. Potencializa com isso, a perspectiva de que elas são originalmente mais fieis do que os homens, e eles, por sua vez, seguem com mais facilidade a sazonalidade da aparência, como consequência, do consumo. Como se percebe, as mudanças na moda masculina são realmente muito mais lentas. E como característica feminina, a coqueteria já indicaria uma submissão ao querer despertar a atração do homem por meio da aparência. No decorrer dos tempos, os homens foram se acostumando com o nivelamento visual e se afastando da trivialidade, incentivados, em especial, pela realidade no âmbito profissional, acredita o autor.

A moda é uma possibilidade de atingir a feminilidade arquetípica, um investimento libidinoso, que, ao mesmo tempo, proporciona uma falsa estabilidade na identidade feminina, como uma máscara para concretizar novos devaneios. Ao explorar o corpo com revestimentos visíveis, o proprietário governa seu próprio ego

e, como resposta, projeta, em grande escala, a própria história da civilização. Assim, é reforçada a ideia de produção da aparência pessoal como um desdobramento de si que oportuniza um padrão na alternativa de buscar uma identificação feminina, mesmo que somente no nível simbólico das exterioridades. Como um investimento libidinoso, muitas vezes, a moda é vista como uma das possibilidades mais evidentes de mostrar tal feminilidade esperada. Transfigurar-se nesse sentido, pode ser um processo temporário de constituição do sujeito.

Sobre um ponto de vista histórico, a pesquisadora e professora de sociologia, Diana Crane (2006), percebe uma estreita mediação sobre o aspecto identitário através das escolhas na roupa. Para ela, o homem ainda hoje valoriza mais aqueles trajes que espelham a sua posição de trabalho. Isso seria um reflexo de um conjunto de normas hegemônicas que permanece como a principal manifestação da construção masculina, havendo quatro pontos característicos:

- 1) potência e controle físicos associados ao corpo masculino; 2) heterossexualidade, definida como relações sociais com homens e relações sexuais com mulheres; 3) conquistas profissionais em empregos identificados como 'trabalho de homem'; e 4) papel familiar patriarcal (CRANE, 2006, p. 354).

Em reforço, a autora em estudo explica que é por essa razão que muitos relutam em expor uma imagem pessoal fora do padrão, uma vez que, como senso comum, os homens são portadores de uma identidade supostamente mais inabalável. O simples interesse pela moda já o faz ser alvo de suspeitas e de chacotas, pois a masculinidade implica uma displicência na aparência. Logo, tal negligência pode ser ironicamente proposital e construída por meio de um cuidado pessoal. Para muitas sociedades, a moda sempre se certificou de garantir as distinções de gênero; mesmo quando tenta confundir, na realidade, isso não passa de uma proposta passageira de modismo da estação.

Como tal, a aparência faz parte fundante da construção social da identidade, e são encontrados nesta, muitas vezes, os preceitos um tanto quanto inflexíveis; assim, ela subverte ou conserva fronteiras simbólicas. São apresentadas tanto uma expressão individual quanto uma forma de controle, pois este é usado para fornecer uma declaração sobre o posicionamento do sujeito na sociedade, “[...] mas suas mensagens principais referem-se às maneiras pelas quais mulheres e homens consideram seus papéis de gênero, ou a como se espera que eles o percebam”,

ênfatiza Crane (2006, p. 47). Como premissa básica, há a cobrança das diferenças inerentes nos modos de vestir desde o surgimento da concepção de moda, ensinadas e repetidas ininterruptamente. Pelo levantamento histórico, percebe-se que a roupa, estrategicamente enfatiza algumas partes dos corpos para acentuar certas diferenças morfológicas. Como o tórax, pênis e ombro no homem e as curvas, decotes e quadril que reforçam a imagem da mulher. Nesse sentido, a roupa seguiu contrastando a linha divisória dos gêneros.

Como percurso crítico, a arbitrariedade é conhecida pela sua consolidação no sistema de moda sobre o que são considerados elementos estéticos do feminino e do masculino. Para reforçar tal conceito, Lipovetsky (2005) sustenta uma teoria chamada de processo de diferenciação ostensiva, que consiste em produtos de moda que são designados exclusivamente a um gênero. Do lado feminino, é possível citar claramente a saia, mas também os vestidos, *scarpins*, maquiagens, *tailleurs*, entre outros; bem como, no universo masculino, resguardam-se a gravata, *smoking*, sapato etc. O intuito desse processo é acentuar os gêneros e colocá-los em oposições. A título de regra, tudo que se diz contrário, complementa-se, como muito se acredita que devam ser o homem e a mulher. Essa interiorização subjetiva faz parte fundante da organização do sistema das aparências, mas, ao final deste capítulo, pretende-se questionar a afirmação do filósofo que, em 1989 sentenciava, na publicação de seu livro, que o masculino estaria condenado a eternamente desempenhar essa função. Razões para pensar isso não faltavam, pois o vestido, por exemplo, é de domínio feminino no Ocidente há mais de seis séculos.

Por trás da tão falada democracia e da libertação que a moda se permitiu ao longo de sua trajetória, um impedimento moral e intocável ainda resiste. Mesmo com as mudanças no tempo, nos dias de hoje, quando pouco se veem os imperativos e as regras, a versatilidade ainda reconhece e respeita o espaço de cada gênero. Talvez possa perceber-se, em determinados momentos, a oscilação da linha divisória, mas a homogeneização da moda dos gêneros ainda está longe de existir. É por esse motivo que a saia ainda faz fortemente parte do imaginário masculino, assim como outras peças vistas como símbolos do fetiche feminino, como o salto agulha e as *lingeries*. Hollander (1996, p. 80) afirma que as saias “[...] constam como um elemento original e puramente feminino. Desde seus começos no século XVI, nunca foram tomados como empréstimo pelo vestuário masculino”. Vale lembrar que

o *kilt* se encaixa como um saio tradicional de uso dos homens que faz parte da cultura escocesa, e por isso, não se inclui na definição de saia feminina.

Entendida, então, como um dispositivo social, a moda tem como propósito privilegiar certas partes do corpo, conforme os valores de um período histórico e local. Em toda a sua amplitude, percebe-se, por exemplo, que os homens “apresentam insistentemente a utilização e a valorização de formas em linhas verticalizadas e que ressaltam principalmente os ombros e as pernas como indicadores de sua força e virilidade” (CASTILHO; MARTINS, 2005, p. 33). Esse é o padrão estético oposto ao feminino, que exalta as curvas. Muito desses moldes a serem seguidos decorrem como uma resposta ao princípio de integração e completude.

Para uma maior clareza sobre como a moda enxerga as separações de gênero no trajar, a seguir, é discriminado alguns pontos históricos que foram marcantes nesse atributo de sentido. O intuito é identificar essa conotação desde o final do século XIV, que é quando a vestimenta começa a ser compreendida como integrante de um fenômeno social cíclico de mudança de desejos materiais, até hipóteses sobre os novos rumos das tendências vigentes. Vale colocar que não há o objetivo de naturalizar associações de formas diretas; é antes, uma abordagem mais abrangente, que não possui o interesse de contemplar singularidades nesse processo histórico. São assim, dadas algumas opções críticas como mote de análise para propor certos paralelos sobre acontecimentos sociais e as formas de trajar de parte da população.

3.1 DO SÉCULO XIV ATÉ AS TENDÊNCIAS DE HOJE

Embora na condição de um movimento cultural, a moda seja uma invenção do final da Idade Média, pela igreja católica, o recato sexual era biblicamente o propósito original para cobrir o corpo. Conforme o período e local, o corpo despido nem sempre foi sinônimo de vergonha, ainda que historiadores de moda concordem que foi justamente com a popularização do hábito de se cobrir que despertou ainda mais o interesse sexual. Hoje, um corpo nu, desadornado e espontaneamente exposto pode não trazer grandes excitações, diferente do estimulado com apetrechos de beleza. Lurie (1997, p. 226) explica: “Seja ou não a causa primordial, desde o início dos tempos, uma função importante do vestuário tem sido promover a

atividade erótica: atrair homens e mulheres uns aos outros, garantindo, assim, a sobrevivência da espécie”, e para tanto, vê-los de forma complementar para atingir tal meta.

Levando a discussão para o terreno histórico ocidental da classe média e alta, Svendsen (2010) acredita que há uma divisão clara dos gêneros nos modos de trajar desde o século XIV. Sistemáticamente, as mulheres prevaleceriam com uma silhueta mais ajustada. No âmbito da modéstia, a estrutura de modelagem e costura para o busto resultou na atenção ao decote, que aos poucos foi se aprofundando e se tornando um símbolo feminino, ainda mais enfatizado graças ao contraponto dos sufocantes espartilhos. Desde então, a exposição da pele viria a ser um assunto delas.

Dessas vontades, os fatores sexuais fortificam-se como um dos motivos do uso de determinadas roupas. Guardadas as devidas proporções e os relativismos culturais, as distinções entre os sexos pelas convenções no trajar podem ser encontradas nas civilizações. O primeiro grande divisor de sentidos sexuais, na visão de Hollander (1996), foi situado em meados de 1380. Houve uma ruptura que se estabeleceu desde então, mesmo que interpretada de maneiras distintas. A historiadora exemplifica mediante a violação de conduta de Joana d’Arc, que, se ocorresse antes ou depois desse período, possivelmente não teria visualmente chocado tanto. No entanto, no início do século XV, as vestimentas eram sexualmente expressivas demais. Evidentemente, a heroína francesa causou estranheza não apenas pela sua aparência, mas assumiu até em momentos do cotidiano, um estilo atípico das demais mulheres da época. Tal prática tornou-a ainda mais conhecida. Sem qualquer modéstia romântica ou véu na cabeça, suas armaduras e seu temperamento com bases nos privilégios masculinos renderam-lhe a reputação de uma feiticeira. Ou de uma prostituta, pois só uma teria coragem de separar suas pernas com tecidos como faziam os homens. Símbolo de fuga para perceber as pernas como membros funcionais, a calça teria que aguardar mais de quatro séculos para que fosse de fato, um hábito entre elas também.

Ainda pela visão de culpabilizar a imagem da mulher pelos males da sociedade, vale lembrar que os romanos julgavam bárbaras as vestimentas costuradas, que contornavam o corpo, chegando a decretar pena de morte a quem as usasse; além disso, houve diversas tentativas do senado romano de proibir o uso de seda, pois além de seu alto custo, a propriedade das roupas de seda de se

aderirem aos contornos do corpo, segundo eles, era uma ameaça à moral. Assim como os calçados, em um período em que os britânicos se mantinham nas colônias norte-americanas, foram criadas rígidas leis contra o uso de salto alto, pois dizia-se que tais sapatos seduziam os homens para a luxúria e o pecado; ademais, em algumas comunidades da época, o salto era um símbolo associado à bruxaria. Já os de bico fino e compridos que foram tendência por quase quatrocentos anos consecutivos, até sua proibição pela igreja em 1367, quando foram considerados pecaminosos e chamados de garra do diabo. Os religiosos condenavam seu uso, pois além de considera-los depravados, quem os usasse não era capaz de se ajoelhar em oração. Por esses motivos, a igreja alegou que a Peste Negra ocorria, pois fora a maneira de Deus castigar a humanidade pelo uso de tais peças demoníacas (COX; JONES, 2014).

É durante o Renascimento que se origina um código moral bastante apurado, que orienta o olhar somente para a parte de cima do corpo. Essa é uma época em que se define uma beleza moderna vista somente no feminino, misturando ao mesmo tempo, fragilidade e castidade, uma perfeição e admiração. Esse domínio da beleza é retratado nas pinturas de Vênus, associa Vigarello (2006), em que se desenha uma fronteira bem clara, que deixa toda a força e o temor na figura masculina para que, com esse vigor, eles combatessem os inimigos, e se equilibrassem com a formosura e o refinamento delas. Essa posição de inferioridade e pudor fazia parte de um conjunto de dinâmicas que serviam ao deleite dos homens. Além disso, promoviam a literatura.

Uma das personalidades da história que aqui parece ser interessante evidenciar é o duque Philippe d'Orleans, talvez um dos primeiros entusiastas de *cross-dressing*. Conquanto ele tenha nascido no século XVII, que já priorizava o uso excessivo de ornamentos como saltos, perucas, babados e chapéus para os homens, Steele (2013 – tradução nossa) acredita que foi somente graças ao seu *status* hereditário de realeza, que o duque garantiu não ser executado como o seria qualquer outro cidadão.

A frivolidade do século XVIII foi concretizada com os abusos estéticos dos denominado Macaroni, um estilo masculino que resgatou os principais atributos do coquetismo feminino, extrapolando a sua essência. Dessa lógica, nasceu um homem considerado bastante efeminado, usando coletes, calções e casacos muito justos no corpo e desenvolvidos com matérias-primas pouco acessíveis para o

tempo, como veludo, fio de *chenille*, brocados, sedas bordadas e paetês metalizados. Tudo isso era aliado a muito perfume e a perucas extremamente alongadas com ornamentos de laços. Essa produção confundia as pessoas, como explica McNeil (2013, p. 95 – tradução nossa):

[...] era frequentemente tida como uma imagem de gênero indeterminado [...] ele tem sido pouco analisado dentro da história da sexualidade [...]. Isso é porque o modo de vestir tem sido pouco usado como uma lente para ler mensagens e códigos através dos quais as pessoas declaram suas vidas⁶.

Todavia, essa extravagância era concentrada somente nos aristocráticos, ingleses na sua maioria, que influenciavam os gostos vigentes da população. Além de uma questão financeira, já que era bastante custoso mantê-la, havia uma implícita permissão social, pois aqueles de baixo *status* eram condenados à força por libertinagem.

Figura 2 – Gravura de um personagem representando o estilo Macaroni e um trabalho do porcelanista Franz Anton Bustelli



Fontes: Macaroni Club (2015); Bustelli (2015).

⁶ Texto original: “[...] was often seen as indeterminate gender image [...] it has not been sufficiently analyzed in the history of sexuality [...]. This is because the way of dress has been not used as a reflection to read messages and codes through which people declare their lives”.

Alguns artesãos como o alemão Franz Anton Bustelli, reproduziam o *petit-maître* – expressão atribuída a tal comportamento e estética para a época – em suas obras. Esse estilo durou pouco, mas deixou possibilidades de futuras novas aberturas.

Outro marco nos estudos de gênero pela história da moda ocorreu em 1775, quando o médico e filósofo Pierre Roussel lançou o livro ‘Sistema físico e moral da mulher’. Neste, há uma elaboração analítica sobre a construção da identidade feminina baseada nessas duas principais plataformas que o título propõe. Alguns discernimentos mulheris remetem ao fato de que a função reprodutora fica evidente em uma natureza vulnerável, dependente do homem para praticamente tudo, e estreitamente relacionada a uma subordinação de seu próprio corpo. As diferenças entre os dois sexos na indumentária fica, por conseguinte, cada vez mais evidente. Além disso, ressaltam-se incentivos na intelectualidade e na fisiologia, ao mesmo tempo em que se tornam, homens e mulheres, complementares na condição de um casal (HOUBRE, 2005).

Seguindo na linha cronológica, é, antes, útil entender que o termo eonismo significa a tendência de homens a adotar costumes considerados culturalmente femininos. A expressão originou-se em um diplomata francês, Charles de Beaumont, mais conhecido como *Chevalier d'Éon*: em português, o Cavaleiro de Eon⁷ que, por muitos anos de sua vida como soldado, alegava ser uma mulher. Como agente secreto, ele inicialmente se travestia usando vestidos, saltos e perucas com a finalidade do disfarce; essa era uma necessidade profissional e um atributo de negociação para infiltrar-se em espaços de difícil acesso. Mas o que iniciou como ornamentação, recaiu em um hábito pessoal.

Madame Beaumont, como também era conhecida, mantinha uma certa autorização no sentido da mobilidade entre os gêneros, já que servia ao trabalho de espionagem ao Rei Luiz XV. Uma possibilidade para entender tamanha aceitação desse travestimento seria pelo poder que a aristocracia tinha, mantendo tal comportamento inquestionável. Apesar dos rumores e do grande estranhamento que suscitava em todos, já que este gosto era público, jamais teve sua posição social ameaçada na corte francesa. Curiosamente, “Nas histórias que o/a cercam inexistente

⁷ Nascido em 1728 e falecido em 1810, seu nome de batismo era Charles Geneviève Louis Auguste André Timothée D'Eon de Beaumont, herdeiro de uma família francesa nobre (BRITISH MUSEUM, 2014 – tradução nossa).

uma moral assentada no pressuposto da determinação natural das condutas” (BENTO, 2008, p. 16-7).

Figura 3 – Chevalier d'Éon e suas facetas femininas



Fontes: Chevalier (2013); British Museum (2014).

Diante dos exageros, possivelmente como uma resposta a tanta extrapolação visual, o final do século XVIII foi aos poucos, mostrando um tempo de renúncia na ornamentação masculina, sugerindo uma maior funcionalidade. Como resquício, até hoje fica a cargo da mulher a elaboração em busca da beleza conspícua. A uniformidade por sua vez, garantia ao homem a credibilidade e respeitabilidade em uma época industrial e de grande efervescência no mercado. Monneyron (2007) lembra que é na Revolução Francesa que ocorre a distinção dimórfica mais eficiente, quando se proíbe às parisienses o uso da calça e a

chamada não moda para os homens. A seriedade estava enfim, instaurada nas vestes masculinas, e no século XIX, é então proposta a austeridade para o traje masculino, para refletir o trabalho e o conseqüente anseio financeiro, de forma a deixar os ornamentos e a ociosidade necessária para as suas esposas e filhas.

Foi também, por conta da Revolução Industrial, que se exigiu do homem passar mais tempo no trabalho e, portanto, ser mais comedido nos trajes, a fim de refletir sua produção material. A palavra de ordem era a sobriedade, que virou sinônimo de riqueza, mesmo não aparente. Essa função ficava sob a responsabilidade da esposa, papel reforçado pelo comportamento bastante submisso e limitado que a ela era dado. Exceto pelo vestuário, o que o torna tão interessante para elas. Com isso, surge a funcionalidade da calça e a austeridade da camisa, em contraponto com a ociosidade do espartilho, a frivolidade dos babados e toda a ostentação dos acessórios que marcavam a separação de gêneros e suas respectivas funções sociais (FRINGS, 2012).

Como extensão a essa narrativa histórica, o período vitoriano privilegiou uma mulher delicadamente frágil, dependente de seu esposo tanto no quesito financeiro quanto no emocional. Levando em conta o padrão de beleza mostrando uma mulher fisionomicamente debilitada, esta fazia seu corpo insuficiente supostamente urgir por camadas de tecidos e em meio a estruturas como corpetes, anáguas, crinolina e barbatanas, sem contar os acessórios, que a deixavam na realidade, ainda mais impotente. Além disso, sua pele clara representava sua condição social e, em uma sociedade patriarcal, sustentar uma mulher incapaz com todos seus caprichos era sinônimo de riqueza e poder sexual.

Mesmo que muito breve, a época eduardiana serviu para deixar de lado tanta infantilidade e fraqueza. Embora ainda volumosas, as roupas da época pressentiam lentamente, a mulher mais emancipada, justamente quando ganhavam força os movimentos feministas. Houve uma singela tentativa de instaurar a calça, mas ainda era cedo demais para os mais tradicionais; logo foi abolida, mesmo com o pretexto do uso da bicicleta.

Foi então que efetivamente no século XIX, instaurou-se a preocupação com o dar voz aos novos anseios da burguesia, ocasionando, como era de se esperar, uma grande mudança no trajar como resposta a esse novo estilo de vida. A industrialização também foi um dos fatores responsáveis por acentuar o antagonismo dos sexos, reservando às mulheres tarefas mais sedentárias; aos

homens foram dadas atribuições externas ao lar. A vida segregária obrigava distintas atuações de gênero. Sintetizando a bibliografia histórica de Gilda de Mello e Souza (1987), uma parcela bastante considerável de mulheres se resumia em orientar seu tempo na busca de um interessante marido, já que seria a maneira mais eficiente de ascensão e manutenção social, além de estabilidade econômica. Nessa perspectiva, as mulheres deveriam estar confinadas nos lares, e as atividades cotidianas convergiam para o preparo de um futuro casamento, levando-as a desenvolver seus dotes manuais e a se ornamentar cada vez mais.

A situação de eterna solteira era um quadro bastante assustador, mas não mais do que precisar se dedicar a algum trabalho remunerado. Assim, prevalecia a entrega a dotes domésticos inúteis. Motivada por esse receito com a acentuação do ócio, a arte da sedução e do exibicionismo via-se culminante no cenário feminino para atingir a essa expectativa:

Tendo a moda como único meio lícito de expressão, a mulher atirou-se à descoberta de sua individualidade, inquieta, a cada momento insatisfeita, refazendo por si o próprio corpo, aumentando exageradamente os quadris, comprimindo a cintura, violentando o movimento natural dos cabelos. Procurou em si – já que não lhe sobrava outro recurso – a busca de seu ser, a pesquisa atenta de sua alma (SOUZA, 1987, p. 100).

A alienação e reclusão conferiam o impulso artístico e a exuberância no planejamento de sua complexa plasticidade pessoal, um verdadeiro estilo de existência. Todo o encanto era para elas, correspondendo ao uso excessivo de cores, formas, acessórios e maquiagens, enquanto o homem estava comprometido com a industrialização e evolução fabril. A austeridade e monotonia no trajar ficavam, dessa forma, por conta dos trabalhadores e a renúncia ao excesso aproximava-se cada vez mais, de uma simplicidade funcional que visava passar despercebido com os uniformes. A regularidade visual incentivou o interesse maior pelos bigodes bem pontudos, cabelos aparados e chapéus, como também pelas bengalas e luvas. Apesar de igualmente sóbrios, a autora considera esses elementos como símbolos fálicos, uma vez que representam uma compensação pela renúncia visual que o homem teve de assumir. Nesse aspecto, os substitutos dos ornamentos incluíam até o fumo excessivo dos charutos.

As distinções visuais dos sexos ficavam no âmbito funcional também. O empecilho que tolhia os movimentos das mulheres servia de subsídio para demarcar

uma posição de não estar desempenhando nenhum trabalho braçal. Alguns mecanismos da moda reproduziam ludicamente a futilidade, no sentido de impedir qualquer prática de trabalho. A saber: os saltos altos lhes davam permissão de poucos passos; os espartilhos, mal as deixavam respirar; as crinolinas negavam qualquer transporte, assento ou porta que fosse simplório na sua largura; as luvas apertadas, em delicadas mãos, faziam poucas e leves coisas caber-lhes; as caudas de vestidos podiam ser varridas somente em chãos limpos nos passeios. Ou seja, inúmeros são os exemplos de inflexibilidade física que reforçam a ociosidade e o esnobismo das mulheres da nobreza da época.

Ainda pela visão de Souza (1987), a emancipação feminina surge como ponto de convergência para importantes mudanças no vestir e no comportar-se, antes vistas somente no âmbito doméstico, como o exibicionismo, a imitação e o recalque, graças especialmente, à proliferação das atividades produtivas. A cientista social defende que a moda foi o principal recurso de identificação entre os sexos, e uma vez que o desenvolvimento da indústria permitiu a libertação das mulheres das classes altas nas atividades produtivas, acabou por proporcionar um destaque a elas nos centros urbanos. O desenvolvimento da indústria ocasionou um acesso mais variado de matérias-primas e informações de tendências em jornais, retratando os gostos de outros países para acompanhar e copiar. As ruas e avenidas, agora mais bem preparadas para os transeuntes, eram palco para a visibilidade e teatralidade pública.

Crane (2006) concorda que, nesse período, era a moda que claramente distinguia os papéis de gênero, ao ornamentar a mulher da nobreza de forma a não restar dúvidas de sua ociosidade aristocrática. Uma verdadeira matrona burguesa com vários criados para desempenhar as atividades por ela. Com frequência, as solteiras e trabalhadoras desafiavam essa lógica, já que suas – poucas – roupas não eram restritivas, sendo impensável o uso de cores claras, crinolinas e sombrinhas, por exemplo, nos ambientes de fábrica. Muitas delas, com o apoio de movimentos feministas, reivindicavam o direito de usar peças mais saudáveis, como as calças. Dentro dessa perspectiva, Amelia Bloomer se mostrou muito à frente de seu tempo quando, refletindo sua militância na equiparação de gêneros, propôs uma reforma no vestuário. Acabou emprestando seu nome para a criação de uma peça. Mesmo possuindo uma saia, a calça *bloomer* era volumosa por debaixo dela e foi pouco compreendida, repercutindo no cenário internacional quando a própria Amelia

publicou em uma revista em 1851. Poucas tinham coragem de permanecer usando tal modelo de roupa após a negativa repercussão e os assédios constantes nas ruas. Apenas ela foi autorizada, graças à popularização de atividades ao ar livre, como pedalar, nadar e andar a cavalo, hábitos de lazer que exigiam maior mobilidade até para as damas da sociedade. Para Crane (2006), no final do século, a cultura começa a ser global e notadamente, os estilos começam a se propagar, o que inevitavelmente, gera mais compreensão do todo. E assim, Londres era o polo para o vestuário masculino ocidental; e o feminino, oriundo de Paris.

Outro marco interessante a ser pontuado na história da moda, pela visão dos estudos de gênero, foi o dandismo, um movimento caracterizado pela sobriedade na distinção do vestir, destacando a masculinidade na sociedade que por muito tempo, tinha voltado as atenções para o vestuário das mulheres. Propunham assim, a ternura feminina em uma figura masculina, com um ar superior voltado ao ócio, segundo Eco (2010, p. 333) resume: “Como exemplo sublime de aristocrático tédio e de desprezo pelo sentimento comum [...]”. Era quase como uma forma de protesto visual; o rompimento definitivo do dimorfismo trazido pela Revolução Francesa. De visual contestador do parecer, ele reivindicava o direito de, assim como as mulheres, também poder exalar os cuidados com a aparência.

Um dos ícones dândis era George Bryan Brummell. Costumes requintados e ar de esnobe, *Beau* Brummell como era conhecido, significou o arquétipo deste fenômeno na Inglaterra, propondo trajés modernos, incluindo a gravata, indo contra a dinâmica da moda masculina no início do século XIX. Mesmo que não tivesse origem aristocrática, ele influenciou o estilo de vida da alta sociedade, ao retirar todos os excessos como os saltos altos e as cores chamativas. Contradizendo a lógica da distinção da época, ele comprovou que a elegância poderia ser algo aprendido, e não vindo obrigatoriamente de berço. Mesmo sem credenciais hereditárias, terras, ou até mesmo um endereço ou renda fixa, ele possuía um refinamento que era ensinado aos demais homens de classe, salienta Hollander (1996).

De aparência alinhada e sóbria, ele dizia que um homem deveria cuidar da manutenção da elegante, porém sem perder a discricção – sentimento chave para ser considerado um dândi. Legendário, ele corporificava um novo estilo que surpreendia por conseguir articular a alfaiataria com conceito de urbano. A essência dessa tendência estava na dedicação dada aos adornos. Batterberry (1977 – tradução

nossa) afirma que Brummell era considerado realmente original, pois introduziu não somente uma nova proposta bastante específica, mas todo um conceito baseado na elegância masculina cujas diretrizes são seguidas até os dias de hoje. Além de roupas ajustadas perfeitamente ao corpo e o uso do linho, foi seu mérito trazer à tona para a época, os cabelos curtos mostrados sem mais as perucas. Em um período em que a toailete não era valorizada, o rosto barbeado e a higiene pessoal impecável que incluía doses diárias de banho com leite seguramente chamavam muita atenção.

A rotina de Brummel era um tanto quanto excêntrica: engraxar seus sapatos com champanhe e gastar diariamente cinco horas para se arrumar com direito à plateia presenciando-o, na chance de tentar seguir seus passos. O cuidado extremo da alfaiataria levava-o a encomendar suas luvas em lugares diferentes durante sua confecção, sendo os dedos de pelica em um lugar e os polegares, em outro. Ainda como precursor, escovava os dentes diariamente e cuidava para se manter limpo o dia todo, nem que para isso, trocasse de roupa quantas vezes fosse preciso. Morreu em um hospício em 1840. Embora a ostentação não fosse mais bem vista, o entendimento da exuberância estava no cuidado excessivo com a aparência, considerado até então, algo pertencente ao universo feminino (COX; JONES; STAFFORD, 2013).

Outros nomes foram também muito importantes nesse modelo de vida refinado e sustentado por hábitos conspícuos. Entre eles, Lord Byron e Charles Baudelaire, cada um com suas excentricidades, mas sempre mantendo “uma arte de viver no cotidiano”, poetiza Maffesoli (2010, p. 78). A finalidade era apresentar a austeridade inglesa no trajar, propositalmente se distanciando da decadência que se pronunciava na França. Isso se transformava em uma tentativa de deixar de lado os exageros do Rococó e do Barroquismo, ocasionando uma limpeza, tanto na aparência quanto na higiene pessoal e até na postura. Esse estilo inspirado na ociosidade e no gosto pela arte como representação máxima da estética elitista, foi adotado também por Oscar Wilde, que se potencializou pelo sua homossexualidade no final do século XIX, na Inglaterra. Mais do que posses ou direitos hereditários, Svendsen (2010) acredita que ele tinha elegância corporificada graças aos alinhamentos sofisticados trazidos pela alfaiataria.

Todos esses e outros dândis foram homens autoindulgentes ao propor um grande cuidado de si, com um refinamento um tanto quanto excêntrico, por meio da

alfaiataria criativa e da qualidade nas vestimentas. O dandismo permanece correspondendo a um estilo no vestir caracterizado pelo excesso de cuidados no trajar do homem contrapondo-se à discricção nos gestos. Sobre essa releitura, para muitos, Eduardo VII foi um ícone de inspiração para até hoje representar esse estilo.

Essa observância em seguir uma formalidade padronizada e segura, quase patriarcal, com elementos visuais aristocráticos, causou uma grande estranheza na época. Tanto que, no influente documento de 1857, 'Estudo forense de atentado ao pudor', o médico francês Ambroise-Auguste Tardieu justificava a identificação da pederastia em termos de uma aparência efeminada e em um interesse suspeito por moda, já que não era um hábito tido originalmente masculino (STEELE, 2013 – tradução nossa).

Interessante de se perceber é que este tipo de beleza masculina pôde aflorar muito em função da segurança feminina. Prenunciando talvez, o que aconteceria no próximo momento da história, sobre a independência das mulheres, a fragilidade começa a ser vista na aparência deles, sendo compartilhados alguns antigos critérios de beleza antes só exigidos delas. Ilustrava uma suavização, já pensando em uma maior igualdade que estava por vir, cujas fontes de informações populares da época nem mesmo conseguiam descrevê-los. Segundo Vigarello (2006), as características cabíveis como belo, delicado e perfeccionista eram muito destinadas ao universo feminino até então.

Chegando ao século XX, Crane (2006) aponta para o fato de que a Primeira Guerra Mundial trouxe uma preocupação de sobrevivência tanto física quanto simbólica, já que muitas cidadãs dos países em conflito, pertencentes da classe média e mesmo da alta, precisaram trabalhar no lugar do marido que estava na batalha. E mais, como uma forma de mostrar a presença e credibilidade do homem ausente, elas preferiam silhuetas com conotações consideradas mais masculinizadas para a época. Este estilo alternativo se materializava com o uso de casacos, gravatas e coletes, e colocou as mulheres, antes extremamente ornamentadas, em um patamar nunca antes tão próximo à moda deles, desde a sua origem como um sistema cíclico social. Criou-se inclusive, para isso, uma expressão: *à la garçonne*. Nas cenas mais vanguardistas de lugares como New York, a troca visual de papéis era tão marcante, que já se podia usar a expressão *cross-dressing* pela associação com a subcultura lésbica, pois esse fato ultrapassava meramente o tomar emprestados alguns elementos do guarda-roupa do homem.

Antes desse tempo, a sensualidade era enfatizada por meio de tecidos, simulações e ornamentos. É aqui que a mudança maior acontece no âmbito do corpo, quando este, por si só, é a atenção maior, e as exposições propositais de partes de pele se bastam para compor uma figura com apelo sensual. Diretamente, ele passa a ser o protagonista da beleza e então, todos os cuidados estéticos são de interesse também da área médica. Não mais oculto, Hollander (1996) enaltece a noção do toque na pele, sem intermeio e sem a impressão de vulnerabilidade. Na mesma intensidade, as matérias-primas naturais foram mais aprimoradas – couros, pelos e sedas – para o deleite tátil das mulheres. Gabrielle Chanel soube materializar esse espírito de confiança sexual, ao mesmo tempo priorizando o corpo para trazer conforto ao refinamento, como elemento possível de ser levado em conta. Invariavelmente, traços masculinos vieram à tona, ao propor independência no vestir, com peças que não necessitassem do auxílio de uma segunda pessoa, como era vestir um corpete. Além da calça e do cabelo curto, um ícone pouco abordado na história da moda pelo viés do gênero é a bolsa 2.55, uma invenção de Chanel que simbolizava a equiparação dos sexos. Isso porque, tal acessório enfim possuía alças, demonstrando que as mulheres estavam mudando já que precisavam de uma bolsa mais condizente com sua vida dinâmica, permitindo as mãos livres para questões mais importantes.

Há de se considerar que, talvez a principal transformação na barreira de gêneros na indumentária foi no decênio 1920, quando as cidadãs mais vanguardistas começavam a efetivamente, buscar seu lugar na vida política e econômica. Precusores de um espírito de tempo já saturado dos excessos no trajar, o vestuário feminino passa por eliminações nas suas estruturas. Para tanto, busca inspirações na vestimenta masculina. Muitas mulheres, já em posições significativas de trabalho, obrigaram-se a afrouxar o espartilho, a recusar a crinolina, a diminuir o chapéu e a encurtar a saia para facilitar a mobilidade nos afazeres, desta vez, não só no âmbito doméstico. Embora na parte de baixo continuassem a imperar as saias e saltos, o tornozelo torna-se a zona mais erótica, já que, pela primeira vez na história da moda ocidental, ele retorna a ser visto. Desde então, nunca mais precisou ser ocultado novamente. Vale lembrar que agora elas tinham muito mais tempo, antes desperdiçado com lavagem das inúmeras peças sobrepostas, além de precisar passá-las, remendá-las e simplesmente, ainda vesti-las. Da mesma forma, os cabelos, não mais até a cintura, poupavam as mulheres de ficarem horas

lavando, secando, penteando e o elaborando. Paralelamente a isso, a vida fora de casa começa a trazer mais oportunidades de relacionamentos entre gêneros. Assim:

[...] realmente, à mulher reprimida fisicamente por adornos incômodos como a crinolina, ou moralmente pela decência a um número de gestos muito limitado opõe-se uma mulher muito mais livre em seus movimentos e potencialmente livre para se entregar às mesmas atividades dos homens, e, além disso, para se comportar como eles em todas as áreas da vida social (MONNEYRON, 2007, p. 44).

Descobrimo o que a sociedade poderia oferecer-lhes, a prática de esportes a céu aberto e a pele corada pelo sol começa a virar sinônimo de saúde; não é mais uma consequência de um trabalho braçal. Até a bermuda começa a ser vista nos períodos de ócio ou de atividades físicas. Como era esperado, a calça era a peça menos atraente quando vista nos eventos públicos. Lurie (1997) ainda reflete que até hoje há escolas tradicionais que perduram a obrigação da saia como uniforme para representar a obediência. O período de 1920 mostrava apetrechos que já sinalizavam a emancipação feminina, como gravatas e colarinhos. Aliando-se a isso, a atriz Louise Brooks e seu cabelo curto *eton crop* foi um ícone na época, bastante distante do padrão de beleza de poucos anos antes. Derivadas da imagem do homem, elas recorriam aos atributos simbólicos além do cabelo, achatadores de seios para definir uma silhueta mais tubular, cintura deslocada para o quadril e demais recursos, como correspondência à evolução do comportamento: direito ao voto, fumo em público, direção ao carro, saídas sozinhas à noite entre outros hábitos.

Houve também, os maiores progressos na indumentária em menos tempo. Popularizaram-se os tecidos com maior maleabilidade e a produção requereu o auxílio de zíper e de elásticos para acompanhar o movimento corporal. Nascia um novo estilo de vida vanguardista para a época, apresentando mulheres boêmias, audaciosas e livres. Vigarello (2006, p. 143) justifica: “Essa gracilidade não é apenas formal. Ela pretende revelar a autonomia das linhas do corpo, ilustrando a profunda transformação da mulher” que estava só iniciando.

Como contraponto a esse início de liberação visual de gêneros, foi nessa mesma década que ocorreu a publicação de um guia em Paris, advertindo que nos arredores da Champs-Élysées, poder-se-ia deparar com jovens homens exprimidos em casacos cinturados, escandalosamente enfatizando o quadril, com ridículo

cabelo ondulado. Um verdadeiro preparo psicológico para os transeuntes, Steele (2013 – tradução nossa) afirma. Como esperado, a subjetiva contrapartida dos homens veio na forma do frescor no vestir. Era o caso de Barbette, apelido dado ao ator que no meio artístico ficou conhecido justamente pelas suas performances, nas quais se apresentava somente com elementos estéticos e trejeitos femininos, e a nem todos agradando.

Figura 4 – Barbette se produzindo e em uma de suas performances



Fontes: Vintage Drag (2015); Trans (2015).

Essa democratização visual estende-se nos decênios de 1930 e 1940 como, por exemplo, pode-se perceber na figura de Marlene Dietrich, que também adotava elementos masculinos – a atriz alemã será importante novamente no subcapítulo sobre a popularização dos filmes de Hollywood como outro recurso de imagem para aproximação do tema. Entretanto, essa mesma dialética da aparência se dá por um

outro motivo: a recessão causada pela Segunda Guerra Mundial, período no qual novamente, o homem se ausenta e assim, faz as mulheres serem mais funcionais no modo de vestir, uma vez que começam a sustentar a família e precisam gastar o mínimo em objetos supérfluos. As atividades fora de casa, tanto por uma necessidade profissional como de lazer, começam a deixar marcas no corpo. As peças de banho permitem que o sol bronzeie as peles e a musculatura fica torneada, graças à popularização da prática de esportes ao ar livre.

Mas, com a chegada do pós-guerra, um sentimento de paz e esperança vem à tona. Graças ao retorno dos homens, Crane (2006) assinala que as mulheres das classes médias e altas poderiam voltar a serem românticas donas de casa, como foi muito representado nos filmes, através do estilo *American Way of Life*. A moda na década de 1950, como previsto, dialogou com esse fato, trazendo a feminilidade de volta, com a cintura bastante marcada, os quadris largos e as saias rodadas. Enquanto isso, os meninos celebravam o *rock* com jaquetas e *jeans*, em especial com esta calça que teve uma rápida popularização, vinda de uma alternativa de uniforme durável e barata de trabalho nas mineradoras, e que se tornou talvez, a peça mais unissex já criada. Por esse fato, o *New Look* é até hoje, a representação máxima de uma vontade de mudança que durante a Segunda Guerra Mundial havia sido perdida, quando um único traje composto por um *blazer* e uma saia repercutiu no mundo inteiro, ao propor o uso de muitos metros de tecidos para simplesmente confeccionar o efeito plissado. O desperdício é curiosamente celebrado, símbolo do fim da recessão.

Em estudos paralelos, Gilberto Freyre (2009) já percebia o lugar peculiar da moda pelo motivo de ela dar conta de explorar e projetar as mudanças sociais. Consubstancia um modo de ser e estar no mundo, incluindo uma ética entre sexos e suas moralidades nas relações. Notadamente o autor defendia isso; inclusive propunha uma diferenciação na esfera textual: ‘modos’ relacionados ao homem e ‘modas’ destinadas às mulheres como mudanças de gostos e hábitos mais efêmeros. Mesmo não ultrapassando o plano simbólico, de qualquer maneira, atinge a arbitrariedade da figura masculinizada ou da estética da feminilidade. Ele atenta para o fato da função básica da moda, a distinção, e chama de mulher ornamental a passividade delas para com os maridos, servindo seus aperfeiçoamentos de artifícios para testemunhar o apreço deles.

magra que viraria modelo mundialmente reconhecida. Com a proliferação da subcultura *hippie*, a distinção de gêneros no vestir fica menor, e ambos voltam a usar vestes com muito mais conotações remetendo oposições ao machismo, aos conflitos mundiais e às ideologias do que propriamente direcionadas a uma preocupação com uma segmentação sexual. O unisex, nesse sentido, disseminou-se facilmente. O estilista Yves Saint Laurent cria em 1966, o *smoking* feminino, e a minissaia de Mary Quant eclode com a sexualidade até então reprimida, um símbolo de ruptura, contracenando com o anticoncepcional e com a revolução sexual progressista.

No mesmo decênio, Amanajás (2014) aponta que houve a formação do Dzi Croquettes, um grupo de dança que misturava coreografias provocativas e encenações irreverentes, em que os bailarinos ficavam seminus ou travestidos na maioria das vezes, com o auxílio de muita purpurina, maquiagem e acessórios.

Figura 6 – Cenas em palco do Dzi Croquettes



Fontes: Interative (2011); Deformance (2011).

Com o apadrinhamento da atriz americana Liza Minnelli, os dançarinos despontavam no meio artístico, levando especialmente para Paris, um ritmo sensual da bossa nova, com o profissionalismo artístico e mensagens da contracultura. Mesmo não sendo deliberadamente o objetivo inicial, a travestilidade e a preocupação em definirem-se como 'gente' apenas, não como homem ou como mulher, também abriram portas para afirmação dos direitos dos homossexuais.

Lobert (1979) coloca que as apresentações – que iniciaram em 1972 no Rio de Janeiro e por esta pesquisadora acompanhadas de 1973 até 1974 – possuíam um discurso não só estético como também ético. Durante o auge da repressão política, ela explica que o teatro era visto muito mais como um espaço subversivo do que de produção cultural. E foi dali que o grupo ficou conhecido, sempre contestador às tradições machistas, embora não sem os temores de possíveis confrontos políticos:

O estilo estético adotado cria certos receios. Lennie com sua grande experiência de confrontação com o público confessa: "No começo eu estranhava terrivelmente [...]". Os atores criaram vestuário transgredindo todos os padrões socialmente conhecidos até então, sejam tradicionais ou de fantasia. Mas a ressonância simbólica apontava, sobretudo para o confronto de corpos masculinos em roupas supostamente femininas (LOBERT, 1979, p. 07).

Na pesquisa de campo realizada durante as turnês, a autora relata as constantes trocas de roupas no decorrer das peças, sendo um artista sempre diferente do outro. Mesmo com a autoatribuição sendo 'show de travestis', o que mais chamava a atenção para o público da época eram as ambiguidades. Tangas, purpurinas, luvas de cetim, saias e saltos em corpos viris, barbas e pelos reafirmam a ótica da transgressão pela dança e teatro.

De cunho político, as performances, através de expressão corporal estridente, utilizavam da linguagem cênica para trazer certas problemáticas sociais brasileiras em pleno regime militar. Por ter chamado a atenção da ditadura, muitos materiais foram censurados; motivo pelo qual há poucos registros sobre o grupo e os espetáculos.

Tantas mudanças vindas à cena, especialmente trazidas pelos jovens, alteram o rumo da história. Não querendo mais os valores de passividade e tradição

de seus pais, aqueles fazem a diferença e conquistam espaços antes inimagináveis. Liberdade sexual, realização e expressão da identidade, atuação na política e várias imprevisibilidades, sempre em sintonia com a geração pensada como um todo, sem a autoridade patriarcal. No tocante a esse ponto, Vigarello (2006, p. 175) sublinha:

O conjunto desses comportamentos de consumo, ou igualitários, é contemporâneo de uma oscilação decisiva da qual a estrela do pós-guerra estabeleceu o exemplo: a afirmação definitiva da condição feminina. Tudo muda a partir dos anos 1960: é impossível pensar, como antes, no horizonte do masculino e do feminino.

A divisão sexual, tão demarcada nos anos anteriores, dá lugar à igualdade por intermédio das camisetas, tênis e calça *jeans* para todos. A valorização é dada pelas atitudes de cidadania e em prol do bem coletivo.

E assim, Steele (2013 – tradução nossa) salienta que o *Peacock Revolution*⁸ estava premeditado a acontecer em resposta à intolerância aos considerados maus costumes dos anos cinquenta. Levemente, houve uma flexibilidade no trajar masculino, oferecendo a eles mais opções de peças, semelhantemente à realidade delas, em vez do rígido e diário terno para todas as ocasiões. Cores, estampas, silhuetas e materiais foram expostos, a fim de condizer com uma vontade latente de individualmente expressar-se, demonstrando uma profunda mudança no contexto social, em especial vinda dos jovens. Os homens começam a perceber o peso do capital estético e o comércio de beleza logo toma esse espaço, lançando produtos específicos para eles.

A noção de masculinidade pode estar presente nas escolhas das roupas e no comportamento, acredita Cole (2013 – tradução nossa). A história do estilo *gay* sempre esteve ligada ao esforço de exprimir uma hipermasculinidade ou feminilidade extrema. O autor se apropria das teorias de Butler para justificar, com base na noção da performatividade, uma negociação tensa e permanente para se expor, culminando isso na aproximação maior com a moda. Logo, o invólucro corporal demonstrava a identidade de gênero conforme os estereótipos da época.

Foi também nesse período que a Alta Costura ganhou pela primeira vez, um setor masculino, registrando de vez o interesse dos homens pela moda. O mercado, percebendo isso, investe nesse ramo e as opções de peças aumentam graças à

⁸ A tentativa de tradução para o português as palavras ‘pavão’ e ‘revolução’ faz perder seu sentido, portanto, a expressão do movimento social é usada em inglês.

inclusão “[...] do vestuário masculino na lógica eufórica da moda” (LIPOVETSKY, 2005, p. 130). Depois de muito tempo na austeridade, enfim há um imperativo de libertação, pelo menos nas horas de lazer. Estampas iniciam pela roupa de esporte, dando passagem para as demais linhas. Camisetas e moletoms tornam-se populares aos jovens, com uma variedade de estampas nunca antes vista. Somada a isso, há uma redução considerável da diferenciação dos sexos identificada nos cabelos e acessórios.

Foi no início de 1970 que a cultura *pop* explorou o seu máximo, com premissa da estética *punk*, elementos fetichistas, *glam rock* e influências da arte. O não binarismo sexual nas produções estéticas era visto em ícones como David Bowie, que se perpetuou como uma referência andrógina. O cantor, por vezes brincava por meio de personagens em videoclipes e turnês, travestindo-se e provocando seus muitos seguidores. Crane (2006, p. 367) garante que “Ele foi o primeiro cantor a projetar uma imagem escancaradamente travestida” que subvertia as questões de gênero.

E assim, já se aproximando do final do século, as jovens que entravam massivamente no mercado de trabalho instrumentalizaram seus corpos, como que na intenção simbólica de mostrar que podiam tomar postos masculinos, e ainda manter a feminilidade. Por isso, adverte Lurie (1997), criou-se uma forma de trajar que, da cintura para cima, denotava uma silhueta com ombros marcados pelo uso de jaquetas e *blazers* defensivos e com cores sóbrias. Quando elas se levantavam por detrás de suas mesas, surpreendiam com minissaias, meia-calça e saltos. O foco estava nos ombros acentuados com as ombreiras para mostrar a mesma posição de prestígio profissional, mas sem deixar de lado a feminilidade. A conquista de modos diferentes de expressão dá vazão a uma maior presença não heterossexual nos espaços públicos e os princípios de liberdade para pertencer a grupos garante maior visibilidade. O direito à diferença traz multidões às paradas gays em cidades do mundo todo. Visa a democratização, embora com obstáculos.

No tocante à trajetória histórica mais recente, o metrossexual foi um termo que permitiu dar conta daqueles homens considerados excessivamente preocupados com a aparência, despendendo dinheiro e tempo a mais do que a maioria dos demais. A expressão, criada especificamente em 1992 por um jornalista americano, já tinha a intenção de projetar a abertura sexual que estaria por vir no século XXI: um “homem heterossexual que lida bem com seu lado feminino”

(SABINO, 2007, p. 437), de acordo como alguns dicionários tentam explicar. Foi o momento de expansão nas lojas de departamento, oportunizando espaços nas araras nunca antes vistos para as seções masculinas. No embalo, a indústria de cosméticos também aumentou, criando novas linhas de produtos. Um dos ícones desse grupo foi o jogador de futebol David Beckham. Essa foi considerada uma emancipação irônica do homem, em resposta à posição da mulher na pós-modernidade. Tal emancipação, permite-se questionar a virilidade e desconstruir o rótulo etimológico, propondo uma identidade com prefixo nem homo nem hetero, mas metro. Com isso, é o final do século XX que trouxe uma maior tolerância nas noções fixas no vestir os sexos, sempre em fina sintonia com o modo de pensar vigente.

Ocorre que atualmente, mesmo que ainda tímido e insólito, já é possível relatar alguns fatos mais contemporâneos para evidenciar a abertura no mercado de moda para os estudos de gênero, os quais permitem dar margem para mais debates nas áreas correlacionadas. Percebe-se, por exemplo, um movimento, mesmo que lento, para deixar de sexualizar as roupas. Marcas como Commes de Garçons e Yohji Yamamoto já não seriam uma novidade de aposta nesse estilo, uma vez que o japonismo é uma estética à parte que sempre trouxe influências de linhas minimalistas. O que é de surpreender é a aderência de tradicionais marcas de luxo como a de Yves Saint Laurent e Hermès, que apresentaram suas últimas coleções nas semanas mundiais de desfiles com tal proposta. Também chamam atenção as lojas de departamento como Topshop e Selfridges, as quais recentemente abriram uma seção de moda *agender*. Em uma tradução livre, essa seria algo assexuado, sem definição de gênero, que também já é tida como *non-gender*, *gender-neutral* ou *genderless*. A finalidade maior é transcender as noções tradicionais de como se produzem e se vendem roupas (THE GUARDIAN, 2015).

Com os dizeres “Como Jaden Smith e seu vestido estão mudando a moda⁹” (I-D, 2015 – tradução nossa), a chamada da matéria já denota a influência que causa o filho do ator Will Smith, agora adolescente. O assunto *genderless* já foi noticiado em outras ocasiões nesta mesma revista bastante conceituada no universo do design, música e artes também: a I-D Magazine. Nesta, Jaden é considerado alguém de espírito livre e um dos ícones de tendência desse novo estilo que

⁹ Texto original: “How Jaden Smith and his dress are changing fashion”.

defende não mais uma apropriação dos opostos, pois não deveria nem mesmo haver o simples oposto. São roupas. E separá-las conforme o seu usuário é estereotipar de maneira arcaica. A música já tentou por várias formas, compor esse repertório, mas talvez, questiona a revista, seja responsabilidade da moda enfim, transgredir o binarismo por meio do visual, sentido que por vezes, é mais eficiente do que da audição, do tato, do paladar e do olfato juntos. Nesse sentido, pessoas heterossexuais e inseridas na cultura *pop* como Jaden, que divulga suas compras de roupas na sessão feminina de redes de departamentos, instiga a refletir sobre os novos rumos do mercado de consumo. Fato histórico sobre isso é a maior e a que mais vale na condição de marca de luxo de moda, a Louis Vuitton (2016), estreiar com ele, a campanha de verão 2016/17 da linha feminina.

Tais produtos de moda alternativos que *a priori* não se posicionam para somente um segmento, são ainda orientados para circuitos bastante restritos, de demanda específica e em lugares vanguardistas que já possuem um histórico de lançamento de tendências. Por ser algo que ainda está sendo maturado, não há ainda livros que comprovem tal consolidação. Logo, as referências aqui citadas são todas elas de endereços eletrônicos internacionais.

Essa prática transgressiva como tendência de comportamento é vista como um grande desafio para o mercado de moda, pois sua ordenação sempre foi fundamentalmente binarista. Sobre o gerenciamento, seguramente a primeira distinção diz respeito ao gênero. Nas etapas metodológicas de um projeto de design, antes mesmo de pesquisar, desenvolver, precificar e vender uma peça, é a escolha do perfil do público-alvo que definirá as principais tomadas de negócio. Na outra ponta, é também verdadeiro. Na loja, mesmo que o cliente se interesse por um produto que não seja da sua categoria, os atendentes, talvez até sem a intencionalidade, informam que aquilo não pertence a sua opção de possibilidades, indiferentemente do seu gosto. Também o cronograma das apresentações dos desfiles de *prêt-à-porter* e Alta Costura é alocado conforme os grupos previamente definidos como infantil, masculino e feminino. Como se não bastasse, ainda os periódicos são outra fonte que claramente indicam quem devem ser seus leitores conforme seus genitais.

A primeira separação básica que é esperada em uma loja de moda são as seções de departamentos, deixando evidente qual é o espaço destinado exclusivamente ao homem ou à mulher, assumindo na sua maioria, inclusive nomes

diferentes em cada linha. Essas implicações já se mostram essenciais no enxoval, antes de um bebê nascer. Na estrutura da modelagem, as vestes dos meninos geralmente enfatizam os ombros, e nas meninas, o quadril, na tentativa de antecipar seus corpos adultos. A simples maneira de fechamento já decorre de um indicador mesmo em peças iguais como são as camisas, nas quais somente elas têm a obrigação de buscar o botão das casas pelo lado direito, além da colocação clássica do zíper nas calças. Poucas são as áreas que reconhecem tamanha diferença do que a da moda. E possivelmente, diferente de outros ramos no estudo de gênero, na moda, a predominância é absolutamente feminina. Há uma variedade infinitamente maior de produtos e serviços endereçados para as mulheres, muito em função das prerrogativas históricas apresentadas anteriormente.

Digno de nota, a pesquisa de campo para esta tese evidenciou claramente que as interlocutoras participantes possuem um grande fascínio pelas opções de compras na sessão feminina, novidade para muitas praticantes, que se contentam com as sucintas prateleiras masculinas. Na maioria dos casos, quem compra as roupas das *cross-dressers* são as amigas, que fingem que são para elas. Além dessas, as antigas companheiras, ou mesmo as atuais esposas, uma vez que a cumplicidade pode ocorrer no próprio casamento. Pelo constrangimento, poucas experimentam nas próprias lojas. Para dificultar ainda mais esta situação, a grade de tamanho é limitada, então, além de seus corpos geralmente serem maiores, a modelagem é para uma silhueta mais curvilínea. Uma praticante paulista, com a concordância das outras três que estavam na mesa, gaúchas, garantiu que no Rio Grande do Sul, os vendedores são os mais tradicionais e desconfiados, desmotivando uma compra direta ao cliente final desse grupo (DIÁRIO DE CAMPO, 13/05/2015).

Diante disso, é oportuno pensar que ignorar demandas do mercado já suscita uma lógica de regulação do que é considerado aceitável. Fica claro que “[...] a própria seleção daquilo que é valorizado ou desejado em termos de consumo de bens, e de quem tem ou não acesso a esses bens, está ligada a processos culturais de classificação e hierarquização do mundo [...]”, aponta Facchini (2005, p. 59). Assim, os consumidores ficam reféns das possibilidades disponíveis nas lojas e compulsoriamente alienados de outros estilos de vida.

Ainda sobre o conceito *agender*, vale explicar que este é ligeiramente diferente do unissex, porque, enquanto o primeiro preza pela igualdade, o outro

reconhece o masculino e o feminino, e identifica um ponto de equilíbrio que serve para ambos. Embora se saiba que a aceitação é unilateral; ou seja, analisando as mídias – sejam elas revistas de moda, *blogs*, programas de televisão, canais de vídeos – insistem em utilizar o termo unissex que corresponde a um significado de uniformização, quando na verdade as perspectivas são bem diferentes se dadas para um homem ou para uma mulher. Ocorre que, até hoje, quando as mulheres se apropriam de elementos da moda masculina, é considerada uma quebra de barreiras na busca de uma vantagem moral, sendo mostrado pela aparência, respeito e admiração pela ascensão pessoal e principalmente, profissional. Já o contrário significa fraqueza. Pela lógica da dominação, o uso de referências estéticas femininas fragiliza e rebaixa o homem. Seria uma inferiorização ao nível da mulher, por assim dizer, tanto pelos esquemas cognitivos que implicam a ordem da aparência, quanto na sexualidade e no poder. Ora, esse modelo é muito diferente quando é a mulher quem se apropria dos marcadores masculinos, pois essencialmente, não tem a sua feminilidade comprometida. No máximo, ela terá uma tentativa de enquadramento com um estilo andrógino. Isso significa dizer que a sociedade ocidental contemporânea é muito mais tolerante ao ver uma mulher com calça, cabelo curto e mesmo com uma postura mais viril, do que um homem com saias, saltos e trejeitos que, ao que tudo indica, lhe trará uma situação de estigma. E isso acaba por não mostrar toda a pluralidade existente.

Destaca-se uma maior incompreensão ainda, com as *cross-dressers*, que extrapolam a dicotomia visual dos gêneros e por isso, desestabilizam qualquer suposição incorporada. Até mesmo a concepção de travestimento para designar mulheres que usam recursos estéticos masculinos não é utilizada. Nem nunca foi rotulado como uma enfermidade médica; no máximo, como alguma perversão atribuída às lésbicas. Cabe assinalar que, em uma das pesquisas focais realizadas, uma entrevistada admitiu que sua vida seria bem mais fácil se “eu fosse uma mulher e quisesse passar por homem” (DIÁRIO DE CAMPO, 13/01/2014), pois possivelmente, nem mesmo chamaria a atenção. Segundo a visão dela, essa situação é algo muito mais fácil de ser aceita e menos agressiva do que o contrário, sendo este um dos motivos de as praticantes sofrerem tanto.

Por outro lado, Barthes (2009, p. 381) atenta para o fato de que o vestuário feminino consegue absorver praticamente tudo o que seria somente do masculino, porém do contrário não se vale: “[...] é que o tabu do outro sexo não tem a mesma força nos dois

casos: sobre a feminilização do homem recai um interdito social [...]”. Ele discute sobre a facilidade que a moda tem de reconhecer diferenças sexuais, e não só isso, mas de fazer questão de evidenciá-las, especialmente nos detalhes. Para ele, a moda é um dos sistemas que melhor conhece as oposições entre masculino e feminino, mesmo que as apropriações sejam somente de uma via. Isso significa que o vestuário confeccionado para eles tem a habilidade de transitar no universo feminino, mas o contrário não tem tanta força. Parece que a masculinização na aparência soa como um empoderamento da identidade da mulher, enquanto a feminilidade fragiliza e inferioriza o homem.

Em última análise, é identificado também um maior interesse por modelos andróginos, ou seja, pessoas que possuem traços corporais indefinidos e por isso, podem ser contratados para trabalhos tanto para representar uma figura masculina quanto uma mulher, dependendo das orientações da marca. Esse é o caso de Andrej Pejic, que desde 2014, prefere ser chamada de Andreja, e hoje situa-se como uma pessoa trans. Mesma condição de Saskia de Brauw, uma mulher com traços masculinos que lhe permitem brincar com as dimensões de gênero de acordo com o interesse da produção fotográfica. Diferente da modelo Casey Legler, que não transita tanto conforme as possibilidades do mercado, pois integra o *casting* masculino da *Ford Models* dos Estados Unidos e se tornou precursora desse comportamento por esse ato (GOLDSCHMIDT, 2013).

Figura 7 – Capas de revistas internacionais com Andreja Pejic, com dizeres sobre quebras de barreiras de gênero



Fontes: Models (2013); Spotmag (2013).

Outro exemplo no âmbito da transexualidade em grande destaque é Lea T, filha do jogador de futebol Toninho Cerezo. Antes de sua operação para retirada do pênis, ela já trabalhava para marcas mundialmente conceituadas, como Givenchy e Dolce & Gabbana, além de ter posado artisticamente nua para a Vogue Paris, o que lhe rendeu uma enorme repercussão. Ela foi a primeira transexual a ser capa de uma revista no Brasil, fato que ocorreu em 2011.

A campanha do verão 2014/15 da loja de departamento Barneys New York chamada *Brother, Sisters, Sons & Daughters* também se mostra pertinente, pois trouxe dezessete pessoas transgêneras, evidenciando suas histórias pessoais com registros ao lado de seus familiares e amigos. Uma das propostas era retratar as experiências de cada um, tanto as lutas quanto os triunfos pelos quais elas passam em relação à sua identidade de gênero. Essa aproximação ocorreu em especial pela

parceria que a empresa fez com duas comunidades trans: *National Center for Transgender Equality* e a *LGBT Community Center* (BARNEYS, 2014).

Figura 8 – Editorial com casais transgêneros para a Barneys New York: Edie Charles e May Simon; e a direita, Katie Hill e Arin Andrews



Fonte: Barneys (2014).

Essa macrotendência – ou seja, algo muito mais profundo e permanente que gera grande impacto no processo de escolha de compra, diferente de uma microtendência que se estabelece na concretização efêmera em produtos – já é vista na linha infantil. Uma das marcas que não acredita no estabelecimento de rótulos para crianças é a Baby Teith (2015), ao qual propõe peças que são fáceis de combinação, além de proporcionar conforto para a criança e para os recém-nascidos, e que tais clientes mirins possam formar suas próprias decisões. A ideia veio quando o casal, que são os criadores da empresa, não encontravam roupas

para a filha que não fossem limitadas aos motivos de princesas e personagens com muito apelo romântico, além do uso exagerado da cor rosa em saias e macacões. Assim, desde 2013 desenvolvem coleções com gênero neutro e que tem como valor, estimular a imaginação, e expandiram rapidamente o que era somente para sanar tal necessidade, para produção em massa.

Exemplos como esses demonstram uma renovação de interesse do mercado em questionar a definição dos sexos estabelecida pela roupagem, que rompem com estereótipos perpetuados pelo visual e incentivam a questão da igualdade através dessa visão.

E conforme percebido nas literaturas, as engrenagens da moda estabeleceram, como motivação social, permanentemente uma pauta para o sujeito vestir-se em cada período. Face ao exposto:

Em qualquer período, o conjunto de discursos sobre vestuário inclui aqueles que sustentam a conformidade com as concepções dominantes dos papéis sociais e os que expressam as tensões sociais que forçam os conceitos amplamente aceitos de papel social a tomar novas direções (CRANE, 2006, p. 198).

Diante do que foi posto, percebe-se claramente que o sistema de moda, como descrito nas obras analisadas, contribui para uma normatização estética fundamentada nas relações de gênero desde o seu surgimento na condição de um movimento social. Como de costume, a história sobre a indumentária se fixa em uma norma moral que enxerga a identidade de gênero a partir da proposta visual, embora com mudanças consideráveis nesses últimos anos.

Assim, encerra-se este capítulo com o desígnio de exemplificar alguns fundamentos sobre, de que maneira, por muitos séculos, o modo de adornar-se consegue se manifestar como uma identificação de gêneros. E dar continuidade ao próximo assunto, na intenção de abordar a não estabilidade na produção identitária partindo desses pressupostos visuais pela exposição pública de uma orientação sexual presumida através da aparência, e que ajuda a legitimar o gênero no corpo, em uma dinâmica a ser feita em conjunto com a roupagem. Ademais, em analisar a perspectiva do lugar do corpo como interlocutor na fabricação do feminino.

4 CONSTRUÇÃO DA APARÊNCIA

A respeito da fluidez na produção identitária e seu peso nas dinâmicas sociais, a posição de Simpson (2011, p. 113) faz pensar na interlocução da roupagem: “Das populações excluídas, a que causa mais estranheza é, sem dúvida, a das travestis, pois como a identidade é visível, fica difícil ocultar-se ou misturar-se na multidão [...]”. É pertinente pensar que um indício de orientação sexual deduzida apenas incomoda quando é aparente. Mesmo que uma pessoa siga os padrões heteronormativos, se a aparência e o temperamento estiverem em desacordo com o estabelecido, as críticas são quase que inevitáveis. Ou seja, o que desagrada é muito mais a exposição pública na forma estética, pois denuncia rupturas no sistema normativo. Como uma autoincriminação, a travestilidade expõe o sujeito a uma desobediência, de ordem social, aos signos, pois sem as roupas e os elementos femininos, talvez ninguém publicamente suspeitaria disso.

Inquieto, Seffner (2011, p. 41) discute sobre como nascem as produções de vulnerabilidades nas sociedades conduzidas por regras de organização que generificam significados simbólicos:

Há situações em que a travessia de fronteiras traz problemas ao pertencimento de gênero: em geral, um homem que usa vestido é visto como menos homem, quando não diretamente chamado de mulher, ou só poderá fazer isto no terreno do deboche, como é o caso do carnaval. A produção de identidades de gênero e sexuais está diretamente envolvida com relações de poder na sociedade, que a todo o momento posicionam homens e mulheres numa hierarquia.

Certas posturas, cores, produtos e até mesmo temperamentos não estão isentos de uma análise precipitada em fazer ainda pertencer obrigatoriamente a um dos âmbitos, masculino ou feminino. Ao justificar os dados da pesquisa¹⁰ sobre o preconceito em relação às pessoas que se travestem, o autor esclarece que não só há a associação de uma vida de rua com drogas, prostituição e criminalidade, mas também porque há o fato de que essas pessoas não passam despercebidas. Isso faz com que seja mais fácil de serem localizadas e, conseqüentemente, de serem hostilizadas. Esse dado vem ao encontro de um relato de uma estudante transexual que enfatizou sua maior meta: passar despercebida na rua; credita valor a isso por

¹⁰ Neste caso específico, demonstrava que as travestis são as que mais sofreriam, com 25% (SEFFNER, 2011).

saber que a imagem, quando não condiz com o esperado, pode agredir alguns mais tradicionais ou aqueles que apenas não estão ainda habituados com tal dinâmica (DIÁRIO DE CAMPO, 09/05/2013).

Diante disso, é possível perceber que a construção da aparência é um grande paradoxo, algo posto como tão supérfluo é, ao mesmo tempo, o que pode legitimar o gênero no corpo, pelos critérios visuais, e o que, por conseguinte, vai direcionar os procedimentos de tratamento às pessoas. Chega ao ponto de servir de protocolo para um laudo médico sobre o encaminhamento à cirurgia de transgenitalização. É o que diz o terceiro item do documento produzido pela Harry Benjamin International Gender Dysphoria Association¹¹ – HBIGDA no qual se lê: “O teste de vida real. Deve usar, durante todo o dia, as roupas comuns ao gênero identificado” (BENTO, 2008, p. 186). Sem oscilações de vontades, esse comportamento seria a prova final para convencer os psicólogos, os cirurgiões, os assistentes sociais e demais membros que compõem um grupo de profissionais que avalia a falta de encaixe e o encaminhamento à cirurgia. Com isso, volta-se incessantemente ao quesito de precisar ajustar as pessoas em conceitos pré-estabelecidos.

Em complemento, Alice – nome social da autora que publicou relatos sobre a experiência pessoal do *cross-dressing* – reforça a ideia de que, por convenção, é a roupa que, em primeira instância, vai mostrar a vontade de como o seu portador quer ser reconhecido em seu gênero. Um dos únicos livros que a própria praticante é quem escreve, *Alice in Genderland*¹² é uma biografia de uma psiquiatra americana que, desde sua pré-adolescência, foi se descobrindo. No auge da falta de compreensão de si, como era de se esperar, replicava a opressão que lhe era imposta pela comparação com os outros, o que definia seu desejo como ilegítimo: “Como eu poderia viver com isso? Eu era um estudante de medicina [...], um homem masculino orgulhoso. É assim que eu me via, era assim que todos me viam¹³” (NOVIC, 2005, p. 32 – tradução nossa). Quando sua noiva soube de tudo, desabafou, dizendo que preferiria que tivesse matado alguém. Na época, Alice nem mesmo havia ouvido falar sobre *cross-dressing* e não tinha chegado ainda às

¹¹ Associação Internacional de Disforia de Gênero Harry Benjamin – tradução nossa.

¹² Este *e-book* nunca foi traduzido. Seu título seria uma alusão ao ‘Alice no País das Maravilhas’ com as palavras *gender* (gênero) e *land* (terra, reino, país, etc. um espaço no sentido de fantasia, encantado, daquele contexto específico).

¹³ Texto original: “How could I live with this? I was a medical student [...], a proud masculine man. That’s how I saw myself, that’s how everyone saw me”.

facilidades da pesquisa pela internet, o que a impossibilitava de achar respostas para o que estava passando.

Para comprar roupas, precisava mentir que era para uma amiga, o que fazia sempre acompanhada de uma angústia por não poder provar. Resolveu achar mais alternativas pela solicitação por catálogo, hábito comum para a época e o local. Ao mesmo tempo em que ficava frustrada, fascinava ver os corredores femininos cheios dos mais variados produtos, com incansáveis opções de acessórios, cores, formas e modelos. A primeira vez que comprou roupas para si em uma loja física foi em um *shopping* com uma amiga. Para as atendentes, dizia que fazia *shows* de *drag queen*. Essa mentira lhe isentava de um outro tipo de constrangimento e que mostra a seletividade em termos de discriminações, passando de um ‘pervertido heterossexual que estava fazendo algo que não deveria’, para um ‘gay artístico sem apelo sexual’, segundo sua lógica.

Quando enfim identificou-se como uma *cross-dresser*, sentia-se uma adolescente, já que seu cálculo de idade tinha base em ter trinta e dois anos como um homem de carreira formada, bastante determinado; porém paradoxalmente, tinha dezesseis como uma mulher imatura e insegura. Alice garante que comprar roupas é um ato de autoconhecimento permanente. Um dos desafios é reaprender a identificar seu número de calçado, vestido e sutiã, por exemplo, além de rever métodos de maquiagem e manutenção do corpo, como a depilação, as artimanhas a exemplo dos enchimentos, do redutor de cintura, sem contar com o constante naturalizar dos trejeitos. Demora em média, duas horas para produzir-se para no dia a dia. Quando se sentiu à vontade para se assumir, ela conheceu muitas pessoas que a queriam auxiliar nas mais variadas tarefas.

Acredita que toda a *cross-dresser* adora fotos, justificando que, como a maioria acaba escondendo sua identidade feminina, a imagem na terceira pessoa oportuniza tal expressão. E ensina: “Se você quer se parecer como uma mulher, é melhor apresentar-se com as melhores generalizações que você conseguir e exagerar tudo o que parece ser de mais comum e distintivo sobre o discurso feminino¹⁴” (NOVIC, 2005, p. 76 – tradução nossa). No terreno da estética aprendida, significa dizer que seria um desperdício usar calça, *blazer*, sapato fechado e cabelos

¹⁴ Texto original: “If you want to look like a woman, you better present yourself with the best generalizations that you can get and overdo everything that seems to be regular and distinctive about female discourse”.

curtos, por exemplo. Mas ainda assim, mesmo mais autoconfiante e com amigas encorajando, por muito tempo entrou em pânico só de pensar como seria inapropriado entrar em um restaurante que habitualmente preferia frequentar, usando um vestido. Com o tempo, aprendeu que os observadores não sabem bem o que pensar quando veem uma *cross-dresser*. Logo, se passar a impressão de que é algo habitual e mesmo divertido, os demais tendem a pensar da mesma maneira.

Ainda no tocante à construção da aparência pela identidade de gênero feminina, a cartunista e atual apresentadora de um programa de entrevistas, Laerte, também dá seu depoimento. Diz ser um processo permanente de autoconhecimento conseguir comprar roupas, sendo esse tanto um trabalho encantador quanto exaustivo. Durante o período de experimentações, fica visível que ela já passou por fases, por isso confessa:

Vou procurando segundo uma ideia meio confusa de um compromisso entre as roupas que me apeteçam e a ideia que faço do meu corpo. Acabo compondo um certo figurino, que varia de acordo com a trajetória que venho fazendo. Já usei coisas bem de vovó, de hippie, de tia louca. Comprar roupa e me vestir não é exatamente um momento de relaxamento, mas gosto do desafio e desfruto o resultado, quando chego a ele (COUTINHO, 2014, p. 56).

Assim como foi percebido pessoalmente, no contato com outras praticantes, quem auxiliou Laerte a se expor inicialmente foi Dudda Nandez, uma profissional que tem um empreendimento de nome homônimo, onde presta uma espécie de consultoria para orientar aquelas que estão iniciando nessa experiência. Uma vez que seus corpos geralmente possuem uma estrutura diferente da modelagem disponível no mercado nas sessões femininas de lojas de roupas, a estética é aprendida e adaptada em todos seus âmbitos. Além do mais, para dar sentido à performance cotidiana, há orientações sobre o que se espera de uma conduta feminina, como se fosse uma coreografia do cotidiano. No espaço, é possível tomar emprestados inúmeros acessórios como maquiagens, saltos e perucas, seja com a vontade de extravasar ao menos naquele momento, para se familiarizar e buscar coragem e segurança para um dia, expor-se publicamente, ou somente para realizar sessões de fotos.

Quando Laerte se viu pela primeira vez depilada, confessa que foi como se estivesse se vendo pela primeira vez. Ficou em completo êxtase, a ponto de ter uma ereção, assumiu. Filiou-se ao BCC, embora fosse se distanciando até deixar o clube,

na medida em que sua autoaceitação foi lhe permitindo sair da clandestinidade, alega. Hoje, é integrante da Associação Brasileira de Transgêneros – ABRAT e percebe seu corpo muito mais como uma possibilidade de discussão estética e política pela narrativa de liberdade de expressão do que como um conjunto de barreiras insanas dos padrões de beleza (ASSIS, 2013).

4.1 CORPO ADESTRADO

Dando sequência ao estudo do corpo e suas manifestações expressivas como uma extensão da sociabilidade, Breton (2010) em ‘A Sociologia do Corpo’, auxilia a dar conta de responder sobre as negociações entre os sujeitos pela subjetividade dos repertórios construídos pela imagem. Mediante o mapeamento de outros estudiosos na área das ciências sociais, o autor intermedeia a configuração de sentido sobre a corporeidade, o imaginário e suas práticas sociais. Por vezes, chega a defender que a apresentação física equivale a um código moral que possui condicionamentos de critérios para as legitimações.

Ele sinaliza os pensamentos sobre padrões visuais vigentes, a espetacularização da imagem e o consumo de signos e projeções, ao debater sobre os procedimentos para conceber a moda, o vestuário e o corpo como um dos conjuntos de tradução dos anseios da sociedade de uma época e de um local. Contemporaneamente, a aparência é um laboratório de experiências capaz de expressar os desejos e as dimensões da identidade. A aparência, assim considerada, exige um profundo investimento, já que responde pelo modo como o sujeito vai se apresentar ao coletivo. Por isso: “Moldado pelo contexto social e cultural em que o ator se insere, o corpo é o vetor semântico pelo qual a evidência da relação com o mundo é construída [...]”, explica Breton (2010, p. 7). O corpo passa então, a ser uma dimensão de expressão imediata quando há um significativo trabalho nele instaurado, método que se potencializa na presença de seus pares.

Em proveito disso, a intersubjetividade de Merleau-Ponty (2014) sobre os territórios da corporeidade e a presentificação da experiência colabora com os estudos das essências. Na visão do filósofo, a sexualidade e as dimensões desta devem ser analisadas como uma dialética da vivência. Suas contribuições direcionam-se para os estudos da fenomenologia da existência e para a compreensão de que, nesse processo de existir, vai situar o sujeito e evidenciá-lo

como um acontecimento social. Inclusive vai designá-lo como um espaço de extrema expressividade, com modos anunciados pelo corpo que podem dizer mais do que palavras.

Em correspondência, ele defende a importância da comunicação corpórea e a capacidade de significações que implicam no meio social. A corporeidade é esse algo a mais que uma materialidade biológica: lida como um modo de experimentação que até define a participação dessa pessoa no mundo. O autor também alerta para o fato de que o corpo, apesar de não ser autônomo, pode ser um agente de novos significados e movimentos, impossível de ser descolado de uma visão de mundo. É a vivência corpórea que o fará presente; e é sempre na perspectiva do carnal. Ou seja, todas as mediações do sujeito com objetos e todas as relações com os outros são concretizadas invariavelmente pelo corpo: logo, a existência se realiza nele. Por essa razão, o corpo pode ser entendido como um objeto afetivo de permanência que não se afasta; o sujeito assim, não tem, mas é um corpo em toda a sua espacialidade. É o primeiro plano que se apresenta sempre pelo mesmo ângulo no reflexo, é uma fisionomia que inaugura a percepção de mundo; uma estrutura que carrega os valores e reflete uma unidade existencial. Nesse sentido, a historicidade da experiência é a própria essência da condição humana, sendo as roupas, um anexo desse espaço carnal. É inesgotável e trata da consciência dos modos de expressividade do sujeito no mundo. A própria sexualidade é algo não autônomo, não um mero efeito de processo, mas uma aderência a todo um complexo sistema.

Essas ideias alinham-se com as de Goldenberg (2010) e com as dos demais colaboradores de seu grupo de pesquisadores que investigam, mediante uma linha de estudo nas ciências sociais, o gênero e corpo na cultura brasileira. Os autores trazem em uma só obra, as visões sobre a centralidade do corpo na sociedade local. Para eles, o corpo concebe um poderoso capital social, ao mesmo tempo simbólico, econômico e físico, que precisa ser cultivado, moldado e principalmente, exposto. Assim, são apresentadas algumas suposições para responder à obsessão que as pessoas têm pela fisionomia arquetipal que, quando conquistada, faz concretizar-se, por extensão, um veículo supervalorizado de distinção e ascensão social.

Pelas imposições e pelo controle do uso desse corpo, o indivíduo acaba sendo contido por uma submissão, em partes voluntária, de normas visuais. Em uma sociedade como é a atual, exageradamente carregada de referências sobre o ideal a

ser alcançado, a informação torna-se uma cobrança. E mais, a aparência espontânea é sinônimo de desleixo fisiológico e moral, o que reforça o peso dado a uma preparação da exterioridade pessoal que antecede a exposição pública. O contrário também vale: uma imagem bem produzida é sinônimo de prestígio, veracidade e estratégia de projeção.

Quando levada à discussão para o terreno do corpo como um espaço privilegiado para novos revestimentos, percebe-se que ele é sempre um estado de estar no mundo, pressupondo que as percepções de um padrão de projeto corporal são moldadas também pelas influências externas. Inúmeras são as experiências que fazem alterar o contorno desse corpo quando, por exemplo, estabelece o afinamento da cintura, ou permite a expansão da gordura, ou faz prevalecer o enrijecimento da musculatura. E ainda: privilegia o implante de silicone, ou prepara o cabelo em penteados típicos. Outro aspecto é o interferir somente na parte mais superficial, que se exemplifica com a mudança da cor da pele, com as marcações de tatuagens, pinturas nas unhas e no rosto. Com isso em mente, fica evidente que o corpo pode ser desenhado, literalmente, conforme as vontades de seu portador, sejam elas permanentes ou temporárias, complexas ou simplórias.

Goffman (2010) nesse ponto, acredita que há um idioma das aparências que é levado em consideração sempre quando há interação entre os indivíduos, e que tal comunicação é institucionalizada. Alguns sinais visuais são tão regularizados que só são empregados quando há testemunhas. E também, essas atividades corporais aprendidas são tão arbitrarias que mesmo quando acontecem somente no plano da visão, oportunizam algum tipo de envolvimento. Esse fato baliza a montagem e o monitoramento permanente da aparência, sempre quando há um ajuntamento social. Invariavelmente, cada engajamento gera uma situação, pois a mera presença de outra pessoa já acarreta uma série de informações que interagem mutuamente quando expostas, mesmo que não declaradas.

Esse ritual de identificação é desencadeado ainda, por um pressuposto que respeita as exigências da ocasião – isso que o autor chama de orientação da conduta situacional. Por isso, a roupa é uma parte dessa evidência, da entidade que delimita uma fronteira de reconhecimento. Todos, de alguma forma, modificam suas condutas e são orientados normativamente. O que varia é o grau dessa adaptação, que vai ou não, contrastando com o que é considerado apropriado de acordo com o contexto. A organização humana se faz dessa forma. A linguagem do corpo é um

discurso ininterrupto e normativo, já que há uma responsabilidade em transmitir certas impressões conforme a expectativa do observador. Mesmo que haja diferenças de cada um na mesma cultura, “de qualquer forma todos possuirão algum conhecimento do mesmo vocabulário de símbolos do corpo” (GOFFMAN, 2010, p. 45).

Amarrado a esse percurso crítico sobre a construção social, as ideias de Mauss (2003) tornam-se essenciais. A partir de sua teoria cristalizada na década de trinta sobre as técnicas do corpo, ele traz uma perspectiva que percebe movimentos corporais, sejam estes rotineiros, ou esporádicos, como uma coordenação ritmada de ensinamentos. Tudo seria parte de um procedimento de adestramento que faz o ser humano aprender o que e como comer, como dormir, andar, lutar, punir, dar à luz e inúmeros arranjos que são particulares de cada cultura, até mesmo as dores e as doenças. Assunto de larga escala, o trabalho desse pesquisador foi precursor na época, porque foi capaz de perceber tais movimentos corporais como hábitos convencionados. Ele disseminou a ideia de que muita coisa nasce da ordem da domesticação, na qual há noções diferentes do ‘eu’, de acordo com cada tipo de nação. Além do mais, nesses casos, há apropriações do corpo treinado pelas práticas provenientes do convívio e como um signo que se imprime na vida social.

Para ele, o conjunto desses princípios cria uma consciência coletiva dos determinismos sobre métodos corporais. Em especial, quando no terreno do gênero, uma vez que cada criança tem uma educação diferente, esta é estimulada a imitar desempenhos distintos conforme os adultos equivalente ao seu sexo. Outro aspecto relevante é que o conjunto desses atos instituídos faz parte de um contexto em que a pessoa está inserida, com base no qual cada um constrói a sua própria verdade local. Na perspectiva de que o corpo é o primeiro instrumento humano, o sujeito faz dele um reflexo condicionante da sua percepção cultural. Há uma base de educação em todas as atitudes conduzidas, que são então, elaboradas e repassadas pelas diferentes sociedades.

Interessante é pensar esses conceitos na forma de algo que não se contenta em ser compreendido como habitual e inerente ao convívio social, mas como um saber que é adquirido por intermédio da sociabilização. Trata de um conjunto de procedimento já tão interiorizado que possui a capacidade de dissimular o que na base é arbitrário, em algo rotineiro, e por isso, em grande medida, inquestionável. A noção de autoritarismo perde-se quando essas permissões tornam-se algo

intrinsecamente cotidiano, ou seja, paradoxalmente, trata-se de um método de que não se tem consciência como um método. Dito isso, Mauss (2003) ainda questiona se, de fato existe um modo natural, uma vez que, nesses atos considerados diários, há uma imposição que é ensinada sobre o que seria o mais adaptado para tal situação.

Quando se permite pensar sobre essas referências corporais como possíveis resultados de influências proporcionais às evidências da cultura do tempo, abre-se uma prerrogativa para trazer, a esta cena de investigação, Rodrigues (2006). Assim, como complemento, em 'Tabu do Corpo', ele também dirige seu campo de pesquisa para a corporeidade humana concebida como uma forma de gramática. Esses estudos seguem no entendimento das convenções ligadas às experiências e concordâncias com certos princípios normativos orientados pela cultura. Um exemplo são as noções de decência, segundo as quais qualquer ação humana é provida do social e dessa forma, conta com o corpo como um sistema de expressão. Muitas vezes, as disposições das estruturas de ordem natural e cultural são contraditórias e ambíguas, mas vão sempre ordenar as relações sociais. Como um sistema simbólico de significações, o corpo e respectivos tabus capacitam mecanismos de estímulos emocionais a que a coletividade reage, de acordo com as expressões individuais. Sendo autoria da sociedade a criação dessas expectativas e os ajustamentos dos indivíduos para se enquadrarem em algumas definições:

[...] o fato de um indivíduo ser do sexo masculino ou do sexo feminino não significa apenas que ele possui uma determinada conformação anatômica e fisiológica. Significa também que ele possui um status social cujos limites, direitos e obrigações estão devidamente convencionados e em relação aos quais a comunidade mostra determinadas expectativas (RODRIGUES, 2006, p. 68-9).

Os marcadores corporais estão, por esse motivo, em correspondência com as doutrinações que elegem os hábitos de princípios normativos vigentes. Nenhuma conduta é meramente instrumental, e justamente pelo gosto se submeter ao intelecto é que o autor reforça constantemente a importância do relativismo cultural, inclusive para que um pesquisador saiba se afastar da realidade pessoal e não prejudique certas universalidades.

Uma vez que a aparência tem o poder de interferir no processo da identidade, os adereços tornam-se essenciais na transição estética do corpo. A

forma como se delimita a condição humana que vai exteriorizar-se no entorno, nessa perspectiva, passa a ser a própria expansão da mente. Portanto, o estudo social do corpo se faz essencial para os cientistas sociais, pois é talvez o único concreto patrimônio legítimo da pessoa, defende o autor.

Sob a rubrica de que, desde os atos gastrointestinais até os distúrbios mentais são convencionados, o que dizer da aparência, que é um indicador altamente moldável sob um processo civilizador. E ainda, como pode ocorrer um desconforto quando alguém possui uma prática muito diferente de alimentação, por exemplo, bem como, assume a noção de doença e de seus tratamentos, a imagem pessoal pode causar tormentos na mesma intensidade, ou mesmo maior. Raras são as práticas meramente instrumentais, pois são antes, doutrinações definidas pela condição humana. O processo de socialização é permanente durante toda a vida do sujeito, pois a interação com os demais e a transmissão cultural faz parte do tornar-se membro de uma sociedade. Agentes ativos, como diria Goffman (2006).

4.2 FAZENDO O GÊNERO – A FABRICAÇÃO DO FEMININO

Diante do que foi posto, aparentemente uma informalidade, a fórmula da feminilidade também é uma conduta ritualizada. É fundamentada em regras gestualizadas que asseguram o pertencimento conforme a imitação daquele que é admirado; neste caso, uma mulher legitimada na sua excelência física. Como alternativa, há a fabricação de um sujeito mediante um conjunto de valores dentro do qual a produção visual se inclui. Frases como “Não se nasce mulher, torna-se uma”, “Não sabendo que era impossível, foi lá e fez” e “Ser *cross-dresser* é estabelecer limites e agir com dignidade” fazem parte das assinaturas automáticas de *e-mails* geradas do fórum das associadas ao BCC. Isso revela um intuito de lembrar a todas onde se situa de fato, o campo de disputa.

Sobre isso, Butler (2012) detalha uma teoria sobre a performatividade, explicando que o performático significa assumir um enredo em que, em alguma instância, há uma atuação que é crucial ser apresentada ao mundo. Já o performativo é um pouco diferente, pois significa produzir uma série de efeitos que consolidam uma impressão. É um conjunto de comportamentos do que é ‘ser um homem’ ou de ‘ser uma mulher’. Trata de um fenômeno que o reproduz tempo todo, uma atuação ritualizada que cria sujeitos pelas formulações como o modo de falar,

vestir, caminhar, entre outros, que governa e, como consequência, interfere na existência corporal e nas perspectivas de posicionamento social. Não há uma naturalidade; é antes, a reprodução viva das considerações culturais, atravessada por uma estrutura de dominação que também fornece aspecto de existência pelo hábito da imitação. Diante disso, a autora evidencia a dificuldade de ser uma pessoa que não se enquadra nessas representações de gênero e por isso, é constantemente provocada com agressões, ou com intervenções psiquiátricas consideradas normalizantes, afinal, as demais instituições de poder estão presentes para garantir que se mantenham sujeitos marcados pela diferença.

A noção que precede a existência de uma identidade original e outra marginal provoca a depreciação da imagem da mulher, minimamente tornando-se uma representação burlesca de práticas e coerências heterossexuais. Haveria somente um deslocamento constante sem procedência alguma, apenas o mito de uma identificação primária. Nessa lógica, sendo esse derivado de uma falha, não é possível incorporá-lo. Butler (2012, p. 196) esclarece “as três dimensões contingentes da corporeidade significativa: sexo anatômico, identidade de gênero e performance de gênero”. Seria um apelo a um grande pastiche pós-moderno? A autora declara as dificuldades que sempre existirão para definir as identidades baseadas nas categorias da sexualidade, sexo e gênero. Essa fala concentra-se nos efeitos de instituições que definem o falocentrismo (origem e causa) e a heterossexualidade compulsória como regimes de poder.

Mesmo no corpo vestido, as diferenças corporais são presumidas pelos constructos da elaboração de gênero. O mundo social deposita na estética do corpo as realidades e as divisões sexualizantes. A concepção essencialista percebe o sexo previamente dado no nascimento como base para a construção do sujeito mulher e que oferecerá por isso, a referência sobre o que é se apresentar como alguém do sexo feminino. Nessa linha, o gênero pode também ser compreendido como um meio discursivo, anterior à cultura, performativamente construída, podendo assim, questionar a falsa estabilidade do gênero.

As pesquisas dela permitiram uma evolução sobre as resistências e a política do desejo não limitado ao órgão. Haveriam identidades performativamente construídas em sujeitos feitos por ideologias e controlados por regimes regulatórios. Não há uma essência; há uma ideia de gênero que é atribuída e que privilegia repetir regras e mecanismos performáticos de forma ritualizada. A filósofa americana

analisa algumas suposições já impregnadas nos julgamentos sociais de categorias de gênero como uma existência de identidade pré-concebida, disso, nasce a sugestão de estabilidade; como se fosse possível uma universalização.

Presumir registros corporais parece arriscado; seria supor universalidades e isso é sempre trabalhar com algo que se opera como no mínimo, incompleto. Em um plano convencional, valores que fundamentam certas tradições são questionados, na tentativa de desnaturalizar algumas noções estáveis. A formação discursiva implica que exista uma identidade comum sobre o 'ser mulher'. Não se trata de ser em si um conjunto, pois não há algo que forma um todo inabalável. Nasce desse pressuposto, a vontade por um corpo recipiente de leis culturais, revelado discursivamente como construído, no qual “[...] a representação é a função normativa de uma linguagem que revelaria ou distorceria o que é tido como verdadeiro sobre a categoria das mulheres” (BUTLER, 2012, p. 18).

As tentativas de separação teóricas já internalizadas como distintas, consistem em o sexo ser um acaso do destino no seu sentido biológico. Dessa concepção original, a fisiologia é naturalmente dada. Por outro lado, o gênero é parte de um significado socialmente não fixado. Parece sugerir dessa forma, um atributo variável aberto; porém, se a cultura é a responsável pela construção dessa genericidade, aquela age como agente fundamental e, por esse motivo, é também uma compulsão que não é tão livre quanto se prefere acreditar.

De certa forma, existe uma separação simplória para tamanha complexidade que se erige e restrita, se não levar em consideração toda a ambiguidade que possa dessa decorrer. Uma dessas obscuridades é considerar a sexualidade não estável, ou seja, como não só uma anatomia. Assim, o sexo não deve ser inquestionável uma vez que, ao contrário do conhecimento popular, pode também ser fruto da construção social. Ao rejeitar a ideia de um sexo natural, é possível colocar em cheque a heterossexualidade na condição de uma imposição biológica, que nasce de um sistema de dominação no espaço social, sem acreditar na relação de causa e efeito sobre o biológico como fundamento da interação cultural. As classificações vão muito além do gênero, interferem nas políticas normativas. Daí a importância de questionar presunções frente a essas facetas que vão moldando o sujeito. Logo, instaura-se a vontade da libertação, ilusória ou não, das formas reguladoras que convencionam o esperado daquele corpo já pré-concebido de significados. As possíveis separações dos universos masculino e feminino como arbitrariedades

consumadas são assim expostas como agentes muito mais complexos de serem concebidos.

O gênero não precisa ser resultado do sexo, pode também construir o corpo quando na interpretação de um significado que assume uma denominação tanto cultural quanto psíquica. Algo a ser adquirido e declarado por um corpo sexuado em papéis dinâmicos, podendo ser inclusive mutáveis. Em visão construcionista, para Butler (2012, p. 209), não há separação do corpo pré-discursivo:

De fato, quando se diz que o sujeito é constituído, isso quer dizer simplesmente que o sujeito é uma consequência de certos discursos regidos por regras, os quais governam a invocação inteligível da identidade. O sujeito não é determinado pelas regras pelas quais é gerado, porque a significação não é um ato fundador, mas antes um processo regulado de repetição que tanto se oculta quanto impõe suas regras, precisamente por meio da produção de efeitos substancializantes.

Em obediência a essa ideia, a figura da mulher não se aplica exclusivamente ao corpo feminino para uma estabilidade binária. A incompletude estaria em resumir isso em um significado de identidade diluída conforme as práticas constituídas, como se houvesse de antemão, preenchimentos para então compor a categoria mulher. Tudo se torna elaboração de existências e mesmo que estejam diretamente relacionados e dependentes entre si, podem ser influenciados, consubstanciando os atributos do gênero, correspondentes a uma performatividade construída pelo tempo e espaço, institucionalizada por atos repetitivos. Sublinha-se ainda, sem deixar de lado o predomínio de disputas políticas. Nesse viés, a identidade de gênero é um efeito, resultante de práticas discursivas que relacionam o sexo, o gênero, prática sexual e o desejo.

É determinante então, desprender-se da concepção de gênero concebido em uma inscrição cultural de um sexo previamente dado, para que o papel do gênero encontre espaço de referência que nem sempre levará às oposições binárias, como por exemplo, as do macho e da fêmea. Ou seja, é apropriado não considerar uma condição estática do corpo, e sim, tentar desnaturalizar alguns registros, como os da sexualidade e do desejo.

Para ela, o gênero é uma representação que lida com a construção da subjetividade, sustentado por estruturas institucionais. Na medida em que desestabiliza os determinismos biológicos e culturais, gera conflito especialmente por causa das constituições de poder e disposições hierárquicas sociais. Seguindo

nessa linha, o *cross-dressing* então, desafia a arbitrariedade de desempenho de papéis postos como supostamente complementares (macho vs fêmea, subordinado vs dominador, feminilidade vs masculinidade, gay vs hetero etc.). Na mesma medida, conflita corpos, sexualidade e vestuário em uma narrativa que ainda desassocia a ação marginal do travestimento de uma prática visual do cotidiano. Como pressuposto, talvez seja a identidade que mais incita ruptura da epistemologia, contrariando as normas condicionadas de uma prática de vida.

Quebrando as fronteiras entre o considerado natural e o cultural, é interessante pensar como um artifício flutuante, como quando uma entrevistada que se considerava transexual, explicou que quando criança já se “travestia de homem”, uma vez que sua autopercepção sempre foi feminina. Ou seja, de que maneira aquela pessoa nascida com um pênis, já se via como feminina e como sua concepção de se travestir era a de se simular-se com roupas destinadas culturalmente ao universo masculino. Inclusive, vale destacar, a interlocutora usou o termo “mentira” para caracterizar como se apresentava antes. Usava muitas peças de marcas renomadas para reforçar aquela imagem e render mais segurança no meio público. “Já hoje, pode ser roupa de brechó”, disse ela, fazendo uma alusão a sua atual autoestima de identidade de gênero. E mais: “aparentemente eu era um menino comum que não chamava qualquer atenção”, porém aos seus olhos, estava interpretando um outro alguém. Em relato, desabafa: “para conseguir transitar na sociedade, eu precisava exagerar no comportamento masculino para ser aceita. Cheguei inclusive a fazer teatro!” (DIÁRIO DE CAMPO, 09/11/2012). Sob essa rubrica, inverte-se a questão sobre as definições de identidade pessoal vista como, por definição, feita de artifícios internos, quando na verdade, deveria ser perguntado “[...] em que medida as práticas reguladoras de formação e divisão do gênero constituem a identidade, a coerência interna do sujeito, e, a rigor, o *status* auto-idêntico da pessoa?” (BUTLER, 2012, p. 38).

Também ficou evidente a identidade feminina que já é própria, em outra praticante, que garante que não se monta mais, embora estivesse de ‘princesa’ enquanto ocorria a entrevista. Essa mesma pessoa que depois em texto, descreveu: “Eu só me monto de homem de vez em quando” (DIÁRIO DE CAMPO, 22/02/2014). Nessa declaração, fica evidente sua visão de identidade, pois pelos padrões, a concepção biológica lhe definiria do sexo masculino e nesse sentido, o ato de ‘se montar’ deveria ser pelo viés feminino. Essa interlocutora é uma *cross-dresser* que

se apresenta no espaço público somente de ‘princesa’ e que conquistou um livre trânsito na vida pessoal e profissional, o que lhe proporcionou uma perspectiva dada como inversa à vivência desses casos.

Dessa lógica, o ‘se montar’ seria então, vestir-se de forma masculina. Ainda esclareceu a entrevistada que não é qualquer tipo de produção da aparência que a fará mulher. Uma produção exagerada a levará a uma esfera de gueto e não é esse tipo de ambiente que ela quer. Como a maioria das *cross-dressers*, o equilíbrio visual é o objetivo principal. Aqui, é no sentido da experiência, em atingir uma expressão arquetípica nesse processo de travessia, no qual o desejo de reconhecimento passa antes, por processos de legibilidade de corpos. Nessa perspectiva, produzir-se com elementos extravagantes, “como uma pirigete ou parecendo uma puta é forçar a barra” (DIÁRIO DE CAMPO, 13/01/2014), observou, e assim, nunca atingirá a meta que é se parecer com qualquer outra mulher; é justamente não ser notada ou tratada diferente, é ser alguém que transitar e se sente integrada nos mais variados ambientes o que constitui seu desejo maior.

Há um cuidado de não extrapolar tais princípios estéticos para não se aproximar de uma cultura mais *underground* e dos espaços considerados específicos do público LGBTTT. Apesar de garantir levar isso em consideração, concebe-se como uma “perua”, pois gosta de se arrumar muito, explicou. Interessante de pensar que a locutora dessa fala lembrou, no momento em que ocorria a conversa, uma outra praticante que também fez parte do campo, mas somente uma vez em 2012, e que a exemplificou como alguém a não ser seguida. Depois de detalhar sua elaboração pessoal, que incluía saia curta e justa, meia-calça arrastão e maquiagem extravagante, e condizer com sua postura da mesma forma extrapolada, a respondente se deu conta de que então, que tal conhecida não era uma *cross-dresser*, mas uma travesti. Fica claro com esse despertar, que uma das diferenças básicas de acordo com a sua perspectiva, recai muito mais na aparência e nas atitudes, do que nas práticas sexuais. Apesar de não gostar de nenhuma rotulação, entende que pratica o travestimento, considera-se uma *cross-dresser*, mas no final das contas, prefere enxergar-se como um transgênero. Como observação a complementar, a cirurgia de redesignação sexual – CRS poderia trazer uma melhor adequação, mas ela garante que a feminilidade está muito mais na sua cabeça do que no órgão genital. Todavia, serviria para “adequar o espírito com o corpo”, explica (DIÁRIO DE CAMPO, 13/01/2014).

A roupagem coloca-se como auxiliar na penetração do estilo de vida feminino, no qual nunca a expressão 'sair do armário' fez tanto sentido. É todo um envolvimento da subjetividade a que se atrela uma grande vontade de expressão visual, mas que mantém um equilíbrio sobre as escolhas de peças por quais comumente optam as mulheres. O valor atribuído a esse vestir está na discricção, tendo como um dos motivos não serem vinculadas a uma *drag queen* ou mais além, à imagem popular de uma travesti prostituta marcada popularmente pelos excessos. Optam assim, por elementos femininos bastante usuais, na intenção de parecerem só mais uma mulher, uma vez que são elas suas referências para a produção.

Para as *cross-dressers* que participaram desta pesquisa, a feminilidade significa alcançar alguns referenciais, no curso dos quais cada uma segue conforme a sua lógica de percepção. Há atributos bastante árduos nessa tarefa, como usar cintas para comprimir a barriga, aprender a andar de salto, suportar a depilação, participar de sessões de fonoaudiologia, tomar hormônios, usar quatro ou cinco meias-calças para não aparecerem os pelos, entre outros. Somada a essas artimanhas, há a dificuldade de manter tal processo, ou seja, de achar estabelecimentos e profissionais que estejam dispostos a proporcionar isso para elas.

Apesar das etiquetas de conduta implicitamente criadas, as próprias *cross-dressers* reconhecem que nem todas asseguram a imagem que uma praticante supostamente deva passar. Algumas desvirtuam a expectativa criada pelo BCC por meio de um temperamento depreciativo, ou porque usam roupas muito apelativas, não coerentes com a sua idade, ou porque expõem uma postura muito masculinizada e se maquiam com exageros, entre outros aspectos. Todavia, indiferente à percepção de cada praticante, a relevância dos apetrechos é um denominador comum para a criação de uma nova aparência. Vale salientar que, mesmo que a pesquisa de Vencato (2013, p. 210) não tenha como foco central a temática moda, fez parte de suas conclusões com bases antropológicas o seguinte:

[...] é através do uso de certos objetos e itens, assim como da compra destes, que essa outra pessoa pode ser concretizada, uma vez que estes objetos operam na transformação dos sapos em princesas e são, mesmo, fundamentais nessa passagem.

O olhar da autora foca-se nos conflitos, na política e nos direitos sexuais, com descrições etnográficas detalhadas sobre os eventos organizados durante sua pesquisa de campo, bem como, no manejo da transitoriedade. Nesse sentido, essa autora ressalta a diferença que ocorre na personalidade quando uma pessoa 'se monta'.

Esse fato ficou bastante perceptível na incursão em campo, pois as interlocutoras se autorreferem na terceira pessoa do singular masculino quando 'montadas'; da mesma forma, citam-se pelo nome social feminino quando na situação de 'sapo'. Por muitas, foram exemplificadas questões do cotidiano pessoal como, que 'ele' é muito mais contido e sem graça, enquanto 'ela' gosta de gastar muito dinheiro. Diante dessas derivações, é revelador identificar o lugar da performance da travestilidade. Isso ocorre, pois de fato percebem-se como outra pessoa. Quando 'montada', a pessoa transgênera transgride essa lógica, evitando inclusive usar o nome de registro ao nascimento. Cria e se apresenta com um segundo nome, mais de acordo com a imagem recriada e que logo, exalta extrema feminilidade. E para todas as praticantes entrevistadas havia uma justificativa pessoal para a escolha do nome: geralmente sua raiz trazia uma homenagem a alguém querido e que tivesse uma boa sonoridade.

Importante refletir que a aparência interfere diretamente na autopercepção e no convívio social por incorporar uma identidade de gênero, mesmo que transitória e situacional. A ação pelo travestimento de criar pseudônimos é fundamental porque as experiências concedem-lhes expressar e autenticar sua experiência trans, praticamente criam uma *persona* motivada pelo visual. O desconforto anatômico, por assim dizer, dá lugar ao pertencimento psíquico e o seu reflexo no espelho permite-lhes uma outra forma de se apresentar. Logo, 'se montar' implica uma transformação não somente visual. Esta tem o poder de interferir no interior: no como a pessoa se vê e é vista.

No próprio campo, quando em contato com as praticantes, também foram trazidos vários exemplos no teor de que, quando a criança vê a tradicional imagem de um homem com terno, sapato e barba, condicionalmente o chama de 'tio'. Após 'se montar', este tratamento facilmente altera-se para 'tia'. A produção assim, compromete uma orientação para um ato de classificação, quando a pessoa ainda não foi institucionalizada com parâmetros valorativos sobre todo o sistema que contempla a binarismo baseada nos preceitos da heteronormatividade. Sobre isso,

outra entrevistada relatou que visivelmente é tratada de forma diferente conforme a produção final de sua aparência. Quando atendia seus clientes no trabalho de representação comercial e saía para bares, ouvia palavrões e cada um pagava a sua conta. Depois que descobriram que ela se travestia, especialmente aqueles que tinham uma preocupação excessiva com manter seu papel de virilidade, pedia para ser atendido somente pela (*nome social da cross-dresser*), “[...] e assim, o tapão nas costas foi virando aos poucos um tapinha; ao final, eu era até convidada para jantar, com direito a puxar a cadeira pra eu sentar!” (DIÁRIO DE CAMPO, 18/06/2014), lembra sorridente. Para ela, a reação dos clientes foi dividida em praticamente, três formas: ou a pessoa solicitava para não ser mais atendida por ela de nenhuma forma; ou respeitava e a relação pouco se alterou; ou fazia questão de vê-la ‘montada’. Os que queriam ser atendidos somente na condição de ‘princesa’, resguardavam-se consideravelmente daquele comportamento mais estereotipado masculino, e na sua presença, evitavam alguns indícios típicos. Ainda na sua visão, quando iniciou a prática, era “uma travesti no sentido mais desmoralizado possível” (DIÁRIO DE CAMPO, 18/06/2014), com atitudes másculas e sem discernimento sobre os distintos arranjos da clássica atribuição de papéis de gênero. Quando admitiu ao seu chefe que era transgênero, ele, apesar do impacto, apenas solicitou que “não denegrise a imagem da empresa”, conforme palavras do gestor, apontou a respondente. Todavia, depois de seis meses, ela foi afastada do cargo que era somente um abaixo do mais alto da companhia. Até hoje não sabe se sua transgeneridade ocasionou isso, embora Goffman (2012) avalie que sempre haverá um preço a pagar por alguma revelação que seja de fundo desestabilizador de juízos dominantes, ocasionando certas divisões de lugares nos quais alguns, antes permitidos, passam a ser censurados para garantir a manutenção das diferenças.

Esses códigos estéticos têm seus valores simbólicos, já que enunciam as demarcações de gênero. Geralmente as *cross-dressers* dão pouco caso aos seus acessórios e vestuários usados rotineiramente, inclusive não há encanto algum nas peças atribuídas ao sexo masculino; são meras formalidades impostas para um convívio harmônico. Isso é diferente do que ocorre com as peças femininas, que são guardadas com muita vigilância, seja pelo ciúme por ter sido difícil de ser adquirida, seja pelo segredo da experiência. Sobre isso, vale destacar o que é chamado de ‘síndrome da acetona’, ou seja, um período de rejeição e desgosto por precisar ‘se

desmontar', sempre cuidando muito para não deixar resquícios. Vencato (2013, p. 79) explica:

Esta síndrome, que consiste na parte triste de precisar esconder os traços da montagem quando as atividades do clube terminam, acontece num momento visto como importante para a preservação do segredo: é preciso limpar bem todos os traços de feminilidade e tornar aquela pessoa um homem acima de qualquer suspeita novamente. O momento da desmontagem é apontado como algo que recoloca a pessoa no seu lugar cotidiano, num universo em que não é legítimo um homem desejar se vestir de mulher e é ainda menos válido efetivar este desejo.

Quase como um apego ao desejo, algumas mantêm as unhas dos pés pintadas, já que a meia e o sapato fechado são de uso diário; além disso, as *cross-dresser* entrevistadas moram sozinhas ou com pessoas que sabem dos seus hábitos íntimos. Como ponto de conexão, esse relato vincula-se com uma observação feita por uma das interlocutoras, que garantiu que naquele exato ambiente onde ocorria o encontro¹⁵, havia muitos homens usando calcinhas por baixo das calças. Isso converge para a biografia de Novic (2005 – tradução nossa), quando esta também indicou a certeza de que, antes de 'se montar' no espaço público, era habitual por debaixo de suas roupas másculas, estar usando elementos bastante femininos, muito em função para que aos poucos, criasse coragem para uma exposição pública. Assim como, para também não precisar desvincular-se de sua referência identitária.

Na pesquisa descritiva de Vencato (2013), ela analisa algumas das que seriam, segundo sua visão, as principais instâncias da vida de uma *cross-dresser* e como elas operam nesses espaços. Como resultado de etnografia, a autora percebeu que a própria conceituação do termo, bem como outros similares, era nebulosa para as praticantes. Muitas vezes, discussões sobre a sexualidade e vestimentas são evitadas para não gerar situações embaraçosas e falta de consensos. Ela reforça a noção de que as praticantes não se consideram mulheres, uma vez que a 'montagem' é algo transitório, quase que uma brincadeira para muitas. Ou, ao menos é assim que preferem expor a prática. Percebeu também, uma grande satisfação emocional, da qual o contentamento se origina por ser um reconhecimento tomado para si e de si.

¹⁵ Mercado Público de Porto Alegre, 09/11/2012, sexta-feira, horário de almoço.

Para Bento (2014, p. 44), o poder de convencimento é dado, em grande medida, por alguns parâmetros: “O ato de pôr uma roupa, escolher uma cor, acessórios, o corte do cabelo, a forma de andar, enfim, a estética e a estilística corporal são atos que fazem o gênero, que visibilizam e estabilizam os corpos na ordem dicotomizada dos gêneros”. Há objetos cuidadosamente escolhidos como parte fundante da apresentação pública para construir um agente de socialização. Mesmo não existindo um processo específico para essa constituição, a socióloga defende que são os feitos cotidianos que definem a identidade de gênero. É na prática que se estabelece essa identidade, uma vez que o reconhecimento é dado mediante a persistência da repetição que supõe alguns princípios culturalmente impostos. Não se pode reduzir tudo isso ao conceito de imitação, mas se deve relacionar essa ação à noção de pertença, pois seguir por identidades genitalizadas pode fazer parte da performatividade. Como complemento, vale lembrar que o ativismo *queer* tem a proposição de ocupar novas estruturas e atormentar o sistema binário – abordagem a ser tratada na divisão de texto 5.2 desta pesquisa.

Portanto, se o corpo for entendido como uma possibilidade de categoria de análise, então esse é visto não como uma estrutura passiva, mas como algo que preserva em linhas divisórias, um conjunto de políticas. Torna-se um espaço incorporado de uma superficialidade internalizada e transita da expressão condicionada ao performático comportamento de originar a ideia do gênero. A manutenção é baseada na reprodução de certos códigos simbólicos que vão reforçar essa subversão da ordem compulsória, já que esta se situa contra a coerência social. Logo, quem isso vivencia é marginalizado e sofredor de muitas tensões que precisa gerenciar.

Disso, nascem algumas interrogações, como: até que ponto a expressão sexual do corpo é de fato, um elemento que auxilia na construção de espaços de negociação? Mais importante que as práticas e os discursos, são as repetições para a manutenção dessa identidade. Trata-se de construções que ultrapassam as categorias mediante um discurso na esfera social que, por esta, são insistentemente questionados e que vão delinear a concepção das dimensões de identidade. Aqui, é relevante colocar, afinal, que da mesma forma, a estética de ser pertencente a um gênero é, portanto, um efeito das influências de atos. Por esse motivo, também não existe um sexo na condição de verdade única: esse é culturalmente constituído por meio da prática do desempenho, permanecendo aberto a ressignificações. Assim,

novamente em Butler (1999), desta vez em 'Corpos que Pesam', retomam-se alguns dos principais estudos do 'Problemas de Gênero', para certificar que o gênero também é uma expectativa. É uma ação que se estabelece como um aparato pré-discursivo, no qual, em resposta às práticas regulatórias, o agente social segue uma matriz performática como lógica de reconhecimento. É tão somente a repetição desses atos, porquanto um corpo será sempre decifrado por meio de significados culturais, pressupondo que nem natureza nem cultura seriam de domínio total do sujeito.

Os escritos da autora já iniciam com algumas perguntas sobre até que ponto a pele encapsula os limites do corpo. Há sistemáticos contornos materiais que atribuem valores a ele. A insistência na justificativa da natureza permanece, quando bem dizendo, são efeitos de natureza: pensamentos que vão sendo naturalizados ou desnaturalizados. Esse é o caso da necessidade de vincular a diferença sexual simplesmente às funções materiais, quando na realidade, essa deve ser entendida como uma prática discursiva. A categoria sexo é uma demarcação normativa que perversamente regula os corpos que, embora dominados, são inconformados com a força regulatória que os controlam. Acima de tudo,

[...] as normas regulatórias do 'sexo' trabalham de uma forma performativa para constituir a materialidade dos corpos e, mais especificamente, para materializar o sexo do corpo, para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual (BUTLER, 1999, p. 156).

Convém analisar que a reformulação dessa materialidade no corpo inquieta as dinâmicas de poder toda vez que o gênero é visto como uma imposição artificial a partir do sexo como um dado corporal. Isso dá margem para repensar a adoção de imperativos de identificação do corpo e, ainda, repassar o peso sobre o domínio ao sujeito autônomo.

Diante disso, por haver um consenso preestabelecido e nem tão oculto que ordena fórmulas sobre como assegurar a existência do e no grupo, é que as *cross-dressers* se veem como minuciosas observadoras do cotidiano. Elas se tornam, involuntariamente, críticas das condutas, e replicam-nas como algo dado. A base existencial do 'ser mulher' nesse sentido, foi claramente exposta quando a autora desta pesquisa colocou-se como ouvinte em um grupo com três praticantes. Embora evidentemente houvesse o interesse nas falas que ali estavam sendo edificadas, o

que de fato estava em jogo era o comportamento de uma das que estava em silêncio. Como mera espectadora, ela observava cuidadosamente a autora desta tese e espelhava o modo de portar os braços na mesa enquanto o diálogo ocorria com as demais. Assim como, já na saída, esta mesma pessoa permanece atenta e levanta vagarosamente para ficar por último, dando a impressão que era para conseguir perceber o andar ou o vestir da única que ali não se travestia (DIÁRIO DE CAMPO, 05/07/2013).

Um dos paradoxos é que pode ocorrer uma busca pela naturalidade apoiada em mecanismos de observação e treino. Por toda sociedade possuir suas expectativas visuais a respeito das funções sexuais, algumas praticantes do *cross-dressing* reforçam os pressupostos mais marcantes do que supostamente é uma mulher na sociedade em que elas vivem. Percebe-se, por exemplo, uma fragilidade física simulada em todas as entrevistadas que foram conhecidas pessoalmente quando feitos os estudos e observação para esta tese. Nessa instância, uma delas, objetivamente explicou sua preocupação com precisar monitorar constantemente sua voz, a fim de lembrar-se de falar mais baixo e pausado, evitando usar qualquer palavrão, uma vez que para ela, é assim que as mulheres conversam. Cuidar para sempre andar mais lentamente, e quando for sentar, não ficar de pernas abertas são outros ensaios controlados permanentemente. Também a forma de escrita recebidas através de *e-mails*, mensagens e fóruns pode ser um indício que reforça essa imagem institucionalizada, com expressões infantilizadas e excessivamente carinhosas (DIÁRIO DE CAMPO, 2012 a 2015).

A 'princesa' nesse sentido, vai se construindo em um processo de subjetividade. Até porque a própria dimensão de gênero é profundamente arquetípica. E embora haja um grande empenho nessa construção, as declarações sobre autopercepção são reveladoras: "Mas eu sei que não passo por mulher, jamais vou" (DIÁRIO DE CAMPO, 09/11/2012). Assim, essa entrevistada admitiu que mesmo completando aproximadamente dez anos que se apresenta publicamente na figura feminina, até hoje sente uma grande adrenalina quando sai de casa. Ao mesmo tempo em que quer ser notada e admirada, sabe que vai causar estranhamento nas pessoas, até daquelas que depois lhe devotarão respeito. Segundo o que acredita, é impossível passar despercebida; nenhuma praticante consegue isso, mesmo sendo essa uma das principais metas.

Como ponto de hipótese, tal sustentação se reduz quando confrontada pelo fato de elas não quererem 'passar por mulher', mas a imitação dessa causar uma angustia criada socialmente, em nome de uma vontade de encaixe. É uma tensa negociação com uma imagem tomada por modelo em um mecanismo de divisão para legitimar a sua própria existência. Assim, a aparência é um enorme indício de interação social e empoderamento da identidade, que incorpora atos acionados conforme o contexto. Como explica Goffman (2012), os normais¹⁶ já são espontaneamente envolvidos e por isso, não se dão conta de que suas atitudes servem de códigos de conduta aos que querem alcançar a mesma estratificação. Para alguns cidadãos, involuntária e temporariamente vinculados com algum estigma, esse comportamento em busca da legitimação das normas sugere uma moralidade exacerbada que nem todos estão dispostos a receber. Muitos esperam o desempenho de um papel fixo que contradiz um sistema comum de valores, já que assim, facilita reconhecer o lugar também pré-demarcado e que não force as circunstâncias. E para não ultrapassar os limites cômodos, a clareza nas diferenças necessita ser determinante.

Com tantas marcas das diferenças, o *cross-dressing* parece assumir instintivamente uma expectativa em termos de uma identidade de gênero fixa, mesmo que não seja esse o objetivo consciente da experiência. Instaura-se uma espécie de condição de contrato para garantir um pertencimento, uma simulação nascida pela discriminação histórica e que venera imposições de alternativas com fundos bastante normativos. Essa vontade, por extensão, manifesta-se pela aparência, quando Simmel (2008) explica que o ser humano possui uma tendência psicológica para a imitação. Mostrar-se como uma 'verdadeira mulher' consiste em possuir alguns alicerces no vestir e no temperamento para atingir um sentimento do fazer apropriado, e como consequência, de não estar sozinho no mundo.

Todo o conhecimento é transmitido, nascendo daí, a questão imitativa mais primitiva, que aflora quando em grupo, orienta formas básicas de vivência. Quando um modelo é dado, conduz o indivíduo a percorrê-lo como um exemplo a ser seguido com base no apoio e na satisfação social. As formas típicas de vida são sempre eficazes ao uni-los, pois fundam um acordo sólido entre eles, destinado a ser uma totalidade e a representar um coletivo. Esse fato desobriga das

¹⁶ Expressão usada pelo próprio autor, ou ao menos, na obra traduzida, para designar as pessoas não estigmatizadas. Embora revelado esse uso, aqui se acredita que estratifica ainda mais o sujeito.

responsabilidades das escolhas, satisfazendo a unidade e, ainda, cria uma marca de pertença, uma garantia de aceitação.

Essa é a essência do próprio sistema de moda. Ao mesmo tempo, é um produto de separação, pois na mesma intensidade que conduz ao igual, cria necessidades de distinções. Distanciando-se de alguns gostos, inevitavelmente se aproxima de outros. A vontade imitativa realiza-se por uma amostra dada de juízo estético, sempre na tentativa de adaptação ao social, por causa da necessidade de apoio cultural. Assim, a aparência aprendida é o resultado de como isso se manifesta no domínio do outro. Produto de uma reprodução, “o gênero travesti se constitui através de uma imitação idealizada da (hiper)feminilidade [...], encarnam um tipo ideal e ficcional de mulher¹⁷”, acredita Cabral (2012, p. 4 – tradução nossa).

4.3 APROPRIAÇÃO DO PRÓPRIO CORPO

Na mesma ordem de ideias sobre a formulação de determinados roteiros sociais, percebe-se que a universalização de normas aprisiona e não permite que o sujeito se aproprie de seu próprio corpo. Nesse sentido, a impossibilidade de experimentá-lo como portador de significados é também uma forma de violência, talvez uma das mais brutais, já que sufoca qualquer possibilidade de autonomia. Os disciplinamentos descritos na subseção 4.1 desta tese são muito mais complexos sobre a formação das dimensões da identidade pelo visual, do que popularmente se prefere acreditar. Da falta de ruptura dos padrões, resulta a asfixia cotidiana de não poder ensaiá-lo por inteiro. O fora do estabelecido fica condicionado a patologias e inconseqüências morais, como se a pessoa não pudesse transcender os limites do próprio corpo. A vontade de vivenciá-lo na sua totalidade e não como uma mera possibilidade já dada, ainda prevalece como um tabu. A cultura ocidental vigente prefere a escolha mais segura da alienação corporal, incentivando a pensar a aparência na terceira pessoa ao invés de presentificada. Sendo descolado do ‘eu’, precisa seguir pelos arquétipos; logo, repercute na ideia reducionista sobre o considerado natural. Como primeiro espaço de expressão, o corpo visto como um território aculturado é uma forma de ter controle, um verdadeiro testemunho da

¹⁷ Texto original: “[...] *el género travesti se constituye a través de una imitación idealizada de la (hiper)feminina [...] encarnan un tipo ideal y ficcional de mujer [...]*”.

existência e das experiências no mundo. Nesse sentido, a produção funciona como uma forma de ritualização.

O interesse maior aqui é compreender o corpo como produtor de significados, e nesse caso, por meio da moda no sentido de deliberar contornos e de produzir adereços conforme os modos vigentes de um tempo e local. Curiosamente, o corpo subversivo, que na atual comunicação de massa coloca-se com um grande apelo sexual, nada tem de estranho ou de constrangedor. Por outro lado, quando tratado como um objeto de estudos e percebido na posição de um suporte de manifestação pessoal, já há uma certa comoção. Na tradição ocidental contemporânea, Rodrigues (2006, p. 70) redimensiona o sentido erótico em público:

As roupas servem para nos separar dos corpos alheios, mas servem também para nos separar dos nossos próprios. Mesmo em situações em que se permite o nudismo (saunas, vestiários coletivos etc), a nudez dos órgãos genitais é disfarçada e encarada com uma artificial naturalidade.

Esse tabu se constrói muito em função do fato de que o próprio ser humano não aceita a nudez, e tampouco aceita qualquer invólucro posto em si. Todavia, na tomada de consciência de que o corpo é finito, há uma vontade latente de experimento de algo que é próprio de cada um. Enxergá-lo como algo fluido, expandido, que permite novas formas de visualidade é de fato viver na plenitude. Projetá-lo não somente teatralizado para os palcos ou adaptado pelas cirurgias, mas reconhecido no âmbito político do cotidiano, ultrapassando os prazeres convencionais de ordem biológica e somar a isso, a oscilante insatisfação com o corpo faz com que o indivíduo recrie a sua própria aparência. Quaisquer tipos de manipulações significam interferir na sua estrutura em nome de um modelo de aparência negociada e atuante na sociedade.

É inegável a noção do corpo como uma entidade material, e dessas interferências, nascem as inscrições corporais. Essas se revelam como se preexistissem antes da posse de significado sexuado, logo, não faz sentido admitir genealogias, já que tal construto é dado como passivo e desprovido de valor. Ademais, é pertinente lembrar que o ser humano possui um fascínio inerente por seu corpo, o que foi inicialmente contextualizado por Lacan (1988). Desse fascínio, o ser humano constitui sua original comunicação e esta funcionará como uma

identificação imaginária. É o primeiro local possível de incorporar, um verdadeiro investimento moral.

A temática de investigação que sugere o corpo como um produto de práticas também se aplica nos estudos de Pires (2005), que disserta sobre aquele ser uma importante ferramenta comunicacional, o qual possibilita além da interação social, a troca visual, passível de identificação e interpretação. A autora dedica suas pesquisas exclusivamente às possibilidades de exposição do corpo no espaço público e privado. Suas etnografias nos grupos praticantes de *body modification*, articuladas com explicações nas origens antropológicas, auxiliam o entendimento das transformações da imagem do sujeito que o presentificam pelas dimensões estéticas dessas manipulações.

Indissociável para sua socialização, as práticas de modificação corporal são intensificadas graças à sociedade ser cada vez mais visual e às infinitas possibilidades de interferência, o que torna a aparência a primeira expressão de identidade. Assim, revestida pela cultura, o corpo passa de um suporte estável, intocável e definitivo, a algo a ser redesenhado, um bem adquirido que se molda às vontades de seu proprietário.

Santaella (2004) endossa tal questão sobre a subjetividade e questiona as fronteiras da estabilidade do corpo. Ela sintetizada sobre os limites e as multiplicidades de leituras entre o masculino e o feminino, indagando as fronteiras da corporeidade na esfera cultural. Ao dissertar sobre o poder da fisicalidade da *body art* como uma teatralidade, o conceito de arte performática de conteúdo autobiográfico é trazido à tona. Invólucro do imaginário, o corpo é agenciado como um objeto de obsessão e como uma das formas de definição da condição humana. Lembra que, como meio de expressão e sociabilidade, ele é o instrumento central e as suas marcas, sejam na forma de tatuagens, por exemplo, ou de produtos que nele sejam colocados, são signos com valor de troca que advêm do imaginário do sujeito.

Fundamentando esta noção, alguns artistas da contemporaneidade, como a francesa Orlan e o chipreano Stelarc (2009 – tradução nossa), este último que se descreve como um “artista performático que tem visualmente explorado e acusticamente amplificado o seu corpo”, valem como exemplos para os manifestos artísticos, declarando seus corpos como uma importante ferramenta de visibilidade, por vezes pouco explorado. A possibilidade de arranjos pessoais, amarrados com a

excessiva base de informações, gera o corpo espetaculoso, em que o prazer pode estar exatamente na provocação causada para o outro. Além disso, antes era a roupa que o moldava: hoje essa mudança se inverte, resultado de uma mente inquietante e sobrecarregada de imagens que informam novos aspectos de existência. Quando o portador entende que sua expressão visual é muito mais do que os limites físicos da fisionomia, é bastante possível originar a vontade de questionar, provocar, extrapolando os receituários sociais e assim, vivenciar novos prazeres de experiência. Ao mesmo tempo em que essas intervenções servem para exprimir um peculiar repertório, pode demonstrar controle sobre si.

Para fins de fechamento deste capítulo, que visou refletir sobre o lugar dado ao corpo e suas possibilidades de conexão através da visualidade moldada como uma maneira de dinamizar as interações no coletivo, lança-se não questões conclusivas, mas uma última ideia para pensar esses diálogos. O estranhamento vindo pelo senso comum acontece, muito por conta da carga ainda bastante presente que as pessoas trazem, que remonta a uma visão religiosa do corpo como um santuário, como algo intocável. Por várias vezes, uma das interlocutoras da pesquisa reforçava a perspectiva da intolerância vinda prioritariamente de uma visão histórica religiosa (DIÁRIO DE CAMPO, 09/05/2013). Diante disso, uma possível conexão é que, uma vez que o corpo representa um presente divino, interferi nele significa uma heresia com o seu Criador. Esse ponto de vista recusa a aparência pessoal que transgride o considerado natural. O sujeito insatisfeito estaria renegando uma oferenda dos deuses, um ingrato que prefere a impureza de uma estética artificial. Em uma obra escrita por uma devota, a preocupação e a personalização do corpo tratam de ingratidão, pois essa autora identifica nelas pessoas que não sabem valorizar um presente divino. No decorrer desse texto, Mahaney (2005, p. 46) questiona, a fim de doutrinar suas leitoras: “Existe algo em minha aparência que eu gostaria de mudar, ou sou plenamente grata a Deus pela forma como me criou?”.

5 CONVENÇÕES DE GÊNERO

Conforme referenciado na Introdução deste trabalho, a discussão no Brasil sobre a temática do *cross-dressing* ainda é recente, substancialmente mais quando o enfoque é dado pelo viés do sistema de moda. Este cenário já muda um pouco, se comparado aos Estados Unidos, local onde se popularizou a expressão ainda na década de noventa. Através das análises nas biografias literárias aqui referenciadas, além dos relatos em *blogs* pessoais e em dados da pesquisa de campo, percebe-se uma variação grande sobre a iniciação dessa prática, exatamente por não haver uma regra generalista. Nem mesmo existe uma conotação sobre o despertar da orientação sexual da praticante. Uma das entrevistadas em contato pessoal, garantiu que é "algo cromossômico", pois como explicar que aos quatro anos de idade já se escondia embaixo da cama de sua mãe para poder experimentar os sutiãs e batons dela, indagou (DIÁRIO DE CAMPO, 18/06/2014). Um dos únicos sentimentos em comum é a dificuldade de uma autotransição, quando dão-se conta de que há algo diferente nos seus interesses. Por esse motivo, a sua figura fisiológica pode ser autorrenegada. O ideal seria ter uma vida feminina, porém sem cirurgias. Foi percebido que, na sua maioria, são contra interferências graves no corpo, preferem alternativas estéticas menos invasivas como sutiã com enchimento, cuidados com o cabelo e depilação.

Como um ponto de conexão, por definição o conceito de travesti está inserido de forma já muito profunda no senso comum como algo estigmatizado. Carregado de apelo depreciativo, o que consta no imaginário brasileiro sobre a travesti é uma imagem estereotipada, usuária de recursos – geralmente de caráter ilícito – para alterar seu corpo, tais como implantes, cirurgias, maquiagens e hormônios, ganhando sua baixa renda pela prostituição nas ruas à noite.

Esse arquétipo acaba correspondendo aos estudos de Kulick (2008). Apesar de ser uma pesquisa que corresponde a outro tempo e contexto, e que muitas questões mudaram deste então, o que vale aqui ressaltar é a noção de produção de corpos e as rupturas na moralidade do modo de vestir. É lugar comum o grande número de travestis que se prostituem no país e, sobre essa especificidade, o autor traz seu olhar de estrangeiro – literalmente – na tentativa de fazer enxergar certos imaginários originados e mantidos pelos brasileiros. Ele mostra o contexto de Salvador durante incansáveis oito meses durante os quais morou em um pequeno

quarto alugado em uma casa, na perspectiva das mais de trinta travestis prostitutas. Outro diferencial em sua obra é o fato de o autor ter germinado um relacionamento próximo e sincero com elas. Em seu livro, estão relatos resultantes de uma vivência bastante íntima e amigável, no qual ele faz questão de dar voz às próprias.

Para se referir à elas, o autor deu preferência ao pronome feminino, escolha que para ele não era tão evidente assim, já que no inglês não há tantas distinções linguísticas. Com o aprendizado, pôde esclarecer aos leitores que é de praxe para aqueles que querem ofender, conjugar no masculino. No exemplo dado sobre a vida dessas pessoas no nordeste do país – embora se saiba que não é exclusividade do local – a intolerância é bastante grande, inclusive com agressões verbais e físicas vindas dos moradores e até mesmo dos policiais. O que ajuda a pensar no contexto desta pesquisa, é especialmente porque, na visão do autor, tais interlocutoras usam roupas femininas muito provocantes em tempo integral, estando no seu período de trabalho ou não. Assim, é como se carregassem esse fardo de condenação por decorrência da linguagem visual comunicada, já que denuncia uma correspondência vinda da produção da aparência, entre outras formas de expressão. Não por coincidência, a expectativa de vida delas é mais baixa do que do cidadão que segue os padrões heteronormativo, devido aos inúmeros problemas como doenças e violência. O autor é enfático, ao narrar as advertências que antecipadamente recebeu sobre os supostos perigos de andar com elas, o que se agrava quando se mora junto. Extremamente marginalizadas, ele conta que elas são vistas como ameaças pela população e pela mídia brasileira, que as apontam por extensão, como verdadeiras criminosas.

Desses saberes, vale-se ainda de mais ensinamentos pertinentes de Kulick (2008, p. 28), o qual aponta a possibilidade de suspender as pressuposições do gênero baseadas em um sexo biológico concentrado na genitália:

Com isso, ressaltou-se a possibilidade de estudar o gênero como conjuntos de ideias e categorizações que não se restringem às categorias biológicas de 'homem' e 'mulher'. No que concerne às análises sobre travestis, a importância desse movimento teórico é que ele nos incita a investigar as práticas de gênero das travestis sem pressupor que sabemos de antemão o que são 'homens' e 'mulheres' (ou mesmo se essas categorias existem como tais); sem pressupor, portanto, que já conhecemos o ponto de referência, o objeto deliberado ou o ponto final do projeto travesti. Um estudo que tome o gênero como um conjunto de ideias, processos, subjetividades e práticas não necessariamente gerados pelos órgãos reprodutivos, ou a eles relacionados, distancia-se da abordagem que vê as

práticas travestis simplesmente como inversão, desvio ou tentativa vã (e trágica, errática, agressiva etc.) de homens querendo ser mulher.

Justamente por esse peso na atribuição de significados da palavra travesti, é que a denominação *cross-dressing* surgiu e pode ser considerada como sinônimo, apesar de isso ocorrer de maneira reducionista. Ocorre também a não conformidade desse conceito com as lógicas normativas, já que se travestem, ou seja, adornam-se com elementos visuais considerados não correspondentes ao seu sexo físico. Historicamente, foi um médico alemão chamado Magnus Hirschfeld quem utilizou como publicação oficial o termo travesti e suas derivações, em 1910, para designar pessoas que têm interesse em vestir roupas que não condizem com o seu sexo atribuído no momento do nascimento. Logo, etimologicamente a palavra estaria em concordância com tal posicionamento; é meramente uma tentativa de afastamento dessa ordem estabelecida. Segundo o *Grande Dizionario Italiano dell'Uso*, 'travestir' tem registros mesmo antes de 1527; decorre do latim *trans* no sentido de 'através de' em conjunto com *vestitus*, ou seja, 'estar vestido' (CABRAL, 2012).

As próprias formulações de termos são afetadas local e temporalmente, como percebeu Haraway (2004), diante do desafio de traduzir palavras como *geschlecht* para o dicionário marxista alemão. Em cada dialeto pode haver ou não possibilidades de desmembramentos a fim de teorizar assuntos que envolvem as dinâmicas de gênero. Cada verbete possui uma matriz de que invariavelmente herdaram-se determinadas políticas. A partir da problemática linguística, desenrolou-se a complexa trajetória histórica dos sistemas de diferenciações, juntamente com a relação do conceito de sexo. A filósofa garante que o debate político fixou um marco na década de 1980, em especial sob uma visão feminista. Além disso, instaurou-se a reflexão sobre a vontade de posicionar os corpos e suas naturezas consideradas inatas em um estado permanente de atuações como sujeitos sexuados. As ressignificações das categorias analíticas de gênero e sexo interferiram especialmente nas teorias feministas durante os movimentos do pós-guerra; verdadeiras palavras que revelam lutas de espaços.

Ademais, o termo 'identidade de gênero' foi usado em um congresso internacional somente em 1963 por Robert Stoller, durante um encontro de psicanálise em Estocolmo. Sua proposta era conceituá-lo a partir da distinção de cultura e biologia, e essa foi uma das ações ensejadas por um esforço epistemológico. Somente em 1975 que a palavra 'gênero' foi adotada na

antropologia, graças a Gayle Rubin e reforçada na sua expressão social, que determina convenções em torno dos arranjos sexuais, já que ela se debruçou sobre o tabu da homossexualidade. No Brasil, os estudos de gênero e toda a sua complexidade vão se desenhar na década de 1970, uma consequência da segunda onda do feminismo gerado nos Estados Unidos e Europa alguns anos antes (VENTUROZA, 2015).

Percebido nas leituras realizadas, embora ‘travestismo’ seja popularmente mais usado, estudos pautados na área das ciências sociais e da antropologia, além de simpatizantes e das próprias pessoas trans preferem o termo ‘travestilidade’ ou ‘travestimento’, pois enxergam o ‘ismo’ como um sufixo patologizador (DIÁRIO DE CAMPO, 13/05/2015). Pesquisas como a da Kogut (2006), com enfoques psíquicos que pautavam por considerar tal prática como um distúrbio patológico a ser diagnosticado e remediado, se utilizam da nomenclatura ‘travestismo’. A mesma questão acontece evitar o termo transexualismo, pois para muitos, este soa como uma referência a doenças. Como ainda pode ser visto como um transtorno na larga tradição médica de algumas culturas, a ofensa se equilibra sobre uma linha tênue. No fórum virtual do BCC que foi monitorado durante o período desta tese, identificou-se que o termo mais utilizado entre as associadas é o de ‘transgenerismo’, com algumas contradições. Já o ‘transexual’ carrega uma conotação de dar muita importância à anatomia sexual, mais do que à produção e à identidade de gênero. Mesmo que o ‘travestimento’ esteja menos atrelado às características físicas e a seus atritos do que à ‘transexualidade’, de qualquer forma não há correspondência visual com o sexualmente dado como culturalmente coerente. Tal motivo, por muito tempo, foi posto no rol da perversão sexual. Diante disso, nesta pesquisa, a qualificação ‘transexual’ é usada nos casos específicos em que a interlocutora se denominou assim. A preferência é por ‘transgênero’, já que esta palavra situa-se na categoria de maior fluidez e que permite um trânsito maior no universo das expressões identitárias de gênero, mesmo que pelo português, aparenta estar conjugado no masculino.

Sobre essa questão da necessidade de classificação linguística, percebe-se que há uma cegueira nas microidentificações, conforme palavras de Bento (2008, p. 58), pois mesmo com tentativas de reconhecimentos, ocorreu que “Nas últimas décadas, a formulação de um diagnóstico diferenciado para transexualidade terminou por produzir um sujeito transexual universal e homogêneo”, como se fosse

possível generalizar todos que são postos como ‘anormais’ em comparação com os ‘normais’. Assim, o binarismo se apresenta também aqui, ao distinguir somente duas formas de vivência, e desse processo de rotulagem, os que não seguem os papéis e negam a adequação nas definições são postos à margem da perversão proposital. Os ajustados, por sua vez, atuam como agentes da regulação que precisam deixar claro que não fazem parte daquele grupo.

Vale pensar: querer atribuir condutas de pessoas que possuem uma mobilidade identitária seria tão irresponsável quanto querer agrupar outros grupos de sujeitos que por alguma razão se assemelham. É uma tentativa simplista pelo fato de cada um possuir uma biografia original e peculiar interpretação de mundo. E sobre a necessidade de criar modelos totalizantes nas pessoas que vivem a sexualidade em contradição com sua fisionomia, Steele (2013, p. 33 – tradução nossa) adverte que:

Historicamente, tanto homens como mulheres se travestem por uma série de razões, que vão desde o lado prático (mulheres tinham uma maior liberdade quando vestidas de homens) até o erótico. *Cross-dressing* não é necessariamente um sinal de homossexualismo, mas tem sido histórica e literariamente exemplificado o *cross-dressing* indivíduos que eram *gays* ou *lésbicas*¹⁸.

Ampliando o problema, percebe que essas confusões se dão muito em função do pouco espaço que é dado a este tema no ensino. Os estudos de gênero são quase nada abordados em profundidade nas escolas como categoria de análise, que *a priori*, deveria ser um ambiente de articulação para pensar de modo plural. O trabalho de Louro (2003) nesse sentido, é referência, ao trazer à tona essa vertente de pensamento que extrapola as sistematizações tradicionais, provocando na sua área de atuação, a educação, como parte do processo de universalizar já desde muito cedo. A autora denuncia que o próprio silenciamento pode demonstrar um lado opressor, como se não existisse esta questão ou como se não se precisasse falar sobre.

Mantenedora de valores, a escola compreende uma visão polarizada e ensina que a anatomia é um destino. Com uma base sexista, não permite visibilizar

¹⁸ Texto original: “Historically, both men and women cross dress for a number of reasons, from practical (women had more freedom in dressed than men) to erotic. Cross-dressing is not necessarily a sign of homosexuality, but it has been historically and literarily exemplified individuals cross-dressing as gays or lesbians”.

outros grupos que expressam alguma inconformidade com os arranjos tradicionais. Além disso, abandonar esses preceitos é sempre uma tarefa muito difícil. Depois de aprendido, superar uma barreira de sentido pode ser um grande desafio, pois:

[...] para que um/a jovem possa vir a se reconhecer como homossexual, será preciso que ele/ela consiga desvincular gay e lésbica dos significados a que aprendeu a associá-los, ou seja, será preciso deixar de percebê-los como desvios, patologias, formas não-naturais e ilegais de sexualidade. Como se reconhecer em algo que se aprendeu a rejeitar e a desprezar? Como, estando imerso/a nesses discursos normalizadores, é possível articular sua (homo)sexualidade com prazer, com erotismo, com algo que pode ser exercido sem culpa? (LOURO, 2003, p. 83-4).

Sob a temática da diversidade, ela questiona o propósito de separações simples que são entendidas como naturais, e focaliza criticamente os conceitos sobre aptidão para cada criança. Assim, aborda o fato de meninas se interessarem por esportes de contato físico e meninos quererem brincar de se enfeitar sendo tratados como desvio de comportamento. O determinismo biológico é, desde cedo, tomado como justificativa para as mais variadas práticas; portanto, cada criança deve reconhecer o que é considerado adequado para si, não o gênero fazendo parte indissociável do sujeito. Atravessados pelos discursos repetitivos, os jovens vão se construindo como masculino ou feminino e aderindo a preceitos ou a determinações sobre como devem se portar no mundo.

Miskolci (2012), com o seu grupo de pesquisa *Corpo, Identidades e Subjetivações*¹⁹, alarga essas concepções, versando sobre as expectativas que rondam o imaginário coletivo sobre o ser considerado um homem ou uma mulher. No decorrer de sua obra, ele afunila a questão da falta de neutralidade na construção ideológica da sociedade brasileira. Segundo seu ponto de vista, as pessoas deveriam aprender pela diferença; além do mais, para ele, a educação escolar é o campo propício para focar esse princípio fundador. Todavia, o que ocorre é o oposto: desde o início do aprendizado, são convencionados valores de lógica reprodutiva para as crianças, utilizando sistemas heteronormativos como uma demarcação do que é o normal, em contrapartida ao seu antônimo, daquilo que é

¹⁹ Grupo fundado em 2004 pelo Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, em São Carlos/SP, que conta com pesquisadores na equipe como Anna Paula Vencato, Berenice Bento, Larissa Pelúcio, Flávia Teixeira, Jorge Leite Júnior entre outros. Para saber mais: www.ufscar.br/cis

indesejável. Aqueles que não se encaixam no sistema binário estariam pré-descritos como pervertidos, subalternos, fora do padrão, ou seja, *queer*.

Somados a isso, os regimes disciplinares encarregam-se de propagar a valorização de padrões corporais tidos como ideais, ocasionando o disciplinamento e a medicalização velada aos comportamentos desviantes. Como características das outras experiências identitárias ditas como minorias, há os processos de regulação que ocasionam as mais variadas formas de desigualdades. Seus escritos iniciam com uma retomada das práticas de resistência no domínio nacional sobre o controle do corpo e da sexualidade, desdobrando-se por algumas estruturas discriminadas, ao apontar a origem do debate sobre o gênero como não determinado pela natureza, mas sim, por uma elaboração cultural. Tais contestações históricas propiciaram novas reflexões, ao subjetivar as categorias rígidas e desestabilizar as formas dadas desde o nascimento do indivíduo.

É Simões (2009) quem também faz pensar que pode parecer estranho à primeira vista, discorrer com bases nas teorias, a sexualidade como uma força da natureza e como impulsos do corpo biológico, o que a coloca no âmbito das ciências sociais. Basta perceber em quais disciplinas escolares esta questão é abordada – quando é, pois parece que nunca haverá um local ou momento propício, permanecendo eternamente como um tabu. Para ele, esse deve ser um tema público e político por excelência, mesmo que gere controvérsias, ansiedades e desconfortos. A ênfase deve ser dada na ideia de que as pessoas vivem em sociedade e criam valores morais sobre o que consideram importante para a existência humana. Aqui, incluem-se as representações sobre a sexualidade, já que esta é uma produção flexível histórica e cultural. O que parece brotar como algo dado, é uma coordenação entre mente e corpo, resultado de um complexo processo de socialização.

Fruto de um impacto gigantesco na vida das pessoas, o tema é tratado de diferentes formas, dependendo da época e das fontes. Religião, consultórios médicos, política, música, pinturas, televisão, literatura, enfim, mesmo sendo evitado o contato, e sendo velado seu interesse, nunca deixou de ser uma temática central que se consubstancia como matéria de reflexão para gerenciar as instituições e as respectivas condenações. Assim sendo, há razões para Simões (2009, p. 166) acreditar que “Apelar à natureza é um meio poderoso para afirmar a verdade e a solidez de qualquer coisa, fato ou argumento, para além de qualquer discussão, de

forma supostamente definitiva”, já que encobre as ambiguidades que os sentidos possam ter.

Dissertando sobre as experimentações, o que para muitos poderia ser categorizado como perverso ou excêntrico, para outros pode ser entusiasta. Esse pensamento é amparado por Steele (1997), que assinala questões sobre fetichismo e comportamento sexual. Para ela, a própria moda consiste em um complexo sistema simbólico já que trata de um componente importante na representação das dimensões da identidade de gênero. O diálogo feminista problematiza concepções sobre o que se entende por aparência natural e artificial, sendo que para a autora, seria uma falha insistir nessa dicotomia, uma vez que os aspectos da aparência são construídos culturalmente. E segue: “O discurso acadêmico sobre a moda tem, na verdade, cada vez mais sugerido que o adorno é intrinsecamente humano, frequentemente prazeroso e potencialmente subversivo” (STEELE, 1997, p. 194). Diante disso, o vestuário fornece a possibilidade de questionar das convenções de gênero. Aqui não estão sendo referenciados somente os uniformes eróticos ou quaisquer peças fantasiosas, mas a estudiosa assegura que mudar os sentidos visuais interfere diretamente na identidade do sujeito. Já que o travestimento é um ritual bastante comum em muitos lugares e que a forma mais gritante desse questionamento subverte as ideias já convencionadas e cria um *self* feminino ao protagonista da prática.

Interessante pensar é na via contrária do recorte de pesquisa, ou seja, quando a mulher se apropria de roupas convencionadas masculinas, poucas considerações são feitas. Elas na realidade, utilizam tais vestimentas com bastante frequência e por motivos variados: tendência, razões práticas, política ou por satisfação erótica fetichista. Steele (1997, p. 53) analisa os dispositivos de regulamentação percebidos no cotidiano:

O argumento de que os homens são injustamente estigmatizados como “pervertidos” enquanto às mulheres se permite que vistam roupas do sexo oposto é fruto de uma compreensão equivocada. Não é o comportamento que é significante, mas o significado que o comportamento indica. Uma mulher num vestido decotado pode ser exibicionista, mas não é uma exibicionista da mesma forma que um tarado exibicionista – porque seus sentimentos e motivações são diferentes.

Nesse cenário, são sempre elas que são objetificadas e o homem, o desejador do fetiche que vai à busca do próprio objeto passivo, logo, a mulher. A

autora deriva a compreensão do universo erótico para explicar que muitos dos ensaios ocorrem da mesma maneira, porém em grau diferente. Há incontáveis locais onde o ingresso se dá mediante a vestimenta apropriada ao contexto.

A historiadora também se vale de Freud, entre outros pensadores, ao relacionar algumas peças como substitutos fálicos. Exemplifica como: o salto alto, o avermelhado brilhoso dos lábios quando pintados, o aperto do espartilho, a insinuação dos decotes, assim como com a interpretação de preferência de cores e texturas, tais como o uso de peles e couro. Há sempre uma conexão entre dores e prazeres ao decorar o próprio corpo em um cenário de construção de desejos. Possivelmente, o salto fino alto seja o mais fortemente associado a simbologias sexuais, tornando a quem o usa, uma pessoa indefesa e obrigando-a a tencionar todo o corpo, mexendo com a estrutura física, que fica muito diferente de quando estiver relaxada. Assim ocorre com a calcinha, peça que para muitos, é mais excitante do que o corpo nu, pois conota um embrulho, ou seja, o melhor ainda está por vir quando desembulhado. Foi somente no início do século XX que se passou das anáguas para uma peça menor e mais delicada, bastante próxima do que conhecemos atualmente. Ainda mais distante do caráter de calça, a feminilidade estava garantida na história. Nessa relação, é bastante comum essa ser o primeiro experimento de uma *cross-dresser*, possivelmente por possuir tal peso simbólico e por ser algo que pode ser utilizado em público sem que alguém repare. Isso foi identificado tanto na pesquisa de campo, conforme já mencionado, quanto pelo reforço de ideias de Steele (1997, p. 128), que comenta: “O entusiasmo por roupas íntimas femininas está ligado à prática de vestir peças do sexo oposto, e muitos travestis têm enfatizado o apelo de calcinhas femininas, em contraste com as características nada atraentes tanto das calças quanto das cuecas masculinas”. No intento de observar suas palavras, vale acrescentar que a própria concepção de ‘sexo oposto’ já se coloca como binarismo fundante ancorado nas diferenças e complementariedade sexuais, questão posta nesta investigação.

A autora ainda se vale da ideia de fetichismo das mercadorias, fato cunhado por Marx, apesar de este ter ficado muito mais preocupado com o aspecto da produção dessas mercadorias. O conceito retrata a adoração e a forte identificação por objetos graças à atribuição de um sistema simbólico, segundo o qual, ao mesmo tempo, se ressalta a importância de entender esses produtos não somente como peças de roupas, mas como objetos que emprestam um apelo erótico a quem os

possui. O repertório de significação do fetiche foi sendo moldado pela gratificação a um consumo, ato que nem sempre está relacionado com a sexualidade, mas especialmente, com o poder e a percepção. Então, se poderia pensar que todas as pessoas, em alguma medida, são fetichistas por roupas e que estímulos são necessários para as performances sociais, sejam elas quais forem. A responsabilidade deste ritual de adoração é da moda, que atribui significados de apelo sexual aos produtos. Para Steele (1997), a moda finca suas raízes nas distinções de gênero, onde é o homem o detentor do poder e aquele que questiona a aparência considerada natural e o uso de ornamentos, já que as roupas e demais aspectos da aparência são culturalmente valorizados para criar uma forma significativa. À custa disso, ela possibilita zombar das convenções de gênero no quesito subordinação, por exemplo.

Ainda, argumenta que para as travestis, são escravizantes os detalhes técnicos como os materiais, as cores e as texturas, descrições que para muitas, tornam-se banais já que são de uso diário. Em sua obra, cita o Brasil como referência de expressão popular que associa o número do calçado ao gênero. Assim, há várias tentativas de explicar o uso do termo 'sapatão' para definição pejorativa de lésbica, termo que está culturalmente amarrado à figura e a ideia de que uma das mulheres precisa exercer o papel do homem.

Dentro das conceituações, a noção de *cross-dressing* está em circulação entre o masculino e o feminino pelas variáveis socioculturais, que vai se estabelecer na aparência. Mesmo que não haja sempre essa autointitulação – até porque tal nomenclatura é visto como algo contemporâneo – o objetivo a seguir é uma revisão de literatura a partir do tema, para colocar em diálogo a expressão como uma identidade de gênero que marca o corpo, onde as dimensões estão também na vestimenta.

5.1 PARA ALÉM: LEITURAS ANTROPOLÓGICAS

A prática da adoção pelos homens, de adornos atribuídos somente ao feminino²⁰ tal como conhecemos como um mecanismo histórico, atinge as mais variadas manifestações de exposição social. Sobre uma perspectiva situacional e

²⁰ Apesar de a terminologia poder indicar as duas vias, reforça-se que a proposta desta pesquisa é trabalhar somente a direção de categoria do sexo atribuído masculino que se adorna com elementos de significados femininos, eliminando o caminho contrário para fins de objetivos metodológicos.

histórica, o travestimento pode ser interpretado como uma expressão ampla, já que compreende desde as brincadeiras de carnaval até os ritos nativos locais como o *berdache*. É expressão desde quando Shakespeare utilizava esse artifício em seus personagens para retratar as máscaras sociais de cada cidadão, até quando aparece na técnica do teatro japonês kabuki²¹, no qual somente aos homens era permitido encenar. Por essa razão, eles atuavam também nas figuras dramáticas femininas. Alguns atores inclusive se especializavam exclusivamente a essas interpretações, chamados de Onnagata. Markwick (2009, p. 68) lembra que “Só na década de 1660 os papéis femininos, no palco, passaram a ser regular e continuamente interpretados por mulheres”. Assim como na Índia, o treinamento de ator de kathakali era por séculos, dado somente aos meninos, que interpretavam tanto os personagens quanto as deusas.

Figura 9 – Pintura de um Onnagata datada de 1799 e a direita outro registro, já do século XX

²¹ A título de curiosidade, o contrário seria o Takarazuka, ou seja, um *show* de que participavam somente mulheres e estas, se necessário, trajavam-se masculinamente.



Fontes: Metropolitan Museum (2015); National Geographic (2014).

Há também, na subcultura das Lolitas, as brolitas, que são os jovens japoneses que desafiam as lógicas masculinas, ao usarem figurinos e excesso de elementos estéticos do grupo. Todavia, observam-se esses exemplos com o caráter da exceção e/ou que possuem a licença poética da arte, e por isso, não geram tanto conflitos quanto quando a prática é levada ao cenário cotidiano, no qual se estabelece como uma estrutura de desejo permanente.

Como acréscimo, para alguns estudiosos como Camati (2009), Shakespeare teve por função ir muito além da sátira às trocas de papéis. O escritor inglês utilizava a linguagem cênica como estratégia para problematizar as noções de gênero. Fazia isso, em especial porque na época, o teatro era uma importante instituição política para desafiar ideologias. Este era o caso das hierarquias sexuais vistas como uma fatalidade biológica, fundadas em um discurso patriarcal. Por meio

das representações de seus personagens, Shakespeare forneceu indícios para subverter as identidades e, por conseguinte, para criticar as relações de poder mediante as estratégias do travestimento.

E avançando na questão do *berdache*, Rodrigues (2006) explica que na tradição etnológica norte-americana, este é também conhecido como pessoa de dois espíritos. A base dessa ideia é o que o cientista social nomeia como uma gramática do sexo e nesse sentido, acredita em um desenvolvimento gradual de uma reação erótica, presente desde o nascimento, que orienta as manifestações da sexualidade. Além de relativismos e comparações culturais, esse autor evoca que as definições dos papéis sexuais e das maneiras pelas quais se relaciona esse *chaman* – para muitos nativos, esta seria a melhor explicação – se situam afastadas da biologia. Na visão do grupo, não existiria uma conformação anatômica e fisiológica sobre aquele. Então, desses ajustamentos, ocorre a criação de uma terceira categoria, conhecida como *berdache*, ou seja, um sujeito que transita entre mundos. Na esfera tribal, o homem assume um comportamento antes restrito às mulheres nativas, como por exemplo, utilizar as vestimentas características dessas, assumindo suas funções tradicionais dentro do grupo, simulando inclusive, ciclos menstruais e gravidez. Aqui, incita um eixo de análise sobre os enfrentamentos ultrapassarem os limites de deliberação, uma vez que, no grupo, passa a ser alguém incorporado com às suas simulações. Em uma perspectiva de atravessamento de fronteiras culturais, ele se crê como mulher e nessa perspectiva, veste-se como ela deve ser, sem haver qualquer conotação homossexual.

Pelas inscrições tribais, Clastres (1986) também apresenta uma estrutura de pesquisa relacionada com as sociedades primitivas indígenas, ao identificar as diferenças das dimensões simbólicas pelas condições sexuais. Ele dedica um capítulo para desvendar a propriedade bastante distinta do uso de elementos culturalmente típicos, em que o homem mantém o arco como sua principal ferramenta; e a mulher, a cesta. Seus estudos sobre a cultura indígena Guaiaqui também discute a inversão da lógica nas atribuições de sentido do comportamento de Krembegi, nome de um dos índios nômades que tensionou os princípios das categorias de gênero. Diferente dos demais da sua tribo, seu corpo era flácido, seu cabelo era longo e ele negava a encostar-se nos arcos, símbolo material distintamente masculino e muito respeitado por eles. Em reforço, preferia carregar a cesta trançada pelas suas próprias mãos, fato interpretado como má sorte,

praticamente uma execração, pois era uma das atividades destinadas exclusivamente às mulheres locais. Por esse hábito endêmico do tímido índio, seus pares não podiam contar com ele como provedor de carne, principal alimento do grupo, ofício de caça para o qual os meninos desde muito cedo, eram preparados. Representação da virilidade, o canto noturno também fazia parte desse ritual na caça, mas o índio jamais o fez. Em vista de ele ter contado com o acolhimento de uma família, a partir dali, houve solicitação de algumas ações de esposas, como a busca de água, o descascamento de raízes e a fabricação de colares. Esta última atividade era feita com extrema dedicação, sobrepondo-se inclusive, ao capricho das mulheres que enfiavam os dentes dos animais abatidos que seus maridos traziam no cordão. Mas não Krembegi. Pela análise etnográfica do pesquisador, este escolhia cuidadosamente somente os dentes de macaco, e do acúmulo, selecionava aqueles que tinham tamanho semelhante. Como fazia todos esses afazeres desde o seu nascimento, em um certo período de sua vida, não chamava mais atenção da tribo. Seguia respeitosamente todas as regras locais, mesmo que na ordem invertida de seu sexo.

Diferente do segundo exemplo, Chachubutawachugi já não teve tanta aceitação. Foi obrigado a morar sozinho e por isso, realizou mais atividades femininas como somente cozinhar. Também conhecido como o homem portador de cesta, tinha um porte grande, possuía longa barba e caçava, apesar de não usar arco. A *pane*²² o atacou de repente, deixando-o incapaz de ocupar um dos dois lugares. Ocorreu que tentou preencher os dois espaços, algo ainda mais inaceitável. Sempre confuso, carregava a cesta, mas do seu jeito: usava a tira de sustentação no peito e não na testa, como de costume. O que ele achava pelo caminho era proveitoso para seu adorno corporal, incluindo resquícios de materiais deixados pelo homem branco. De qualquer forma, “Esse tabu sobre o contato físico com as insígnias mais evidentes do sexo oposto permite evitar assim toda transgressão da ordem sócios sexual que regulamente a vida do grupo”, norteia Clastres (1986, p. 75).

Ainda sob um ponto de vista antropológico sobre as normatizações de atitudes sexualmente ordenadas, Mead (2014) fornece outras evidências. Cruzando os materiais de análise originados da vivência com três característicos grupos

²² Termo utilizado para reproduzir uma falta de habilidade de caça e demais atividades resguardadas ao universo masculino dos Guaiaqui, considerada uma maldição (CLASTRES, 1986).

étnicos em Nova Guiné, coleta realizada na década de trinta, utiliza-se dos estudos da produção do caráter sem consideração do sexo e do papel da cultura nesse processo. Por ter vivenciado de perto o cotidiano daqueles, ela pôde concluir que havia temperamentos aprovados para homens e outros para mulheres, assim como atribuídos a ambos. Foram identificadas diferentes prescrição de caracteres sexuais nos Arapesh e nos Mundugumor. Uma terceira tribo, os Tchambuli, destoava mais da estrutura cultural graças a alguns papéis que, quando comparados, eram invertidos. Todavia, nenhuma conclusão foi creditada a bases biológicas, mas sim, a segregações feitas pela instrução que se estabelece ainda na fase infantil. Como unidade de análise, essa pesquisadora percebeu que os mecanismos de educação podem ser formas de adestramento para acentuar as diferenças temperamentais bastante arbitrárias, pois não se reconhecem dotes genuinamente individuais. Noções de masculinidade e feminilidade são antes, tidos como potencialidades rotuladas pela ordem biológica que dependiam de valores assimilados mediante um condicionamento cultural, que invariavelmente, cria expectativas sobre as atuações.

Assim como em qualquer cultura, há complexidade no conjunto de regras que visam garantir o poder e equilíbrio. Comumente, há utilização do sexo como uma forma de organização, para estabelecer traços de personalidade como um condicionamento social, esclarecendo na mesma instância, o sentido da natureza humana como algo extremamente maleável quando interage em um dado ambiente. Esse tipo de planejamento da ordem social sobre as crenças de comportamento congênito tem bases na complementaridade e é instituído como padrão que evoca uma grande pressão social. Mead (2014, p. 290) adverte que essas conformações interferem no curso de toda a vida do sujeito:

Assim, a existência numa dada sociedade de uma dicotomia de personalidade determinada pelo sexo, limitada pelo sexo, pune em maior ou menor grau todo indivíduo que nasce em seu âmbito. Aqueles indivíduos cujos temperamentos são indubitavelmente anômalos não conseguem ajustar-se aos padrões aceitos, e pela sua própria presença, pela anormalidade de suas respostas, confundem aqueles cujos temperamentos são os esperados para o seu sexo.

Sobre esses traços contraditórios, a autora identificou o que ela chama de 'inadaptados', e suas implicações nas relações, os quais na sua maioria, são agrupados desta forma, orientados por um conforto generalista. Os desajustados seriam aqueles que não percebem uma vazão congenial para os seus dotes e com

isso, não se encaixam aos roteiros que lhe seriam reservados. Disso decorre, pois qualquer membro que desobedece aos juízos aplicados está violando o outro também, o sujeito dos julgamentos. Em sociedades que se especializam em comportamentos baseados no sexo, de forma invariável afloram justamente aqueles impróprios, que não são desejados, e que condenam esses diferentes a enfrentar desfavor social nas várias esferas de sua vida. Por outro lado, pouco é compreendido quanto ao conceito de travestimento em culturas que não cultivem padrões tão enraizados em papéis sexuais; logo, nesse caso, são oferecidas escolhas conforme os interesses em jogo.

Um homem Mundugumor pode, por exemplo, exercer atividades que têm a insistência em constituir uma associação feminina, sem ferir a masculinidade. Mas outras atividades que possuem diferenças padronizadas podem suscitar o que alguns grupos consideram inatural, como o já mencionado *berdache*. Qualquer indício de um filho com tal comportamento implica embaraço e preocupação, necessitando de atenção redobrada. Pessoas que, sem a variação no temperamento, inclinam-se para o desajustamento, confrontam-se nas suas evidências anatômicas, com as especificações decretadas dicotomicamente. E sempre, para haver tal desajuste, é necessário apresentar formas de organização que levam a concluir ser indigna a pura e simples classificação pelos padrões comuns determinados.

Um outro e último exemplo etnográfico antes da abordagem sobre os estudos *queer*, que desafia os moldes normativos e conduz a repensar conceitos universalisantes são as *hijras*, assim chamadas os transgêneros na Índia. Almeida (2015) refere-se às comunidades transexuais como parte das tradições indianas há mais de quatro mil anos, sempre repletas de misticismo. Acredita-se que estas podem determinar o destino, prevendo, abençoando ou amaldiçoando. Em algumas regiões indianas que reverenciam o deus Aravan, aquelas são mais conhecidas como *aravani*, havendo inclusive, concursos de beleza *aravani* e um grande festival transgênero todos os anos, para celebrar o casamento hindu com o deus Krishna. No período medieval, elas foram inclusive entendidas como líderes hindus, até a colonização britânica, quando foi decretada prisão perpétua aos que mantivessem relações sexuais com elas. A criminalização do sexo considerado para eles contra a natureza, foi por pouco tempo revogada: de 2009 a 2013. Foi somente em 2014 que as organizações dos direitos humanos permitiram às transexuais portar documentos

oficiais, caracterizando um terceiro sexo. Embora ainda marginalizadas, elas têm espaço por lei, de cotas nas escolas e nos trabalhos públicos.

Figura 10 – Exemplos de *hijras*



Fontes: Hijras (2015); Third Gender (2014).

5.2 RELAÇÃO DE PODER

Uma breve localização temporal dos estudos *queer* mostra que, mesmo em popularização progressiva, é bastante recente e talvez ainda pouco absorvido de fato no contexto do cotidiano. Miskolci (2009) esclarece que a sexologia clássica não dava conta de contemplar a dinâmica dos corpos, dos desejos e das sexualidades das minorias, ao menos não por meio de um método desconstrutivista. Esse debate começou a ganhar espaço, sobretudo nos Estados Unidos, em meados da década

de 1980, provocando novas formas de pensar sobre as expressões de gênero e todo o complexo da não normatividade, antes inquestionado. A despatologização da homossexualidade em 1973, já havia sido um importante passo para esse movimento, quando foi retirada da lista de enfermidades da Sociedade Psiquiátrica Americana. Mas foi somente em 1990, na Califórnia, pela voz da conferencista Teresa de Lauretis, que tal necessidade de problematizar as sexualidades não reprodutivas foi denominada de teoria *queer*, percebendo-se uma disposição da política para o exercício dos modelos de vida dados pela moralidade sexual reguladora que tanto controla os corpos. No âmbito dessas reflexões escritas, a publicação científica da edição número 28 dos Cadernos Pagu (2007) foi um marco importante, pois propunha a primeira compilação nacional exclusiva sobre o tema.

De ordem político-social, essa corrente busca enfrentar os rótulos que regulam a heterossexualidade compulsória em todos os âmbitos da vida daqueles que estariam em desacordo com as imposições da unidade social limitada pela genitália. Tema complexo e com muito ainda a ser feito, as perspectivas *queer* criticam as definições identitárias radicais e complexificam o que já está essencializado pela morfologia. À custa disso, desestabiliza o poder normatizador fundado nas formas anatômicas de nascimento e sexualidade como um processo que organiza a prática de vida. Nomes como Butler, Sedgwick e mesmo antes, nas obras de Foucault e Derrida, já ensaiavam essa resposta ao tão necessitado estudo que rejeita os pressupostos da divisão de gênero centrado no macho e na fêmea. A teoria *queer* abastece com ferramentas conceituais esse universo de pesquisas, para criticar o binarismo do gênero e do sexo e desafia os modelos naturalizados a partir de uma perspectiva heterossexual, denunciando essas formas de estrutura interpretativa canalizada pelos genitais. Essa linha de abordagem sugere a inexistência de papéis sexuais biologicamente complementares e não necessariamente uma relação condicionante entre o gênero e o sexo (MISKOLCI, 2014).

Na coletânea *Fear of a Queer Planet: queer politics and social theory*²³, Warner (1993 – tradução nossa) na época, elucidou que a política *queer* tinha implicações em uma vasta gama de instituições e ideologias, mas estava recém estabelecendo sua agenda. Para tanto, buscou um grupo de estudiosos com o

²³ Obra sem tradução.

intuito de redigir essa proposta no formato de um livro. No início da década, ainda era mais nebulosa essa corrente, embora seus estudos estivessem sendo descolados de uma fundamentação heteronormativa – expressão cunhada pelo autor em 1991. Demorou muito tempo para que a teoria *queer* deixasse de ser negligenciada como uma fonte de pesquisa sociológica e para que fosse compreendida muito além do que sexualidades marginais, de cunho erótico ou patológico. Para ele, a questão ainda não tinha sido adequadamente teorizada como um contexto político e possivelmente por esse motivo, sua compilação literária é até hoje citada em muitos documentos, ao menos os publicados em inglês.

Na concepção do autor, *queer* é sinônimo de luta permanentemente e aos poucos, em um processo de disputa para negociação de espaços, que questiona as identidades essencializadas. Regulamentações que perpassam a noção de gênero, as reivindicações dizem respeito às consequências do discurso público sobre liberdade, identidade, violência, saúde, confiança, consumo e todas as demais normas profundamente culturais da vida íntima e o seu gerenciamento do corpo.

Suportado por uma base de opressão, a generalização da raça humana é retratada por um casal heterossexual monogâmico jovem, os quais não apenas são sexualmente diferentes: eles são a própria diferença sexual. O relacionamento deve ainda resultar na procriação de indivíduos também heterossexuais, constituindo a realização plena de um sistema de valores muito mais político do que biológico. Para o nativo da cultura que o produziu, essa imagem caricatural, quase bíblica, é imediatamente reconhecível. Em um pressuposto heterossexual, isso testemunha por assim dizer, uma insistência de que humanidade e heterossexualidade são sinônimas. Como espaço de resistência, Warner (1993 – tradução nossa) ainda diz que há importantes tentativas de coletivizar os esforços, inclusive com autodefinição de *gay* para *queer*, preferência que representa a noção de grupo e interesse político em favor de uma oposição mais profunda aos regimes normalizadores.

A própria designação já desconstrói as estruturas demarcatórias. Assim como *crossdressing*, a palavra *queer* se mantém em inglês, visto que sua tradução seria no mínimo incompleta. O propósito do nome foi justamente ressignificar uma expressão de carga pejorativa em um sinônimo de militância e transgressão. O *queer* nasce da cultura da opressão e assim, subverte a própria ofensa homofóbica de maneira criativa; revida o xingamento na forma de munição. Louro (2004)

entende que é exatamente na subversão que está o contraponto ao saber dominante, em que a desobediência possibilita abrir a discussão além dos limites.

A autora acredita que os estudos *queer* provocam perguntas que usualmente não são feitas, e por isso prefere enxergá-los como uma disposição política e existencial de um conjunto de saberes que trata de temas fora do sistema tradicional. Assim, o subversivo está intencionalmente na própria palavra e permanece, não somente pela incapacidade linguística de tradução na sua completude, mas também como uma nova apropriação de um adjetivo pejorativo. Assim: “Para desnaturalizar as identidades e estabelecer as disputas, uma das estratégias é transformar e incorporar o insulto homofóbico como elemento identitário”, acrescenta Bento (2008, p. 53). Ao desarmar, a violência potencialmente se coloca como um caráter ideológico que baliza o terreno de disputas e as demarcações identitárias. Não esconder, pelo contrário, explicita a ofensa como manifesto de reconhecimento.

Por tudo isso é que a versão literal da palavra *queer* para o português perderia a plenitude da carga política. A expressão no sentido ‘bizarro’ faz parte das ofensas. Houve então, uma descontinuidade do termo, na qual o próprio produto da opressão se transforma em uma estratégia de resistência. Como crítica, a política da representação está em:

[...] reapropriar-se de um termo cujo uso corrente é da ordem do pejorativo, em um gesto que recupera a possibilidade de uma autodesignação para estes sujeitos sociais, ao mesmo tempo em que desarma o discurso homofóbico e heteronormativo através do dismantelamento da carga semântica negativa de seus itens lexicais fundamentais (ALÓS, 2010, p. 854-5).

Para facilitar o entendimento da concepção *queer*, o autor acredita que é preciso antes desnaturalizar alguns lugares comuns sobre o gênero e o sexo. Há uma heterossexualidade presumida nas menores evidências de convívio, e por isso, seria imperativo deslocar certas noções tradicionais da composição do sujeito e sua elaboração estética.

Para ele, a teoria permite uma ruptura epistemológica de tradicionais noções do sujeito como um ser único, contrariando uma preconceção baseada em regimes heteronormativos do gênero que expressam um conjunto de obrigações derivadas de um pressuposto igualmente heterossexual. Expressão de um conjunto de

interesses, ele compreende a identidade como algo inacabado, uma experimentação da existência, um efeito do discurso e assim, o corpo como sua instância de representação. Como tal, as identidades sexuais têm como premissa a complementaridade, com seus códigos de feminilidade e masculinidade e suas definições se fazem sempre na relação com o outro, sem levar em conta que a noção de singularidade se dá pelo processo de atos repetitivos, sem privilegiar a origem. A corrente teórica *queer* rompeu com a concepção clássica do sujeito no pós-estruturalismo, ao problematizá-lo como provisório.

O movimento acadêmico e político tenta justamente desnudar a compreensão de não haver um processo que deva ser considerado natural. Essa lógica de alegar a noção de natureza não faz sentido quando se pensa que em nada há uma originalidade. É necessário descolar o entendimento de que corpo é um dado naturalmente feminino ou masculino, não havendo destino biológico que define algum papel. Para tal, deve ser visto como uma produção implicada em um discurso hegemônico. A concepção do casal é resultado de repetições, da mesma forma que não existe um corpo destituído de significado, mas sim, há imitações das estruturas. Desde muito cedo, a preparação dos corpos instala-se em ações proibitivas.

Também para Foucault (2011), a lei precede o sujeito, no sentido de que suas regulações corporizam o gênero e concebem corpos inteligíveis, subalternos negados de existência, em que por excelência, o julgamento é subproduto de normas. A classificação pelo corpo é um princípio universal, mesmo que haja flexibilidade e que esse conceito seja uma narrativa adaptada conforme regiões e temporalidade. Em seus estudos, o corpo sempre se coloca como uma narrativa. Por exemplo, em períodos de censura, quando a sexualidade foi reduzida ao silêncio e os mecanismos de proibição eram postos na fala, o corpo é exaltado através das roupas íntimas. Na mesma instância, incita ainda mais o desejo proibido, já que o dissimula por meio de estruturas metálicas nas crinolinas e espartilhos, os quais são uma forma de trazer à tona o assunto. Já quando o filósofo estuda a loucura, o corpo é reprimido, impedido de expressar; é a própria negação. De qualquer forma, é o poder emitindo suas ordens.

Este pensamento político que supera o enquadramento de ordem sexual arbitrariamente associado a uma das categorias ganha cada vez mais espaço, visto que atua em várias frentes. Mesmo que ainda tímido, sua visibilidade é crescente desde a globalização. Constitui um rico campo de pesquisa, pois trabalha de forma

transversal em vários saberes e possibilita colocar em pauta as pressuposições como as de ordem natural a essa hegemonia no que concerne ao gênero, sexualidade, desejo, e ainda alarga conceitos para as relações de poder.

Um dos motivos para tal visibilidade foi a formulação não de um indivíduo, mas de uma 'multidão de anormais', como ironiza Preciado (2011). Para combater as culturas anarquistas, foi necessário que a então minoria se aglomerasse e canalizasse as forças a fim de concebê-los como uma potência política com propriedade analítica. A autora mencionada cruza a heterossexualidade com um regime político que administra a normalização dos corpos e não a vê como um mero efeito de discurso.

Também ganharam terrenos os isolados, aqueles sujeitos que talvez timidamente, exercessem pequenos atos em nome dessa crítica dos fenótipos masculinos e femininos. Um deles foi Katz (2013 – tradução nossa), que em pleno anos 1990, se recusou a usar camisa e *blazer* conforme as instruções do fotógrafo e os apelos dos membros da sua família, durante um registro clássico para eternizar as gerações. A foto, que circulou pelo mundo a contragosto de quem a compunha, mostra uma família tradicional na qual somente ele está com uma camiseta vermelha com o dizer *queer* na frente, estampado em preto. Pela perspectiva histórica, ele garante que valeu a pena, pois seu manifesto foi uma afirmação literal. Um ativismo silencioso e individual, ainda assim, muito poderoso. Se na foto ele estivesse de camisa como todos os demais homens, seguramente ela passaria despercebida como apenas mais uma. Mas uma simples camiseta de uma só cor e com uma pequena palavra fez com que ela fosse parte do Museu do *Fashion Institute of Technology* – FIT, em New York. Esse é um exemplo de gesto que articula uma política diferente,

E por política *queer*, quero dizer um modelo específico anti-identidade da dissidência sexual, que não está ligado na declaração de um indivíduo e 'autêntico' como lésbica, ou gay, ou bi, ou mesmo trans, mas sim, aquele que enxergue o *queer* como uma ampla recusa da sexualidade como um útil ou socialmente necessário sistema de classificação²⁴ (KATZ, 2013, p. 223 – tradução nossa).

²⁴ Texto original: "And for *queer politics*, I mean an anti-identity specific model of sexual dissidence, which is not connected in the declaration of an individual as 'authentic' as lesbian or gay, or bi, or trans, but the one who sees the *queer* as a broad rejection of sexuality as a useful or socially necessary classification system".

Mas em seu discurso, por vezes, ele assume o desânimo nessas ações, já que, na sua percepção, não importa quantas vezes na história já ocorreram tentativas de visibilidades, ainda é uma identidade minoria no sentido mais amplo de conotação sociológica, anexada a uma corrente normativa e, portanto, sempre dependendo da bondade de estranhos. A política *queer* é feita para desafiar a primazia do próprio sistema de classificação, não uma identidade autêntica incrustada em seus termos básicos, mas que possua uma afinidade profunda com todos aqueles de qualquer orientação sexual, que se recusam a ligar desejo com gênero. E mais, para o autor, a sexualidade deva ser vista como não mais importante do que qualquer outra orientação. Esta é uma declaração, mesmo que complexa, que poderia ser entendida como algo a ser banalizado, uma realidade do cotidiano e sem importância, sustentado na ideologia das diferenças.

A teoria *queer* confronta-se diretamente com os regimes de poder, ao descaracterizar as normas hegemônicas e ao provocar o convívio de distinção baseado na vigilância. Como um importante instrumento de transformação, o que muito se percebe é a falta de um acesso físico igualitário, em espaços diferentemente atribuídos, conforme se é homem ou mulher. Seria esta uma discriminação justificada por traços já dados. Decorrente das diferenças fisiológicas, as distribuições desiguais também são postas como inatas, muitas vezes, conforme o local de atuação.

Aqueles que desapontam a heterossexualidade como um desejo natural são postos como agentes sociais que não encontram nas categorias dadas como válidas no estatuto social, suas referências identitárias, sendo desse modo, condenados a uma indisponibilidade pelo olhar conservador. Por isso, “A luta principal é pela destruição do sistema social da heterossexualidade, porque ‘sexo’ é a categoria política naturalizada que funda a sociedade como heterossexual” (HARAWAY, 2004, p. 225). Lésbicas, homens *gays*, transgêneros, intersexuais, todas essas e outras formulações estariam fora da condição de existência, ausência de posição na condição de uma definição de sujeito. Sendo o travestimento, a ideia mais transgressora para questionar as tradições dos significados atribuídos de gênero e desestabilizar as demarcações pelos artifícios visuais.

Ao historicizar as ambiguidades das relações entre os homens e as mulheres, a autora resume que por excelência, o gênero é um conceito contestador das diferenças sexuais nas variadas arenas de luta. Isso inclui algumas

propriedades sexuais regulatórias que insistem em que, por exemplo, a maternidade é natural e a paternidade, cultural. Um dos problemas para ela está em não se levar em consideração nas análises, os resíduos histórico-epistemológicos da lógica de diferenciação sobre o sexo e gênero.

Avançando a discussão pela dimensão política do corpo, percebe-se que termos como 'magreza curvilínea' para as meninas e 'robustez' para os meninos demonstram uma tendência universalista para que a subordinação aja como um esvaziamento de poder do próprio modo de ser, com base nos modos de fazer gênero. Baseado em uma relação de poder, dificilmente é desfeito o ditame de mulher objeto e frágil que é dependente e desejada por um homem viril. Nessa lógica baseada no patriarcado, é necessário que os corpos assumam uma série de critérios que assegurem as expressões de gênero. Parte-se do pressuposto de que o substrato fisiológico corresponde ao comportamento para a elaboração de um dos somente dois gêneros em um roteiro elaborado mediante um processo longo de socialização.

Com o propósito de fechar esta subseção e iniciar a seguinte sobre a negação do sujeito, citam-se alguns nomes no meio da *body art* que intrigam as estruturas normativas de gênero. Um deles é Fakir Musafar, que detém o título de popularizar os movimentos das modificações corporais, trazendo o simbolismo de culturas primitivas ao espaço urbano. Ele usa seu próprio corpo para aplicar as mais variadas técnicas, intrigando as convenções de gênero por meio dos adereços de conotação feminina. Já Mr. Pearl, como é conhecido, é criador de espartilhos contemporâneos e comercializa-os com menos apelo de experimentação cultural e maior busca de encantamento e elitização. Garante que não os usa pelo sentido de aproximação de um papel feminino, mas pelo controle corporal já que para ele, as peças de vestuário deveriam ser mais disciplinadoras e deveriam deixar os corpos menos vulneráveis. Como complemento, não os tira nem para dormir, assim como relata detestar andar de pés descalços; prefere estar sempre com seus sapatos de couro (STEELE, 1997).

Figura 11 – Entusiastas do espartilho masculino: Fakir Musafar e Mr. Pearl



Fontes: Fakir (2013); Corset (2013).

5.3 IDENTIDADES PERIFÉRICAS E DIREITOS

Conforme exposto, a sociedade tem uma comodidade, ao mesmo tempo que impositiva, de criar e seguir imperativos de categorização para acomodar as pessoas em algo predefinido. Com esse carimbo na mão, trata as pessoas de acordo com a ordem estabelecida de sua condenação. O contrassenso chega a um ponto em que, para se ter direitos, é preciso ser antes, reconhecido, mesmo que seja pela manutenção da diferença, do estranho, do inaceitável. Não resta dúvida de que este é um terreno bastante delicado, pois reivindicar visibilidade onde não há uma identidade pré-agendada como é a heterossexualidade, implica instaurar a outra forma de violência simbólica. Nesse efeito do destino, todos aqueles que

contrariam o determinismo biológico são limitados ao grupo dos 'demais', em oposição aos 'normais'.

Para pôr em pauta a questão de invisibilidade, é prudente trazer notas sobre os direitos nas experiências trans. Nesse âmbito, Bento (2013) sintetiza que os que vivem nesse universo ainda são atravessados por um processo patologizante, que decide pela própria pessoa se ela pode ou não mudar seu corpo, por exemplo. E ainda, determina se ela tem ou não acesso a espaços sociais. Quando negado, ocorre a própria morte do sujeito, pois quando falta amparo legal, é como se dizer que ela não existe. O respeito pela autodeterminação de gênero na criação de um nome social seria uma forma de produzir cidadania, mesmo que em partes. Diante disso, a professora citada provoca discussão sobre quem de fato tem direito aos direitos humanos, já que no cotidiano, as ações mostram outras realidades. A mãe que expulsa o filho quando ele assume sua prática trans, o empregador que recusa contratá-la, o namorado que a esconde para manter seu *status* de marido heterossexual, até chegar ao assassino. Guardadas as devidas proporções, tudo são variantes resultantes de percepção de anomalia e vergonha, em que todos são agentes. Aquela pessoa que se diz não preconceituosa e para tanto, usa o receio da reação dos outros, inclui-se nesse ciclo de reprodução que insiste em demarcar a diferença sexual pelo binarismo. Essas interpelações são veladamente autorizadas, e, no limite, demonstram concordar com o fato de não haver um reconhecimento de humanidade em pessoas com identidades não convencionais.

Há mudanças, embora pequenas, em diversas áreas de conhecimento, como a ocorrida em novembro de 2013, graças a uma decisão judicial, quando o Ministério da Saúde pelo âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, publicou a Portaria n.º 2.803 que orienta os profissionais da saúde a aprimorar o serviço aos usuários transexuais e travestis do sistema, acolhendo, integrando e humanizando a atenção no atendimento. Este decreto, intitulado Processo Transexualizador, determina, dentre várias exigências, desde a garantia da cirurgia de transgenitalização e readequação sexual, até o atendimento pelo nome social desses pacientes (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2013).

Na esfera da designação, Benedetti (2005) defende a gramática no feminino não somente para respeitar o termo ênico, ou seja, as identificações e apresentações internas próprias, mas, sobretudo, para delinear um ato político. Aquele que se engaja nessa prática social aparentemente simplória, está

contribuindo para afirmar a identidade de gênero tão reivindicada, em que para isso, submetem-se a transformar seu corpo e a enfrentar cotidianamente desafios.

Quando essa visibilidade não acontece, os conflitos – isso inclui os internos também – são inevitáveis. Para que os transgêneros consigam enxergar-se na esfera da cidadania, eles podem querer acabar com o problema na sua origem, literalmente. Para serem reconhecidos como cidadãos de direitos, aprendem que devem se enquadrar como alguém legítimo, apresentando-se então ‘como uma mulher deve ser’. Essas pessoas consideradas com gêneros inteligíveis criam uma coletividade e trazem para a cena o reconhecimento de humanidade, levando em conta suposições de temperamento e aparência. Ou próteses identitárias conforme o autor chama.

No contexto desta pesquisa, o trabalho de campo revelou questões sobre situações embaraçosas. Não só ocorrem os preconceitos esporádicos, os olhares agressivos ou os sussurros entre os observadores, mas também ocorrem momentos delicados com a justiça inclusive, já que a aparência e o nome social não condizem com os documentos oficiais. Em um dos encontros para as entrevistas, uma colaboradora explicou que já foi barrada algumas vezes em aeroportos, embora geralmente seja liberada de forma respeitosa pela Polícia Federal quando eles se dão conta de que não existe algo ilícito. Ela alega, pela lógica, que, assim como praticamente todas as mulheres, ela usa artifícios para se embelezar e que, por isso, dificilmente tem o mesmo rosto do que em alguma foto 3x4cm. Trata-se meramente de uma proporcionalidade, acredita (DIÁRIO DE CAMPO, 13/01/2014).

Pela interpretação dicotômica de que há somente duas possibilidades opostas e complementares de disposições corporais, logo, o órgão definidor para a constatação de uma mulher tem na sua função, a heterossexualidade e a reprodução. E ainda, conduz a um imperativo de comportamento específico. Dessa radicalidade de concepção, muitos sujeitos que não se encaixam nesta dinâmica que genitaliza as sexualidades, estarão sempre na sua incompletude, impossibilitando a própria existência. A noção simplista da inteligibilidade do gênero no corpo não permite espaço para espontaneidades, uma vez que já está profundamente circunscrita a convenções históricas. Poucos ousam publicamente, ultrapassar esses delimitadores, e quando os confrontam, são deslocados para um terreno subjetivo capaz de incitar a intolerância e medicalização. Fixa-se um ato cruel porque o sujeito vai problematizar em si e buscar explicações como uma falta

ou um erro que é interno. Tais sujeitos, assim, levam a acreditar em uma visão depreciativa de si próprios. A inferioridade é imposta para ser adotada a cada vez que eles se olham no espelho. Invariavelmente, há muita dor nesse processo para aqueles corpos não categorizáveis que vivenciam de forma contraditória ao seu gênero dado.

Diante disso, a demanda por uma cirurgia reparadora é muito mais voltada para a seguridade de humanidade do que para algum prazer sexual. Ensinadas que, se o problema está na não correspondência entre o sexo atribuído ao nascimento, o desejo e a identidade de gênero, então o melhor a fazer é adequar a sua genitália e postura corporal a algo já pré-existente. Ali, portanto, poderia estar o reconhecimento, muito em correspondência com a autoaceitação. Esse circuito é um verdadeiro quadro de angústia que origina um interesse pela transgenitalização em nome de uma norma de gênero, a percepção de uma anomalia que precisa ser corrigida. Sem dúvida, a dimensão do desejo pode interferir na tomada de decisão delas, mas a cirurgia demanda algo muito mais profundo, pois toda vez que se fala em se aceitar, a visão do outro é fundante nesse processo aflito de ajuste social. Em concordância, na visão de Prost e Vincent (1992), a transexual está muito mais em busca de um sentido de pertença do que de uma situação reversível, uma correção. Pelo que vai ser por esses autores chamado de princípio da indisponibilidade, dificilmente há um discernimento a ponto de conseguirem enxergar isso.

Fica claro então, que a insatisfação da aparência pessoal vem depois de um padrão institucionalizado, exigindo comparações a ponto de conceber a opção de um 'corpo errado'. A bem dizer, quando é recorrido a uma simplificação, a explicação de uma pessoa transexual é posta como alguém nascida desta forma, inclusive nas interações das entrevistas informais, foi notável essa expressão, com base em modelos normalizantes. Entretanto é uma resposta delicada que força a pensar que existe então um 'corpo correto'. Se for considerada uma ação corretiva, onde está o erro? E mais, quem o impôs? Para haver a negação sobre si ou sobre os outros, é necessário seguir por critérios de normalidade. Muito da rejeição desse trânsito identitário pode ser o resultado de uma derivação médica sobre o imperativo de se precisar corrigir clinicamente. Nestes casos, há uma busca por se afirmar como mulher, sendo esse sentimento uma via de mão única, pois elas não ficam transitando nessa vontade por conta de ser algo bastante claro na sua identidade de gênero.

Sugere-se assim, que a genitalização é uma das formas mais arbitrárias de juízo. Ao exigir condutas baseadas em pressupostos sobre aspectos da existência do sujeito, há uma reprodução dissimulada do sistema binário, que orienta o lugar do corpo a partir das estruturas biológicas. Com base em um princípio de divisão que estabelece que haja somente dois gêneros em correspondência, há conjuntos de atributos pertencentes somente a uma ordem de sujeitos e que possuem o poder de revelar o masculino do feminino, por exemplo. O 'ser mulher' é muito mais do que nascer com uma vagina, embora seja o primeiro e principal veredito. Ainda no ventre, o ultrassom institui um corpo no mundo, com subjetividades na dimensão de gênero que serão permanentemente constituintes pelas expectativas biológicas de sua espécie.

Sempre haverá corpos inadequados porque sempre haverá padrões de normalidade embasados em imperativos midiáticos, que desde a infância, percorrem todos os lados. Notadamente, aqueles são sufocados por uma vigilância sobre seus limites, e postos os seus lugares desde o nascimento, ou mesmo antes, pois são originados em um discurso oprimido. A ritualização inicia ainda na barriga da mãe, quando o momento mais aguardado da gravidez é o de saber o sexo da criança. A partir dessa revelação, o corpo de um humano que não existe ainda na esfera cotidiana começa a ter uma forma que vai surtir expectativas dos principais indicadores sobre sua vida, tais como a escolha profissional e os relacionamentos pessoais. Mas também existem critérios físicos fundados na atribuição biológica, restringindo qualquer transgressão identitária. Bento (2008, p. 35-6) segue inquieta com isso:

Como afirmar que existe um referente natural, original para se vivenciar o gênero, se ao nascermos já encontramos as estruturas funcionando e determinados o certo e o errado, o normal e o patológico? O original já nasce 'contaminado' pela cultura. Antes de nascer, o corpo já está inscrito em um campo discursivo.

Nesse balizador, o diagnóstico médico é inquestionável, quando condiciona a genitália à produção de um corpo. Isto atesta uma forma de vivência humana por meio de uma interpretação redutora e confirma a visão universalista segundo a qual a elaboração de gênero está presumida na correspondência entre o corpo e o desejo estabelecido pelo seu oposto, ordenando corpos e prazeres.

Para garantir o estatuto das diferenças, as estruturas de dominação começam desde muito cedo, com específicos protocolos a serem mantidos permanentemente. Um simples uso de esmalte em mãos destituídas de uma autorização de ordem sexual já mostra a fragilidade dessas constituições. Em estratégias de observação e manutenção, a sociedade produz e reproduz estereótipos, consoantes os quais a violência do controle está enraizada em muitos níveis e na maioria das vezes, invisível, embora mandatário. Foucault (2011) debruça seus estudos a procurar explicar nas proximidades entre sexualidade, conhecimento e poder, a possibilidade de influenciar a organização de uma sociedade que necessita da ordenação marcada pela divisão heterossexual.

As concepções tradicionais não apenas são coercitivas, negando ou coibindo, como também induzem a fabricação de um sujeito obediente. E nesse corpo generificado, é considerada uma afronta qualquer sexualidade fora da norma. Ele se constrói tanto por mecanismos de censuras quanto na produção. Campo fértil, o conceito de biopoder proposto pelo filósofo atesta o controle sobre os corpos mediante certas estratégicas de disposições ancoradas em regulamentações sobre um modo de ser. Produto de uma dominação a partir de uma administração calculista, o corpo e suas relações sempre foram alvos de regimes de poder.

Nessa instância, o debate torna-se um grande potencial político, quando põe em pauta abordagens delicadamente enraizadas na lógica existencial de vida, como o binarismo macho e fêmea e a sexualidade exercida pelo seu respectivo complementar. Além disso, a noção de que não somente o gênero, mas o sexo também é resultado do social, já que esta corrente teórica visa analisar a sexualidade como uma regulação social de poder.

Em sua obra 'História da Sexualidade – A vontade de saber', Foucault (2011) debate algumas das que ele considera as principais noções sobre a sexualidade no decorrer de um vasto levantamento histórico. Logo no início de seus escritos, é sustentado que, para compreender a sexualidade de uma sociedade, é imprescindível basear-se no discurso dado conforme o momento histórico. Suas ponderações concentram-se prioritariamente sobre como a sexualidade era posta para os cidadãos. Inicialmente, como uma recorrência sem disfarces, o século XVII trazia uma tolerância quase que obscena, se for observada através de um olhar contemporâneo. Entretanto, em meados do advento do capitalismo, inicia-se uma certa repressão, e se percebe na realidade, uma obrigação não de esconder, mas

de confessar o sexo nos mais variados âmbitos, e serão as instituições que farão o papel tanto de ouvinte quanto de controladora. A ascensão da família burguesa vitoriana confisca esta pauta para dentro de casa e a reduz à função de reprodução. Essa fase de repressão sexual, a qual o filósofo irá denunciar como prioritariamente hipócrita, faz silenciá-lo por muito tempo. Foi somente dois séculos depois que o assunto sexo se reverteu a um conteúdo censurado, embora existente. Atitude potencializada em ambiente na presença de criança – diferente dos períodos anteriores. O autor acredita que a negação possui uma função local de ser moralmente aceito na tentativa de regular, jamais proibir. Por vezes, questiona a ironia dessa coibição, quando lembra que a liberdade sexual chega a um ponto em que possui um valor de mercado. Assim, ironicamente, passa como um momento de inversão, no qual essa repressão pode ser lida como transgressora.

Facilmente, cria-se a necessidade de uma produção discursiva, na qual o sexo começa a ter uma conotação científica, chegando até mesmo a interagir com as áreas da saúde e da religião, por exemplo – ou forçadamente sendo assim compreendida, em uma tentativa de criar um imperativo nato dos cidadãos para a confissão. São instruções quase de uma estratégia de vigilância, já que quando há o ato de se confessar, origina-se uma relação de poder, ou seja, a exposição de quem declara e a autoridade a quem escuta. Entretanto, há um poder não imposto e opressivo, muito mais relacionado ao processo de desejo, que inclusive é normatizado dessa forma. Internaliza-se no sentido de não ser uma libertação, mas uma estratégia de controle. Logo, a propagação de discurso sobre o assunto é dada pela manifestação dos poderes que visava controlar a prática sexual: prazer de falar e de ouvir sobre, originada na confissão na forma de consultas médicas, psicanálises, biografias e afins. Assim, o discurso então científico começa a ocasionar algumas justificativas para saber das verdades, baseada na produção de observações e na formação de uma espécie de sentença.

Até hoje permanece esse resquício de uma certa desordem da lei quando se fala sobre esse universo, aparentando uma esfera transgressora pelo simples ato de trazê-la a tona: “Há dezenas de anos que nós só falamos de sexo fazendo pose: consciência de desafiar a ordem estabelecida [...]” diz Foucault (2011, p. 13) sobre o regime de opressão e a solenidade por trás da evocação.

Em concordância, na biografia de Alice, ela explica que só depois de muitos anos se aceitou; isso aconteceu quando enfim entendeu que primeiro era necessário

despir-se dos conceitos que ela mesma tinha sobre transgeneridade. Em especial porque não compreendia o que ocorria, pois não era *gay*, já que permanecia desejando as mulheres. Mas também queria ser uma, embora soubesse que jamais o seria. Na sua visão, de início todas sentem muito medo do que está acontecendo, já que há um treino social bastante enraizado a negar isso. Foi depois, com a idade, que ela entendeu que tinha o melhor dos dois mundos e enfim não se deixou mais governar pelas regras do machismo (NOVIC, 2005 – tradução nossa).

O chamado heteroterrorismo é cunhado justamente na tentativa de explicar esses pequenos e constantes procedimentos punitivos da sociedade como resposta a um ato de alguém quando não condiz com as expectativas, a começar pela criança. Coibir de imediato um menino que se maquia porque lhe causou curiosidade infantil em experimentar assim que viu sua colega fazer, é uma forma de garantir a invisibilidade de uma identidade conflitante com as normas e inibir a mobilidade de trânsitos de gênero. Há um controle das performances para proteger a estabilidade da crença de que o corpo supostamente precisa refletir o sexo designado. Ao patologizar a experiência, inferioriza a pessoa, que passa a não mais se corresponder na condição humana. Ou que sofre a completa exclusão social como medida punitiva, por desobedecer às lógicas instituídas para reforçar as fronteiras e assim não contaminar mais gente. Pela interpretação de Foucault (2001), o discurso religioso de ontem permanece nas entranhas de hoje, porém mediante o discurso médico da ressignificação do anormal. Ele entende que um corpo é investido de significado somente no discurso. Ou seja, não é sexuado e dotado de sentido, sem antes haver uma determinação em um discurso sobre a ideia de um sexo essencial. O autor também percebe os prazeres não redutíveis às especificações pretendidas pelo sexo, mas interpretáveis como signo; nesse sentido, o sexo seria o efeito, e não a origem.

Por uma vontade de esclarecimento teórico, vale colocar que por heteronormatividade, seguindo a descrição de Bento (2008, p. 51), define-se:

[...] a capacidade da heterossexualidade apresentar-se como norma, a lei que regula e determina a impossibilidade de vida fora dos seus marcos. É um lugar que designa a base de inteligibilidade cultural através da qual se naturaliza corpos/gêneros/desejos e definirá o modelo hegemônico de inteligibilidade de gênero, no qual supõe que para o corpo ter coerência e sentido deve haver um sexo estável expresso mediante o gênero estável (masculino expressa homem, feminino expressa mulher).

Importante ressaltar que há maneiras mediante as quais a opressão se apresenta. São hostilizações que fazem parte de um processo de contestação para deixar inconfundível que o não nomeado não deve fazer parte do espaço. É um corpo desobediente que não segue propriamente as imposições estabelecidas das lógicas identitárias, e por isso, é punido por certas estratégias de socialização.

Indo além, o que é negado na falta de reconhecimento de pessoas que confrontam com o corpo estabelecido e arriscam a mobilidade de gênero é a imagem que se constrói. Não é o sujeito, mas a presentificação de uma possibilidade de trânsito que deve ser eliminada em nome da manutenção da conformidade. É o que aconteceu com Andy Warhol, ícone do movimento da *pop art*, quando perdeu seu amigo próximo, Gregory Battcock, esfaqueado 102 vezes. Uma facada é o suficiente para matar alguém; todas as outras 101 significam a pura negação à imagem transgressora que este representava, teria dito o artista. Douglas (2010) explica que o desprezível contamina e por isso, não basta ignorá-lo. Melhor então, que seja eliminado de vez. Para o ser humano, na condição de um animal ritual, a impureza é desordem, é algo que está fora de seu lugar; logo, distanciá-la é um gesto de restabelecer a ordem e unidade do código moral. Até porque é importante sempre ter em mente que os agentes de poluição nunca têm razão.

Ainda sobre o artista *pop*, vale lembrar que ele ficou conhecido por transitar livremente entre a classe alta e a cultura de massa por intermédio de manifestações de arte. Mas o que foi pouco explorado é que essa vontade de questionar a dualidade ocorreu também no âmbito dos gêneros. Em 1981, por exemplo, em conjunto com o amigo e fotógrafo Christopher Makos, resolveram fazer uma sessão de fotos sobre essa quebra de barreiras que os atormentavam nas suas vidas. A série nomeada de 'Imagem Alterada', foi revitalizada e esteve em São Paulo no Museu de Arte Moderna – MAM (2013).

Figura 12 – Lady Warhol



Fonte: Folha de São Paulo (2013).

Em associação com esta abordagem, desde um ponto de vista da autenticidade e opressão dada pela invisibilidade, vale trazer as perspectivas de Taylor (1998) sobre a teoria de reconhecimento e o reforço sobre o caráter relacional da identidade. Os seus debates filosóficos são atravessados pela antropologia porque propõem pensar os desafios por meio de uma visão multicultural. Suas ponderações sobre ética consideram as diferenças culturais, ainda que dessas singularidades, seja possível pensar em uma ética pelo contexto.

Para o autor, a necessidade de reconhecimento se realiza em decorrência de uma afinidade com a lógica da identidade, que também está intimamente relacionada com a luta das diferenças. Sem elas, são inatingíveis quaisquer ações políticas concretas na esfera pública, ou seja, o sujeito precisa existir como cidadão

antes disso. E ainda, essa negligência interfere também na identidade íntima, pela falta de completude e autenticidade na construção do *self*, prejudicando a pessoa que não se sente representada, já que o processo de interação e sua negociação permanente são determinantes na construção da identidade. Em grande medida, isso significa que a dinâmica do reconhecimento é uma necessidade humana, pois é só com isso que há a completa existência moral de um cidadão digno de direitos. Os grupos subalternos, conforme expressão do próprio autor, devem ser compreendidos na sua diferença e por extensão, realizados consigo próprios. Quando os minoritários são verdadeiros com eles mesmos, então é possível falar de dignidade.

Paradoxal torna-se pensar que, ao passo que a fundação do sujeito se desenvolve pelo contexto dialógico com os demais, ao mesmo tempo, uma sociedade com valores pluralista não enxerga o caráter singular de cada indivíduo. Na esfera pública, a política de diferença sugere um reconhecimento de cada identidade, não abafada por uma concepção universalizante que está preocupado em atender a maioria. É justamente a singularidade que está sendo contida pela dominante que não permite espaço para um caráter individual. Sem isso, os direitos podem se transformar em metas coletivas que não atendem às particularidades. É só quando os objetivos coletivos são capazes de respeitar a diversidade, que se tornam liberais. O pluralismo identitário atinge objetivos de naturezas variadas, visto que prioriza uma política totalitária. Assim, retirando a condição de indivíduo com todas as suas referências que o faz único e na sua maioria, são inerentes a ele, visto pela soberania da massificação, surge a noção de cidadania. É justamente nesse cenário que nasce a política de reconhecimento, tendo como pauta o resgate heterogeneidade, respeitando a pluralidade dos cidadãos.

Muito além de somente tolerar, os estudos do filósofo que, por consequência, envolvem a expressão da ética, propõem apresentar as diferenças e orientar as condutas com bases no respeito desses valores subjacentes. Importante destacar que esse desafio mostra-se cada vez mais urgente, haja vista a acelerada globalização e as conexões *online* que facilitam o trânsito multicultural nos dias de hoje.

Serve de critério o fato de que a identidade é temporária, pois dada em correspondência com o outro, garante a sobrevivência da dinâmica interna de movimentos. A atribuição da identidade de gênero e seus demarcadores configuram

as diferenças por meio do processo de socialização, conforme o qual a conduta vai se estabelecer. É algo incorporado nas relações, no seio das quais o sujeito apropria-se dos aspectos criados no contexto social. Facchini (2005, p. 29) ampara-se em outros autores para oferecer um ponto de convergência sobre identidade, ao defender que esta será sempre definida a partir da relação:

[...] ou seja, pelos limites que um determinado agrupamento humano constrói, num determinado contexto, para se diferenciar de outro(s) agrupamento(s) humano(s), e não por uma característica essencial que o grupo se auto atribui independentemente de qualquer situação.

É mais prudente então, segundo esta perspectiva de sentido, situá-la como um processo construído pelo contexto que se estabelece e por isso, de caráter relacional e não fixo, muito menos completa. Essa visão formata a possibilidade de identidade coletiva que a autora percorre em toda sua obra, e cria com isso, um sujeito de discurso daqueles grupos que escapam do padrão de legibilidade. Uma das características da teoria *queer* é justamente definir a identidade como um efeito de discurso, como algo que se reitera permanentemente.

Uma das premissas do quadro teórico que dá conta da discussão sobre o processo da construção da identidade é a respeito da noção de pertencimento que envolve reivindicações, tanto por quem faz parte de um determinado grupo identitário, quanto por aqueles que não o fazem. Diante disso, há lutas para afirmar as diferenças estabelecidas por marcações simbólicas, que são relativas a outras identidades; são o que dão sentido para as práticas e que definirá, por exemplo, quem é o incluído e quem é o excluído. A identidade é marcada pela diferença, e os processos de exclusão são assim, colocados em contraste, pois estabelecem oposições. Para existir, esta depende de algo externo para fornecer condições de existência a partir do lugar do outro. Nessa relação de poder pela perspectiva identitária, assim mesmo, pode operar contradição no interior desses grupos, como novas demandas entre os níveis individual e coletivo, que precisam ser permanentemente negociadas. As pessoas se identificam e assumem as posições de identidade, sendo o corpo, um dos locais que estabelece as fronteiras de definições sobre quem se é. Amparado esse pensamento em Hall (2014, p. 106), é possível dizer que “a abordagem discursiva vê a identificação como uma construção,

como um processo nunca completo”, na qual a identificação é condicional e jamais estará completamente determinada.

Importante lembrar que, em tese, pelos direitos humanos, todas as identidades são iguais, embora seja evidente a distinção de tratamento ao público LGBTTT. Isso significa dizer que eles precisam primeiro ser reconhecidos como cidadãos, pois “Ninguém pode ser discriminado ou deixar de usufruir algum direito em virtude de sua orientação sexual ou de sua identidade de gênero”, contesta Rodrigues (2011, p. 27). Atualmente, a maioria é destituída de direitos, parecem ter uma existência que não conta. Mesmo que tenha avançado a justiça de tal situação, o autor garante que no Brasil, o legislativo é bastante enfraquecido no combate e na regulamentação da homofobia de toda a ordem, mesmo que os fatos originados de preconceitos sejam alarmantes. Tratar uma pessoa transgênera como cidadã com direitos ainda é bastante recente na discussão pública da nossa história.

Muito se fala sobre a homofobia no país e esta é um fato concreto, entretanto Ramires (2011) problematiza que antes de uma conduta homofóbica, a sociedade brasileira possui um posicionamento heteronormativo, que traz concepções de ordem binária e complementar, segundo o qual há mecanismos, por vezes sutis, que determinam, por exemplo, quais elementos devem ser masculinos e quais atributos são femininos. Podem ser normas bem claras e enraizadas em concepções que ele vai chamar de biologizantes, ou seja, suposições binárias do que separa o macho e a fêmea baseados nas constituições fisiológicas. Até mesmo muitos atos ofensivos podem ser profundamente relativizados devido a um discurso tido como correto na instância política, que abafa a vontade de externar um preconceito, o que provocaria um número ainda mais alarmante desse tipo de fobia social. E mesmo não levando em consideração os registros não oficiais e posturas discriminatórias mais veladas, como o simples fato de ignorar a escolha da autodeterminação pelo uso do artigo feminino na conjugação na língua portuguesa, Mendes (2011) recorre a um dado alarmante: o Brasil é líder em assassinatos com justificativa de algum tipo de intolerância sobre identidades de gênero ou orientação sexual.

Essas análises de dados aprofundadas por cada autor, estão em uma só obra organizada por Venturi e Bokany (2011), feito pela Fundação Perseu Abramo e que contou com o apoio da fundação alemã Rosa Luxemburgo Stiftung e teve como intuito maior, compreender o fenômeno discriminatório nacional. Uma das

constatações é que a população geral tem dificuldade em distinguir categorias identitárias não convencionais; acaba por criar uma distinção arbitrária, o que estimula um entendimento generalista que enxerga somente dois enquadramentos: os heterossexuais, ou seja, aqueles que seguem suas disposições corporais enraizadas nos órgãos sexuais, e o restante, desviantes morais. Digno de nota, o estudo aponta para a rejeição espontânea, ou seja, perguntas que não apresentam opções de respostas, que mostram claramente que a população brasileira não distingue muito bem as diferentes identidades de gênero. Conforme o gráfico disponível neste trabalho (ANEXO A), percebe-se que os 'gays', 'lésbicas', 'travestis', 'transexuais' e 'bissexuais' estão entre aquelas pessoas que os outros menos gostam de encontrar. Pela falta de informação, provoca-se um sentimento de precisar encaixilhar-se em alguma classificação já estabelecida, que seja moralmente desviante, incitando sentimentos de antipatia, repulsa e ódio, em especial pelos homens.

Desviantes são todos aqueles que se sentem ou são colocados para fora dos moldes. São ameaçadores, fugitivos, porque estão constituídos fora do sistema de controle e rompem com os propósitos culturais. Sua orientação de conduta representa um risco ao estabelecimento das normas, pois desta violação, instabiliza as expectativas de uma sociedade. Ou ainda, incomoda pela resistência a uma suposta subordinação essencializada, que é fundamentada por valores autoritários. Este grupo dos 'anormais', gigantesco em sua concepção, seria integrado pelas pessoas com algum comportamento, raça, aparência, crença, enfim, que não atingem a expectativa padrão, pois são pressuposto de rotulação socialmente impraticável que contemplaria em um efeito marginal.

De ordem similar, Goffman (2012) define o estigmatizado como um indivíduo que não está habilitado a uma plena aceitação social por algum motivo. Como estrutura estigmatizante, a travestilidade é posta como uma delas, pois além da condição sexual que por si só já é um tabu, usa recursos visuais e corporais, não sendo possível disfarçar sua diferença quando 'montada'. A própria sociedade facilmente estabelece quais serão os atributos a serem considerados para categorizar as pessoas como aceitas e comuns para uma vida dentro dos padrões naturais. Assim que apresentado alguém diferente, há uma prévia atribuição para classificar qual é a sua identidade social. O estranho, assim, exige muito mais na difícil tarefa de ser ocupado nas expectativas normativas que, *a priori*, são

concepções claras e rigorosas em cada relação social. Ele faz pensar sobre a construção de exigências que cada um inventa para explicar a inferioridade de outro:

Caracteristicamente, ignoramos que fizemos tais exigências ou o que elas significam até que surge uma questão efetiva. Essas exigências são preenchidas? É nesse ponto, provavelmente, que percebemos que durante todo o tempo estivemos fazendo algumas afirmativas em relação àquilo que o indivíduo que está à nossa frente deveria ser (GOFFMAN, 2012, p. 12).

As evidências do diferente são culturalmente criadas e antecipadamente não desejadas, são o que ele vai chamar de efeito de descrédito. Isso tudo é estabelecido como se todas as pessoas que não tivessem os atributos da normalidade se encaixassem em uma só outra categoria e assim, inerentemente já fossem reduzidas nas avaliações depreciativas preestabelecidas pelos outros. Ocorre inclusive, que de qualquer incapacidade que a pessoa possa ter, seja atribuída à tal característica atípica da maioria.

Nas análises do campo para esta pesquisa, todas as participantes que situaram-se em locais públicos e movimentados, foi visível a reação dos transeuntes onde ocorriam os encontros, na sua maioria, em restaurantes e cafeterias nas cidades gaúchas de Porto Alegre e Novo Hamburgo. Aos atendentes, ocorria angústia de mostrar a normalidade, mesmo que esse sentimento não fosse genuíno. As interlocutoras apresentavam-se com muita cautela nas suas atitudes e na aparência, evidenciadas como mecanismos de adaptação. Em poucas palavras, Goffman (2012, p. 43) resume: “[...] o que está envolvido é uma sistemática exposição ao perigo” e garante que a visibilidade é crucial, derivando das questões do encobrimento e/ou revelação, uma vez que o simples fato de aparecer pode ocasionar tensões por causa de uma expectativa normativa de conduta pela aparência.

O conjunto de regras é dado socialmente. Diante disso, alguém, geralmente grupos, define em ação coletiva e em resultado de consenso, o que é errado, para então, mais pessoas aderirem a esses códigos e se necessário, imporem e tomarem certas medidas punitivas. Com isso, a rejeição é formada quando identificam um *outsider*, conforme a sociologia do desvio proposta por Becker (2008). Esse sujeito dissidente é condenado como um criminoso, no sentido mais amplo da palavra. E quem o rejeita, afinal, está preocupado com a estabilidade social, rotulando o fora do comum como um agressor ao sintoma de organização. Embora os estudos *queer*

tratam de não reduzir as identidades periféricas como uma teoria de rotulação, pelo contrário, ainda sim, essas são consideradas minorias e são sexualmente estigmatizadas por romperem normas.

A aplicação de uma moralidade depende do contexto, conforme é essa situação transgressora e quem são os envolvidos. O desvio é baseado na interação e reação das demais pessoas ao um dado comportamento. Em grande medida, nasce o conceito de identidade pública que o autor sugere. O transgressor só será rotulado como tal quando houver o flagrante. Tanto ele quanto os demais, serão moldados pela imagem que a concebe. O tratamento será feito de acordo com o diagnóstico que popularmente lhe é dado, situando-o a partir de tal repertório de análises:

O comportamento é uma consequência da reação pública ao desvio, não um efeito das qualidades inerentes ao ato desviante. [...] a questão é que o tratamento dos desviantes lhes nega os meios comuns de levar adiante as rotinas da vida cotidiana acessíveis à maioria das pessoas. Em razão dessa negação, o desviante deve necessariamente desenvolver rotinas ilegítimas (BECKER, 2008. p. 45).

Ou seja, esses controles afetam diretamente os hábitos dos *outsiders*. As ações acontecem desde uma punição severa baseada em regimes legais, até mecanismos mais sutis. Há acordos informais em que nem sempre a lei é passível de ser levada em conta, o que não significa que haverá impunidade. O sofrimento de quem infringe esses códigos não formalizados, por vezes, é mais doloroso, pois a subjetividade é mais difícil de combater.

Em concordância com isso e exemplificando o dito, todas as vezes em que eram marcadas as entrevistas para esta pesquisa, as interlocutoras eram quem escolhiam o lugar. Depois de aproximações, algumas vezes foi aberta essa escolha para sugestões, desde que levados em conta alguns critérios, dentre os quais, o principal era sempre ser um ambiente discreto. Em dois momentos, o encontro foi em um restaurante nas proximidades de ruas conhecidas pela prostituição. Como que em um prenúncio, antes houve o envio virtual do aviso: “O local é muito simples, mas é tradicional e de respeito. Não se assuste...rss” (MENSAGEM PRIVADA, 02/05/2015). Em avaliação do ocorrido, a aparência criada pode restringir as possibilidades de circulação, pois esta as tornam predispostas à punição, advinda de um imperativo das convenções morais.

Sob um outro ponto de vista, os desviantes servem, por que não, para conscientizar-se de que é inviável insistir em um roteiro sobre o cotidiano e suas articulações de vontades. Eles são informantes de novos comportamentos, instigando uma inquietante readequação do observador da massa. O diferente não fica só no espaço privado; ele exerce uma função pública. Mas, instiga Rodrigues (2006, p. 25), “[...] a sociedade necessita dos fenômenos que rejeita, porque, por oposição, exprime-se positivamente por meio deles, em uma expressão em que seus conteúdos adquirem sentido através do que repelem – e através da qual ela faz-se significar a si própria”. É uma relação paradoxal, pois ao mesmo tempo em que as pessoas não se conformam com o diferente, são essas as que mais deste necessitam para delimitar claramente os contornos de diferenciação, da qual não fazem parte. Ao se submeterem pela comparação, surge o elemento balizador intuitivo, sem uma ordem concreta, mas talvez muito mais pessoal.

Estudiosos que focam seu tema sobre a perspectiva do desvio chamam a atenção de Simões (2009, p. 181) para um fato:

Para os sociólogos interacionistas, qualquer pessoa teria alguma probabilidade de ser desviante de uma determinada forma, e quase todo mundo poderia ser um desviante sexual. A questão central não estava, pois, nas características dos indivíduos, mas sim no modo como a percepção social dessas características levava determinados indivíduos a perseguir determinadas trajetórias de vida.

Esse ponto de partida deu maior ênfase ao percurso para ser rotulado como desviante e às maneiras de negociação com os convencionalismos de modelos hierárquicos de classificações de identidades de gênero. Todavia, a falta de simetria sempre estará presente, seja de caráter sexual, seja de outro tipo de inconformismo que desestrutura modelos de existências.

Para Butler (2012), há uma demasiada cobrança em tratar o corpo como um discurso coerente – leia-se heteronormativo – visto que essa ordem pode ser entendida como uma estrutura de poder. A autora vai chamar de ordem compulsória a proposta de desmembrar as compreensões sobre gênero, desejo e sexo, exatamente para não ocorrer esse aprisionamento de dimensões identitárias, uma vez que é fato que a normatização tem a capacidade de criar excluídos. Esta é a necessidade de uma lógica na matriz cultural, uma condição que cria expectativa à adequação forçada das identidades. Como se certos corpos, na condição de

linguagem, não pudessem jamais atingir sua legitimação de existência, algo inatingível, a chamada inteligibilidade cultural. Porém, vale lembrar que, ao mesmo tempo em que possuem uma carga de inexistência, os excluídos são a representação do limite.

Além da aparência desviante tornada *a priori* um padrão inválido, há os tabus de ordem sexual sancionados e mantidos contra as praticantes do travestimento. Mesmo que essa relação não seja obrigatoriamente uma verdade, leva-se em conta, inconscientemente, que esses desejos são resquícios de incontáveis proibições sexuais já internalizadas ao longo da história. Assim:

[...] os espectros de descontinuidade e incoerência, eles próprios só são concebíveis em relação a normas existentes de continuidade e coerência, são constantemente proibidos e produzidos pelas próprias leis que buscam estabelecer linhas causais ou expressivas de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente constituído e a 'expressão' ou 'efeito' de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual (BUTLER, 2012, p. 38).

Essas são meramente elaborações de uma fantasia sustentada por um corpo naturalizado. Convém levar em consideração que, se os prazeres emanam dos genitais, é como se determinadas partes corporais fossem equivalentes a um prazer normativo. O fator determinante para definir o que será estimulado está nas representações de ideais de gênero, que se legitimam pela prática. Como ponto de convergência, os prazeres sexuais são assim, descompassados em relação as partes corporais, inspirando novas agregações ou supressão de certos artifícios para então, tornar-se condizentes com os desejos. A então participação imaginária não será restringida, muito menos revelará o desejo pelo corpo, mas sim, pela sua ocasião. É sugerida a ideia de um ego corporal alterado, conceito freudiano²⁵ que remete às exigências do imaginário de um corpo físico passível de desejo, assim como se remete à internalização da fisicalidade heterossexual. Isso ocorre como se estivesse na anatomia a obrigatoriedade da correspondência com o desejo literal, bem como estariam suas restrições físicas. Como área de manobra, esse fato é uma falha constitutiva na divisão da configuração de gênero, pois uma é considerada a autêntica e outra, a derivada, já que ambas são efeitos.

²⁵ Processo de simbolização, onde o corpo é a primeira extrapolação da mente. Freud (1923) garantia que antes de um ego, haveria um ego corporal interessado em experiências sobre o existir, expondo evidências de aprendizados.

Como *telos* das práticas reguladoras, essas asseguram de acordo com as conformidades sob o domínio patriarcal, através de características instituídas para distinguir o macho e a fêmea. Uma identidade de gênero inteligível é aquela que deveria inexistir, instaurando-se a partir de uma categoria decorrente dos regulamentos das leis culturais postas como desordens.

Diante desses fatos, a consequência é, na sua maioria, uma postura retraída pelas *cross-dressers*. Como ponto de convergência, basicamente o único motivo de não ficarem ininterruptamente com seus apetrechos femininos reside no medo da repercussão que tal uso poderia causar, já que raramente estão em uma profissão ou em um ambiente familiar que lhes permitam isso. Sendo que em tese, o desempenho de seus deveres profissionais pode não se alterar em absoluto. Porém, o tratamento que elas receberão, estes sim sofre modificações. As imposições estéticas mantidas pela sociedade podem criar a consequência de determinados mecanismos de defesa natural, como o isolamento social, a culpa e os sintomas de depressão. Por esse motivo, a prática nem sempre é feita durante as ações cotidianas, fazendo com que geralmente elas fiquem ainda mais na defensiva, alimentando uma atitude condenatória.

Esse comportamento pode fazer com que os estigmatizados tenham uma predisposição à vitimização ou a uma resposta antecipadamente defensiva, já que a incerteza é constante nas interações sociais a cada novo conhecido. Eles preveem uma receptividade negativa, mesmo que velada. No caso específico desta tese, as pessoas que se travestem não passam despercebidas quando ‘montadas’, o que sugere uma superexposição quando estão em contato misto²⁶. Há uma terceira opção que são aqueles bastante confiantes e que ironicamente por isso, acabam deixando os demais desconfortáveis, situação que Goffman (2012) vai nomear como moralidade excessiva.

Essa desconfiança da rejeição ficou bastante clara nas tentativas de contato para esta pesquisa que ficaram somente no plano virtual por decorrência de distâncias geográficas. Como a receptividade vai sendo adquirida presencialmente, as tentativas *online* foram infelizes e então, foram deixadas de lado, mesmo que isso tenha representado uma diminuição considerável do grupo. Aparentemente, há uma desconfiança nas palavras; esta é gerada de acordo com a interpretação de

²⁶ O autor usa essa expressão para designar interações ou somente um amontoado de pessoas em que há membros estigmatizados e outros não.

leitura de cada um, ocasionando uma grande facilidade de ofensa mediante os termos utilizados pelas próprias áreas de estudos teóricos. Potencializa-se ainda como ponto negativo, a demora no tempo de perguntas e de respostas, bem como na conciliação de disponibilidades²⁷. Estas e outras vivências valeram a pena para validar o que posteriormente, três entrevistadas em momentos diferentes e que não se conhecem, explicaram: que a maioria é bastante perturbada com sua autoestima devido ao contexto em que são obrigadas a viver, canalizando suas aflições aos outros. A reação era prevista, até porque são também obrigadas a receber algumas mensagens de cunho sexual e/ou intolerante, explicaram (DIÁRIO DE CAMPO, 10 a 12/2012).

O receio do preconceito pode falar mais alto do que a vontade de se expressar visualmente. Mesmo sob a lei 10.948/01 que proíbe a discriminação (JUSBRASIL, 2001), é notório e concreto esse estranhamento no cotidiano. Essas pessoas são demonizadas dependendo do contexto, pois se apropriam de atributos que socialmente não correspondem ao esperado. Na pesquisa de campo realizada, uma praticante desabafou que só queria ser feliz, e não entendia por que tamanha comoção, se não estava fazendo mal a ninguém. Queria poder ser igual a pessoas ao redor que naquele momento estavam a cercando (DIÁRIO DE CAMPO, 09/11/2012).

É útil pensar que para muitos, inclusive para as interlocutoras desta pesquisa, alguns juízos de valores podem se encontrar no próprio grupo. Isso ocorre, uma vez que nem mesmo as praticantes de categorias já preexistentes têm bem claras quem se encaixa em que, pois qualquer demanda com novas reivindicações de inclusão pode incitar uma nova perspectiva. Ao mesmo tempo em que há uma vontade de visibilidade e de emancipação, muito disso se faz paradoxalmente se apropriando de um sistema classificatório segregacionista que tanto é negado. Ressaltar as especificidades e nomeá-las seria uma das formas de dar suporte a essas diferenciações, pois as pessoas buscam uma identificação social conforme os estilos de vida já disponíveis. Há um confronto social por causa da obrigação de fazer escolhas para então, seguir naqueles objetivos determinados,

²⁷ A título de exemplificação mais detalhada, uma das interessadas que prontamente retornou sobre a solicitação do primeiro contato pelo BCC, sentiu-se extremamente ofendida porque a autora desta pesquisa não respondeu no mesmo dia. Registrou a cada dia, descontentamento pela falta de atenção. Quando houve a primeira verificação pela doutoranda, no final de semana, das mensagens de mídias sociais, havia um acúmulo de desagradados gerados crescentemente.

produzindo uma identidade coletiva. Com isso, nem todo grupo está aberto para novos membros que não possuem certos padrões de atributos, pois até os militantes se submetem a situações de opressão, e por isso, estão dispostos a uma postura e a ações mais inclusivas. No entanto, questionam-se se de fato querem uma convivência com o diferente, e ainda, perguntam-se se isso é associado a sua imagem. Diante disso, seria uma ilusória pretensão querer:

[...] abranger um coletivo de pessoas que se encontra disperso e, mais que isso, separado, na prática, em diferentes segmentos, que não costumam sequer frequentar os mesmos espaços, e menos ainda se reconhecer como compartilhando uma mesma situação de exclusão (FACCHINI, 2005, p. 225).

Ao que tudo indica, as que se autodenominam *cross-dressers* não se dispõem em passeatas que as tornem visíveis e de possível identificação, justamente porque elas querem passar despercebidas, como qualquer outra pessoa que não estaria dentro das minorias. E também, cuidam para não serem confundidas com a imagem de possíveis habituais participantes desses movimentos em modelo de atuação já existente. Por exemplo, diante do discurso: “Olhem ali, acabou de entrar uns traveco” (DIÁRIO DE CAMPO, 13/05/2015), em que uma delas prontamente expôs sua insatisfação com um misto de curiosidade em um dos encontros feito em um bar de Porto Alegre, de noite, como que na intenção de reforçar essas estruturas de regulação, isso como forma de proteção e legitimação da existência. Tratam-se de identificações que são realizadas por contrastes, na intenção de criar distinções entre as identidades.

A naturalização quanto à existência de uma regra regida pela heterossexualidade subjuga o próprio caráter a uma inferiorização. Tendo o modelo de masculinidade como única possibilidade, elas se silenciam ou se encontram em uma posição de defesa como resposta ao que lhe é compelido a acreditar na condição de uma das categorias identitárias atravessadas. A relação de poder torna-se visível quando essas pessoas transgêneras são contestadas nas hierarquias sociais, e com isso, em busca de uma suposta normalidade, recorrem a imitar comportamentos típicos da exclusão.

Para isso ocorrer, o processo de exclusão é permanente; inicia desde a primeira tentativa de usar uma peça de roupa que não esteja em conformidade com as divisões tradicionais de gênero. A família pode iniciar a vergonha, que vai se

estender na desistência da escola, quando nem mesmo o professor decide pelo pronome feminino. Mesmo que na vida adulta consiga se estabelecer em âmbitos não periféricos, a tentativa de se fincar em estruturas profissionais dadas como desejadas são raras. Prova disso é o irrisório número de transgêneros defendendo seu cliente em tribunais, salvando vidas em hospitais, palestrando ou exercendo uma profissão de gestão em alguma empresa de grande porte. A falta do acolhimento e de políticas públicas eficazes resulta em um juízo dominante de subalternização, no qual a noção de inferior pelo viés da relação de poder torna-se autoatribuída (FACCHINI, 2005).

Essas falhas nas ocupações condicionantes, em que o comportamento e a estética não correspondem às atribuições biológicas e por isso, os tornam sujeitos inadequados, constituem o motivo principal para evitar a exposição pública. Algumas alternativas de interferências corporais são um grande desafio para as *cross-dressers* que não se expõem. Um dos exemplos fundamentais são os pelos. Tirá-los ou no mínimo, amenizá-los pode gerar desconfiança para a condição de 'sapo'. Por vezes há mentiras para gerenciar esse ocultamento, como pela higiene ou em nome de um melhor desempenho na natação. Alternativas para melhorar a estética pessoal são um tópico continuamente abordado em encontros. Goffman (2012) nesse sentido, acredita que é previsível para reduzir a tensão, o desacreditado aprender e empregar técnicas adaptativas nos mais variados âmbitos de sua vida. Talvez não o acobertamento completo, mas o uso de artimanhas para um convívio mais pacífico, justamente para evitar as tensões apresentadas anteriormente. Por isso é que também, o travestimento pode ser realizado somente no segredo de um espaço privado, e isso gera um sentimento de impropriedade e segregação, a ponto de precisarem manter uma vida dupla, com biografias próprias:

A descoberta prejudica não só a situação social corrente mas ainda as relações sociais estabelecidas; não apenas a imagem corrente que as outras pessoas têm dele mas também a que terão no futuro; não só as aparências, mas ainda a reputação. O estigma e o esforço para escondê-lo ou consertá-lo fixam-se como parte da identidade pessoal (GOFFMAN, 2012, p. 76).

Como ponto de convergência, Simmel (1999) trabalha com a função do segredo e sua combinação com a revelação na vida das pessoas, desmembrando sobre aquilo que é respeitado, seja de forma intencional ou não, e ainda, se os

motivos são considerados positivos ou negativos. Sob o pressuposto da proteção do segredo, o autor afirma que ele dá uma nova ampliação na concepção de vida, diferentemente dos assuntos conscientes, pois estes se estabelecem mecanicamente na rotina, sem muito sobre o que pensar. O sociólogo parte da premissa de que o âmago da vida privada, em contrapartida com a pública, é precisamente isso. Mesmo que possa não parecer, o ocultamento é fundamental para a interação humana. Por extensão, o indivíduo apenas mostrará o que lhe é recompensador, deixando somente para si alguns pudores, no intuito de não gerar repulsa coletiva, por exemplo, ou de evitar qualquer outro sentimento que não é desejado criar. Não raramente, guardar algo pode gerar um sentimento de privilégio da posse, embora no âmbito dos estudos de gênero não seja tanto uma questão sobre a vantagem de propriedade ou sobre os ciúmes de algum conhecimento exclusivo, ou mesmo sobre a subordinação aos que não têm acesso aos produtos com signos femininos. Em certa medida, pode até haver um prazer pelo mistério, mas quando ocorre uma conduta secreta, prioritariamente essa acontece pelo receio da rejeição.

O que cabe ressaltar é que, em qualquer relação pressupõe-se minimamente que há um saber prévio sobre o outro, havendo na mesma medida, uma apreensão recíproca. Mas uma peculiaridade é imutável: o segredo é de natureza individual; é algo próprio, de patrimônio pessoal que faz alguém único e, além disso, torna-se notável por meio do que esconde. Simmel (1999) sustenta que todo ser humano possui conteúdos íntimos, sendo o corpo a maior propriedade. Revelar forçosamente esse âmbito é uma das piores violações, uma pesada intromissão ao reservado. Cada um cria a sua fronteira e estabelece o limite dos outros, conforme vão se dando as relações. Neste caso, a discricção de respeitar o que voluntariamente o outro não revela e não querer persistir em decodificar tudo que lhe é ou não apresentado. O autor fala sobre a importância de a socialização evitar interferir nessas decisões de esconder fragilidades, pois obter por imposição essas informações de interioridades, geralmente ocasiona um mau uso destas. A reciprocidade na compreensão sobre a intimidade deve ser plena; também não resta dúvida de que é necessário tentar não associar a reserva a um sentido negativo, como se tal sempre tivesse como objetivo encobrir uma maldade.

O que se nota é que alguns transgêneros iniciam a 'montagem' de maneira eventual, mantida em grande segredo. Após alguns atos públicos, aos poucos é que

há a exposição total em assumir, e quem sabe, isso não ser mais algo transitório. Porém, muitas jamais se mostrarão no cotidiano; preferem o resguardo da clandestinidade. Esse fato foi facilmente perceptível na pesquisa de campo, que demonstrou nos meios estudados, que algumas informantes nunca expuseram sua identidade de gênero feminina nos lugares de encontro comunitário, mesmo que deixando sempre claro a preferência pela condição de 'princesa'. Goffman (2012, p. 91) explora mais essa exposição de algum segredo que possui atributos censuráveis:

Observa-se que quando se tenta o encobrimento quase completo, o indivíduo algumas vezes, conscientemente, organiza seu próprio rito de passagem indo para outra cidade, escondendo-se num quarto por alguns dias com roupas e cosméticos previamente escolhidos e trazidos por ele e então, como uma borboleta, emergindo para provar suas novas asas. Em qualquer fase, é claro, pode haver uma queda no ciclo e um retorno ao invólucro.

No nível das representações, o processo de subjetivação é ao mesmo tempo, um projeto de sujeição, em que o indivíduo busca semelhanças em uma identidade. Sobre isso, em sua obra 'A Epistemologia do Armário', Sedgwick (1990 – tradução nossa) já traz no título a constituição do sigilo e da revelação como um dispositivo de regulação de vida das pessoas homossexuais ou mesmo heterossexuais, já que aborda tanto a privacidade involuntária quanto os privilégios da visibilidade autorizada. A noção do silêncio imposto seria uma estrutura de opressão, segundo a qual, inclusive as pessoas assumidas na sua identidade de gênero possuem seus 'armários'. Desse modo, a cada novo contato, exige-se uma nova demanda deste segredo ou exposição, quando é levado em conta se o interlocutor sabe ou não, se isso é importante, se há consequências e assim por diante. Nas vidas das participantes desta investigação, esse é um procedimento exaustivo e fundante que codifica os limites da existência regulada pela posição pública. Por outro lado, isso lhes dá uma forma distorcida de liberdade, pois a homofobia predomina somente quando a orientação de gênero se torna visível. Sem esse reconhecimento, o caráter de estigma pode ser resguardado pelo próprio sujeito, se assim ele desejar.

Esse processo de resguardo é em certa medida involuntário, pois tem uma negociação relacional. A subjetividade da prática para aqueles que 'não saem do armário' já sugere uma organização do que pode ser público e do que deve ser

mantido no espaço privado. Aqui é ainda mais verdadeiro, pois é realmente pelo guarda-roupa que muito da identidade trans é construída, dado pelo regime de visibilidade.

Sedgwick (1990 – tradução nossa) sugere a necessidade de reconsiderar pelos estudos *queer* ser o ponto de partida e não ser tratado como exceção, limitando-se aos problemas específicos de ordem sexual. A imagem marginal sobre essa questão é dada pela dominação heterossexual, fundamentada pelo repúdio a relações entre pessoas do mesmo sexo; assim, para ela, a simples tolerância não é o suficiente, pois já demonstra uma forma de violência. Enquanto não for incorporada uma análise crítica da definição moderna da sexualidade, tal compreensão será sempre incompleta.

Na contramão dessas ideias, é interessante de se pensar que a roupagem e suas composições começam a intrinsecamente fazer parte da vida, no sentido de demonstrar que algumas não mais exibirão sua existência privada. As vestes, como símbolos sociológicos, passam a confundir o que é privado e o que é público nesse processo de construção da identidade de gênero. Há pessoas transgêneras que preferem ser vistas somente já ‘montadas’. Em campo, uma praticante falou que sempre sugere para as demais associadas do BCC que, se for para divulgar fotos em perfis de redes sociais, que sejam com a produção completa. Defende que isso jamais seja feito durante o processo. Caso contrário, a magia se perde (DIÁRIO DE CAMPO, 09/11/2012). A aparência final permanece como função pública, e o procedimento até chegar ao objetivo final parece somente pertencer à ordem do particular.

Para criar um paralelo sobre a dimensão do privado e do travestimento, vale acrescentar que as *drag queen* também veem como essencial o segredo na sua transformação, embora por motivos diferentes. Nos *shows*, os camarins são de acesso restrito, já que é justamente o ocultamento que assegura o aspecto lúdico. O mistério faz parte desse território restrito e é naquele que reside toda a inquietude do processo de transformação. Possivelmente se houvesse a facilidade da exposição para que as pessoas pudessem acompanhar uma *drag queen* ‘se montar’, se adquiriria uma fragilidade da perspectiva da aparência. É o produto final por assim dizer, que está em jogo para possibilitar a crença da fantasia. Ocorre um esforço visível nessa produção pessoal, podendo chegar à profissionalização por meio de remuneração, sendo então, um aspecto essencial a descrição para depois vir o

deslumbre. O privado deve ser preservado, sendo na instância pública o auge da notoriedade. Trata-se de um momento único que materializa a fantasia de uma mudança externa de teor artístico (VENCATO, 2005).

Essa maneira de ver o mistério que envolve toda a 'montagem' se deve ao fato de que, em especial nos espetáculos, essas pessoas dramatizam a figura da mulher na forma de um deboche e por isso elaboram sua aparência de uma forma propositalmente teatral. Buscam os elementos mais característicos e então, exaltam-no, entretanto no intuito de fazer uma sátira. Por essa razão, pode quem faz tal produção, ser considerado um artista, até porque sua performance é baseada na criação de um personagem, muito graças a vestimentas, a acessórios e a maquiagens exacerbadas. Essa teatralização só ocorre quando justamente se tem um público, caso contrário, não há razão de ser. Objetivamente trata-se de uma brincadeira com caráter de experiência temporária, demarcando o corpo do performista com o gênero performado, como diria Butler (2012). Nesse sentido, as regulações sexuais são materializadas nesse corpo para produzir diferenças.

Gadelha (2008) entende essa transformação como algo ambíguo e que possui um tempo de vida na sociedade, já que nasce – ou expressão do meio: 'estreia' – somente quando a produção estética estiver completa, para então haver a aparição pública. Assim que se descaracteriza, a pessoa que ali estava, agora não 'montada', não existe mais; resta somente seu intérprete. Logicamente que um depende do outro, porém essas *personas* não coexistem. Trata-se da experiência da metamorfose, mesmo que passageira, na qual o antes, então masculino, é tomado pela personificação de signos femininos. Essa produção possui um apelo caricato que conta com o auxílio de muitas estratégias estéticas para servir de entretenimento, principalmente em lugares noturnos.

As pessoas performáticas tratam essa transformação com humor, sentimento que conseguem fazer com que os demais também compartilhem e possam ver tudo dessa forma. Visam assim, apresentar uma paródia na tentativa de mostrar um personagem feminino com um nome condizente com o personagem que criam, e imediatamente quando 'se desmontam', voltam com os pertences do universo masculino novamente. Ou seja, são claramente duas *personas* e por isso, cientes da importância de resguardar cada uma delas em seus espaços. Preferem que sejam realmente duas vidas diferentes, e na sua maioria, não desejam ser reconhecidos no seu cotidiano quando não estão 'montadas'. Possivelmente é por

isso que a produção seja tão extravagante, para que de fato o sujeito seja irreconhecível e possa expor-se sem receios. Assim, utiliza muitos adornos e gestos carnavalescos, sem nutrir expectativas de ser confundido de fato com uma mulher. Kogut (2006, p. 105) explica que “Uma *drag queen* não deixa de ser um tipo de transformista, pois o uso das roupas pode estar ligado a questões artísticas – a diferença é que a produção focaliza, em geral o humor, o exagero e não implica uma excitação do tipo encontrado no travestismo”. Sendo assim, os recursos que utiliza orientam-se para fins artísticos.

Já para Chidiac e Oltramari (2004), que em sua pesquisa de campo objetivaram estudar o processo para a configuração da identidade *drag* e a relação do personagem com o sujeito, consideram que a manifestação do feminino é bastante explícita. E nesse sentido, a identidade é percebida como uma metamorfose, a saber, como algo não fixo que possui uma fronteira flutuante. É nos espaços artísticos específicos de atuação que são expostas características próprias da personagem, como um nome, uma forma de andar, uma dublagem de cantoras etc.

Como ponto de convergência, há inúmeros trabalhos que descrevem o processo de ‘se montar’ uma *drag queen*, e vale observar que é recorrente a simplificação da explicação, que é ‘quando um homem está de mulher’. Este simples fato que a curta definição expressa já demonstra uma arbitrariedade. Os próprios autores, *a priori* estudantes das áreas afins de comportamento, naturalizaram essa dicotomia na sua forma de se expressar textualmente. Mesmo sem essa prerrogativa, acabam por disseminar tal tipo de parâmetro universalista.

Reforçando a ideia trazida sobre a noção do segredo, este é seguramente um dos motivos de o tema desta tese ser um objeto de estudo ainda pouco explorado e com números inexatos. Uma frase inicial do *site* oficial do grupo de *cross-dressing* no Brasil traduz o que aqui se discute: “sou mulher quando posso” (BCC, 2013). Essa observação vai ao encontro de um testemunho de uma entrevistada para esta pesquisa, que explicou como foram árduas suas tentativas de expor sua aparência final, não só para o público como também para si. Como o cargo dela exigia viajar muito, com isso, aproveitava para experimentar suas roupas femininas na solidão de um quarto de hotel. Aos poucos, saía para o pátio e voltava correndo, depois estendia essa experiência para o estacionamento e quando lhe vinha coragem, até passeava de carro de noite ‘montada’. Foi depois de muitos

ensaios de aceitação que então conseguiu expor-se (DIÁRIO DE CAMPO, 09/11/2012).

Esses momentos são restritos e a vontade é grande e acumulativa. Nesta condição, a análise aponta para uma dinâmica de tempo *versus* oportunidade, questão levantada pelas próprias entrevistadas sobre a consciência do excesso. Quando ocorre uma oportunidade, o desejo é latente para aproveitar ao máximo aqueles limitados momentos, já que não sabem quando conseguirão vivê-lo novamente. Uma das entrevistadas explicou que é por este motivo que no início da experiência, elas se produzem excessivamente, sem parâmetros de discernimento para avaliar a aparência pessoal feminina. O anseio é gradual e por isso acabam se excedendo, já que querem usar praticamente todos os apetrechos que estão à disposição, em uma só vez. É somente com a vivência social que a simplicidade visual vai ganhando credibilidade na sua identidade de gênero. Como resposta a essa sucessão sistemática, são vistas 'montadas' no espaço público somente aquelas que já estão mais confiantes (DIÁRIO DE CAMPO, 09/11/2012).

Durante um almoço com três praticantes, em um restaurante bastante conhecido em Porto Alegre, uma delas expressou que jamais conseguiria chegar a se expor à outra, apontando para a única pessoa que estava 'montada' publicamente. O senhor de 51 anos, de aspecto muito amigável, pós-graduado, usando camisa e suéter azul, com cabelo e barba bem feitos, assim que chegou na mesa, tratou de tirar da carteira uma identidade visivelmente falsa. Na foto 3x4, estava uma mulher muito maquiada, rosto magro, com cabelos longos e franja na frente de um dos olhos. Respondeu prontamente que 'sim' para a indagação sobre se preferiria aquela de fato ser a sua identidade, inclusive com o nome social feminino. Mas apesar das restrições, manifestou que estava satisfeito com o que conquistara até então. Especialmente por sua esposa hoje aceitar essa prática, diferentemente dos filhos adolescentes, que não sabem nada sobre isso (DIÁRIO DE CAMPO, 05/07/2013).

Apesar das discriminações, nem em todos os lugares elas correm o risco de serem hostilizadas. Junto de seus pares, há uma zona de conforto, já que todas estão ali pelo reconhecimento a partir de uma identidade de gênero, não pela anatomia. Gera-se no entorno, um reconhecimento de pertença, o que talvez sejam realizados tantos encontros fechados somente para os grupos. Nesses espaços, a conformidade é posta como um instrumento de integração, não ocorrem julgamentos

ou perguntas constrangedoras, muito menos vergonha ou obrigações em precisar explicar algo. É o relato de Alice (NOVIC, 2005 – tradução nossa) ao Tri-Ess, que, ao que tudo indica, é um lugar americano semelhante ao Dudda Nandez no Brasil. Trata de um ambiente acolhedor que possibilita a experiência do travestimento e a socialização com demais praticantes, que graças a isso, começaram a se entender e a se aceitar melhor. Quando teve coragem de ‘se montar’ publicamente, garante que seu pior pesadelo transformou-se no seu mais incrível sonho.

Por isso, os transgêneros tendem a se agrupar ou mesmo a criar bases territoriais com o intuito de uma segurança mútua. Como um forte elemento de grupo, nem sempre os demais serão bem-vindos nesses grupos fechados para que não os apontem como desacreditadas, já que em momentos, pode ser assim vistas no lado externo. Somente será permitido ao simpatizante que deixar claras suas intenções e seu respeito pela não convencionalidade.

A busca por algum encaixe coletivo concretiza-se pela ordem do pertencimento, pela qual ocorre uma certa reprodução na regra de comportamento. O reconhecimento do outro como pertencente a alguma instância da mesma condição, evoca na mesma intensidade, a questão da responsabilidade de ordem cívica, assim como cria aconchego e segurança: “Quando esta relação de informação se estabelece entre duas pessoas, parece, com certas exceções, criar uma vinculação social, colocando ambos os indivíduos em uma base nova em relação ao outro [...]” (GOFFMAN, 2010, p. 126). O autor nomeia essas pressuposições com fundamento na aparência semelhante de ritual de identificação, quando indivíduos possuem uma espécie de permissão previamente dada para abordar o outro, inclusive com algum grau de intimidade.

Sobre a experiência subjetiva da performance de feminilidade, a tese de Duque (2013) estuda o assunto, a partir de regras de visibilidade na agência identitária que são postas como marcadores sociais. Assim, a fluidez nas percepções de si é o que ele vai chamar de ‘passar por’, quando busca entender o que as pessoas querem revelar ou desconstruir na ordem do sexo e do gênero, nem sempre já dados e visíveis. Querer ‘passar por’ uma mulher significa buscar por padrões generificados, supostamente naturais e suficientemente convincentes, e performatizá-los dentro de contextos sociais. Através de uma perspectiva desconstrutivista, o autor ressalta a ideia da produção de corpos dada pela rotina dos dispositivos sobre que se espera de um homem ou de uma mulher, sendo um

destes, o seu revestimento. Nessa dinâmica de assumir determinados regimes sobre o que usar durante o transito de identificação, Duque (2013, p. 140) certifica que:

Além do comportamento ao estar devidamente vestido e do contexto da interação na hora da compra das roupas, outro acontecimento importante para a reflexão é a decisão do que abandonar ou incorporar no vestuário. Essa decisão passa necessariamente pela compreensão de que a mesma peça pode gerar efeitos diferentes segundo as características de quem a veste, e por isso, não se trata pura e simplesmente de escolher uma peça com a qual se julgue ficar bem vestido.

Todavia, dentro desta perspectiva, ao mesmo tempo em que o movimento gregário proporciona um vínculo identitário, a socialização com pessoas externas ao coletivo pode trazer aproximação com a expectativa social do senso comum. Sobre isso, vale expor de maneira literal uma parte de um texto enviado por *e-mail* para esta pesquisa, para conferir inclusive a apropriação de certos termos por uma *cross-dresser*, que descreve:

É difícil uma mulher genética entender a nossa angústia de alma feminina presa num corpo masculino, e tu entendes isso. Me sinto muito bem quando estou contigo e até esqueço a minha origem masculina. Tu me tratas com tanta naturalidade, como mulher mesmo. Isso me dá um imenso prazer e me faz feliz. Não é a mesma coisa quando estou num grupo de transgêneros (MENSAGEM PRIVADA, 06/06/2014).

Algo a se considerar também é que, com tanta repressão, muitas vezes escapam os princípios dominantes que acabam sendo praticados pelos próprios oprimidos, quando reproduzem as divisões heteronormativa de forma militante. Bourdieu (1999) aponta para o fato de que é exatamente nas ações reivindicatórias pelas existências coletivas que os movimentos se mostram ordinariamente estigmatizados. Isso é falar de discursos hierarquizantes de dominação, mesmo que subversivamente, já que se invertem os pontos de vista, pois a bem dizer, o dominado assume as evidências que o dominante tem dele. O objetivo é aproveitar o particularismo de seu capital cultural para tirar vantagem nas lutas simbólicas, destituindo pré-avaliações de categorias.

Figura 13 – Uso de estigmas como reivindicação de visibilidade



Fontes: Gay Parade (2014); Pride Parade (2009).

Em teoria, não há regras de conduta para definir o que universalmente é ser uma mulher ou o que melhor se apresenta como um homem. Todavia, é bastante evidente um uso subordinado do corpo mediante princípios de visão essencialista e um forte mecanismo histórico responsável por um trabalho de eternização de estruturas. É deste padrão que, paradoxalmente, em nome de uma disposição extrema para tentar ser aceito, esse encaixe social se vê como uma agressão subjetiva, construída tanto pela própria pessoa quanto pela visão do outro. Em

grande medida, o medo pela noção da diferença aprisiona e perpetua ainda mais as mesmas imposições de princípios contra os quais fundamentalmente essas pessoas lutam. Usam assim, as próprias opções pré-existentes e a constituição da sexualidade que tentam combater, como base para disputa e negociações. Tudo isso, até o ponto de gerar sentimento de surpresa quando, por exemplo, um homossexual tem trejeitos viris como de um heterossexual, já que a atribuição simbólica se constrói mais para a figura da mulher. Como se houvesse a compulsão de, como membro de um casal, haver uma manutenção da diferença sobre os papéis de cada membro. Se ambos são homossexuais, então ao menos um precisa preencher o espaço vazio da mulher que ali não está. Nesse sentido, a própria concepção de pertencimento mostra-se incompleta e segmentadora, pois reivindica o aceite de um lugar já estabelecido, mesmo que não haja com ele a familiaridade. Mais do que promover novas aberturas, há uma luta em reconhecer com pertencente a grupos já existentes. Isso desencoraja condutas próprias, pois o modo de existência acaba por ser somente um produto de incorporação.

Seguindo nessa lógica, há uma linha tênue e bastante desafiadora para as *cross-dressers* conseguirem chegar a um ponto de equilíbrio da credibilidade de sua aparência pela visão do outro, que já possui fortes disposições incorporadas de discriminações que são históricas. A gestão da sua imagem pública está em fina sintonia com um sacrilégio da masculinidade e afronta o sistema básico de diferenciação. Ao inverter o contrato universalista, é condenada a dar justificativas, mesmo que pouco ou nada eficazes.

Assim, diante de tudo que até então, neste capítulo foi exposto, vale o questionamento sobre o que são e de onde vêm essas percepções sobre os padrões do belo e do aceito, que orientam os corpos e constroem suas narrativas. Tais conceitos serão levantados a seguir.

5.4 PADRÕES DE CORPOS PELA CULTURA DE MASSA

Na intenção de fechamento da tese, convém uma ressalva a ser levada em consideração sobre o relativismo do conceito de beleza e as fontes que privilegiam o lugar da imagem como cobrança e nivelamento da aparência cultural. Todo o planejamento estético diário, antes de se expor ao público, aponta para o fato de existir um grande esmero. É inegável que, além do valor compensatório dessa

estetização, há um empenho visível de tempo e dinheiro. E o peso atribuído da plasticidade pessoal é de responsabilidade única do esforço de seu portador, que se sente no dever de dar conta do seu resultado. A preocupação com a beleza seria uma preocupação com o ser aceito, e está nos detalhes do cotidiano, como se olhar toda vez em que há um espelho, ou seja, é priorizar alguma porcentagem de tempo para pensar nas melhores possibilidades da autoimagem.

Vale a reflexão: criando um paralelo com os relatos aqui já citados de Kulick (2008), percebe-se claramente como, no meio do grupo focal delimitado para a pesquisa dele, esse é um assunto permanente. Desconstruindo a noção de beleza como uma imagem corporal feminina respaldada pela mídia, a preparação que elas têm nas suas produções é também algo impressionante. Para conseguir mais clientes, as travestis buscam constantemente por artifícios de beleza, como tingir e alisar o cabelo com recursos caseiros, retirar os pelos no rosto, disfarçar a barba com maquiagem e suportar a dor na hora de injetar silicone industrial para reforçar algumas curvas. Isso são investimentos também da ordem moral, mesmo que possam não condizer com as percepções criadas pelo senso comum. A seguir, na descrição detalhada que o autor faz observando um roteiro diário que uma delas faz para ir trabalhar, é possível delinear uma dimensão melhor sobre a importância de relativizar o conceito de belo e os procedimentos para atingi-lo:

Postando-se de pé, puxou a calcinha até a altura dos joelhos e depois se agachou com as pernas afastadas para manter a peça no lugar. Nessa posição, levou a mão atrás das costas, e daí por baixo das pernas, até conseguir alcançar o pênis e o saco escrotal. Puxando-os para trás, Banana pressionou-os firmemente contra o períneo, ao mesmo tempo que se punha de pé, ajeitando a calcinha para cima com a outra mão. Esticando a calcinha pela frente e puxando o pênis por trás, ela desloca o peso do corpo de uma perna para a outra, até que a calcinha estivesse ajustada e o pênis acomodado segura e confortavelmente sob o períneo. Banana finalizou a operação alisando a calcinha com as duas mãos, certificando-se de que a parte da frente apresentava-se agora como uma superfície bem lisa e plana (KULICK, 2008, p. 19).

Marwick (2009) garante que o ser humano é obcecado pela aparência e possivelmente por essa razão, estabelece uma confusão proposital ao associar beleza física com o caráter. Isso era verdade nos séculos passados muito mais do que na visão moderna, mas de qualquer forma, ainda é creditada a feiura ao nefasto. Além do mais, traz a finitude do corpo e há uma conexão com o desleixo moral. Os concursos de beleza persistem até hoje e comprovam que os heróis

precisam ser bonitos. Sem considerar a variedade de tratamentos que a sociedade faz questão de lembrar constantemente para não negligenciar a aparência. Aquele que não possui a fisionomia agradável aos padrões da época pode ser deslocado e torna-se alvo de desconfiança alheia.

Os levantamentos históricos do autor mostram que houve épocas nas quais a população culpava a moda por possibilitar mascarar mulheres feias e, portanto, ludibriar homens, já que se acreditava que eles originalmente eram atraídos pela fisionomia. Em várias épocas, o uso de artifícios estéticos ao extremo possuía uma intencionalidade de enganação, como as prostitutas faziam para seduzir seus clientes com uma aparência que lá não existia. Tanto era verdade que os noivos comumente decretavam uma inspeção visual do corpo nu de sua pretendente antes do casamento, para não cair nas artimanhas de uma concepção irreal.

O entendimento do belo é creditado a uma atração da maioria e de forma imediata. Para o pesquisador em foco, a percepção decorre de um consenso segundo o qual, mesmo com dificuldade de ser descrito, todos sabem identificar quando alguém é belo. Não resta dúvida também de que a beleza fascina, excita, é símbolo de poder e nunca é o suficiente. Na mesma instância, a cobrança do capital físico é destinada muito mais à mulher. O homem deve antes, ter outros traços considerados indispensáveis, por exemplo, o sucesso profissional. Embora a história tenha evidenciado que, conforme a mulher vem ganhando mais independência econômica e social, tende a julgar os homens assim como eles fazem com elas: pela aparência. Na sua obra, ele se apropria de ideias dos demais estudiosos como Naomi Wolf, para explicar que a avaliação se constituiu como uma ferramenta prioritariamente de construção masculina, com o intuito de propagar este domínio sobre o feminino e em estado contínuo de opressão, interferindo nos critérios:

É possível que aqui se justifique a ideia de que aquilo que a mulher percebe como beleza no homem coincide com a aparente capacidade de executar tarefas 'masculinas', enquanto aquilo que o homem percebe como beleza na mulher corresponde à aparente qualificação para representar papéis 'femininos' (MARWICK, 2009, p. 279).

Por definição, a beleza está associada ao cuidado do corpo por meio de recursos. As artimanhas para reforçá-la, ou mesmo fabricá-la, impõe-se de uma forma ou de outra. A questão central aqui, é que o excesso causa um sentimento de incredibilidade, uma desconfiança moral como diria Vigarello (2006).

Este historiador ainda adverte sobre o nascimento de uma instituição no início do século XX que mudou o rumo das aparências: o mercado da beleza. Inicia um comércio sobre os cuidados para evitar rugas, exercícios em academias, tratamentos, cosméticos, cirurgias, enfim, ensinando o conceito do feio e dando as possibilidades de corrigi-lo. As tecnologias nos estudos cosméticos fazem abrir sistematicamente salões de beleza e seus mais mirabolantes recursos. Para gerenciar todos eles, nasce o esteticista, um desdobramento da profissão de cirurgião, embora não mais reparador destinado aos soldados da guerra, e sim com tarefas de fins estéticos puros. O progresso da beleza traz uma visão unificada e atingível sobre o corpo belo, mostrando a possibilidade de qualquer pessoa poder consumir aquela imagem da mídia. Canaliza dessa forma, um aprendizado estético universal e como consequência, a intolerância à imperfeições. Em obediência a esse padrão, agora acessível, a beleza se eleva ao máximo em seu valor social. O cinema intensifica a níveis críticos a vigilância para a aparência perfeita, que se manifesta ainda hoje, acrescido da expansão estrondosa ao acesso da vida de todos por meio das mídias pessoais.

Essa ferramenta faz o saber tornar-se uma responsabilidade a se adquirir; a informação transforma-se em obrigação, fazendo do corpo um objeto de consumo imediato e descartável. Essa cobrança é ainda mais exigida no universo trans. Na articulação em campo, uma delas lamentou o reforço à intolerância na medida em que passa o tempo, porque elas são ainda mais cobradas em sua imagem pessoal na velhice do que comumente as mulheres o são. Com a idade, “alguns traços de feiura são compreensíveis, mas não para um *cross-dresser*, pois depois de uma certa idade, a gente vira piada” (DIÁRIO DE CAMPO, 09/05/2013).

Requisitos corporais são na sua maioria, originados pela mídia de massa. Há cada vez mais, uma quantidade infindável de informações que vem ao encontro do observador, sendo entre tantas, questões de normas gênero e padrões de beleza. A vigência das imagens cria perversas comparações incessantes onde invariavelmente “Usamos o espelho para verificar nosso lugar nesta narrativa” (HOLLANDER, 2003, p. 43). Toda vez que se submete a um arquétipo de corpo perfeito, enfatiza o sujeito enquanto uma mercadoria que como tal, será trocada por outra mais nova. Uma novidade é por extensão melhor pelo simples fato de ser novidade. Via de regra, a própria moda entendida como um efeito social se sustenta desta forma, pois esta é:

[...] é irracional no sentido de que busca a mudança pela mudança, não para aperfeiçoar o objeto, tornando-o, por exemplo, mais funcional. Ela busca mudanças superficiais que na realidade não têm outra finalidade senão tornar o objeto supérfluo com base em qualidades não essenciais (SVENDSEN, 2010, p. 31).

Sua lógica do impulso consiste em recusar o antigo para aderir ao novo, em um ciclo de superação permanente que substitui, não acumula, e no qual não carece da concepção de progresso. O tédio é o pior insulto para este sistema, deve antes, se preocupar com a manutenção do desejo e satisfação, mas por pouco tempo para dar espaço a uma nova vontade. Porque o transitório por si só é sedutor, é moderno. Como um ideal de mudança visual permanente, “[...] o amor pela aparência é suficiente” (HOLLANDER, 2003, p. 41) nesse fluxo subversivo que nem espera o cansado do velho para querer o novo. E assim como o corpo, sendo só mais um produto, um produto novo é sempre mais prazeroso. Apresentadoras, ancoras de jornais, protagonistas de novelas, até mesmo líderes políticos têm mais prestígio e credibilidade quando sua aparência lhes proporciona maior credibilidade sob os olhares classificatórios. Objeto de regulações, o corpo como produto de consumo, precisa sustentar claramente certas expectativas. Pouco é visto em um contexto corriqueiro, pessoas consideradas fora das convenções. Até mesmo em programas de televisão, a visibilidade quando ocorre, é burlesca e pelo viés do entretenimento para promover o riso subversivo. A cultura de massa veicula o que é esperado enquanto feminilidade e masculinidade, sendo por vezes, através de representações caricatas quando é levado para o lado do humor.

O senso comum que personifica um arquétipo e cobra como requisito de beleza aceita é, na sua maioria, replicado pelos meios de comunicação em massa, em especial a partir de filmes. Sobre isso, *'The Celluloid Closet'*²⁸ (1995 – tradução nossa) traz importantes indícios sobre esse debate no âmbito do cinema como uma lúdica perspectiva da própria vida. Sintetizando os principais pontos, o documentário discorre sobre a forma como Hollywood retrata as pessoas consideradas fora do padrão nas dimensões de gênero, desde o surgimento da atração cinematográfica até o momento em que o documentário foi finalizado. Trata também de como essa leitura se dissemina rápida e facilmente no cotidiano. Os dados de como o social deveria se comportar são levantados especialmente por meio de entrevistas

²⁸ No Brasil, este filme ganhou o título de 'O outro lado de Hollywood'.

realizadas com roteiristas, atores, diretores e demais profissionais do ramo, sempre exemplificado por uma série de pedaços de filmes. A pesquisa processa-se cronologicamente e com uma lógica que pontua os principais marcos de mudança de pensamento identificados nestes.

O mote evidenciado é que, em mais de cem anos da arte cinematográfica, pouquíssimo foi tratado a fundo sobre o tema como se deveria, levando em consideração que sempre existiram sujeitos considerados descontextualizados das normas sexuais. Quando havia qualquer menção a esses temas, o intuito maior era para introduzir um alívio cômico na trama, ou então fazer a audiência sentir pena, ou mesmo incitar os sentimentos de medo e ódio. Esse efeito de discurso deixou um pesado legado sobre o que a população deveria pensar sobre as facetas dos gêneros em desacordo com o heteronormativo. Inclusive o que os próprios envolvidos deveriam pensar sobre eles mesmos, incrustados nos paradigmas estabelecidos imagetivamente. Uma vez que Hollywood era a representação máxima da cultura de massa e a fabricação da vida perfeita, muitos espectadores se baseavam nos personagens para saber como pensar e agir no cotidiano. Desse modo, os filmes acabaram sendo a fundamentação da boa conduta, pois as pessoas aprendiam entre outras coisas, a identificar e a reproduzir identidades essencializadas.

Mesmo no cinema mudo, é curioso analisar que o público presumia por intermédio dos clichês de trejeitos efeminados, que um homem era homossexual, por exemplo. Isso não era discutido abertamente nem mesmo entre os membros da equipe, mas em suma, todos se conscientizavam do que se tratava. Era detectado um estereótipo na conduta e no trajar que todos reconheciam, e basicamente com o intuito da veia humorística. Como não havia pecado maior do que ser *gay*, melhor então que virasse logo uma piada. Contudo, isso ocorria somente em uma via, ou seja, quando era o homem que se apropriava dos adereços femininos. Percebe-se claramente isso no *'Call her savage'*²⁹, primeiro filme que mostrava um bar *gay* com personagens efeminados, que cantarolavam canções sobre paixões e diversão. Todos que ali estavam, riam e se divertiam com isso. Ao passo que em *'Morocco'*³⁰, Marlene Dietrich usa um *smoking*, chapéu e sapato também em um momento semelhante de *show*, todavia muitos ali se apaixonam por ela, que demonstra uma

²⁹ Filme de 1930, traduzido no Brasil como 'Marrocos'.

³⁰ Filme de 1932, traduzido no Brasil como 'Sangue Vermelho'.

atitude elegante e austera. Para vários cinéfilos, até hoje é considerada uma das imagens mais sensuais da sétima arte, pois subliminarmente parecia que ela estava querendo encantar a todos, homens e mulheres. Sobre essa via de mão única, o escritor Quentin Crisp tenta explicar: “Quando um homem se veste como mulher, o público ri. Quando uma mulher se veste como um homem, ninguém ri.”³¹ (CLOSET, 1995, 10min 48seg – tradução nossa).

Figura 14 – Captura de telas dos filmes Call her Savage e Morocco, respectivamente



Fontes: Savage (1932); Morocco (1930).

Uma vez que as identidades periféricas de gênero praticamente não eram abordadas nas tramas, os telespectadores considerados desviantes julgavam que deveria então, haver algo de errado com eles. Sentiam-se isolados, não representados claramente nos filmes, ou ao menos não como gostariam. Pelos inúmeros relatos no documentário, essa audiência partilha um sentimento de precisar mendigar a qualquer custo, uma identificação nos filmes, mesmo que irrisória ou até imaginativa.

Analisando historicamente, foi em meados das décadas de 1920 e 1930 que os filmes começaram a ficar muito atrevidos e picantes para os padrões da época. Considerados perversos, esses provocaram muitas críticas negativas, especialmente vindas da Igreja Católica e de protestantes fundamentalistas. Como resposta, em 1934 houve um severo código moral que estabeleceu regras invioláveis a Hollywood, obrigando que as produções fossem ponderadas previamente para

³¹ Texto original: “*When a man dresses as a woman, the audience laughed. When a woman dresses as a man, no one laughs*”.

garantir que não houvesse nenhum apelo sexual ou outras condutas consideradas indecentes. Assim, criou-se o Código Hays, liderado por Will Hays, um padrão de análise que iria definir modelos de moral aos produtores. A Legião da Decência, como ficaram conhecidos, denunciava o que seria profano, sendo estabelecida a letra 'A' para considerar algo aceitável; 'B' significava que havia algumas objeções morais no filme e por fim 'C' que estava fadado a ser condenado. E se Hollywood não promettesse seguir as regras, a Igreja ameaçava com boicotes em massa.

E assim o fez. Por mais de vinte anos, o diretor do *Code Enforcement Officer*, Joseph Breen, comandava as censuras e tinha a autorização plena para modificar o que fosse considerado de mau costume para o período. Incontáveis filmes foram forçadamente adaptados ou inteiramente negados. Em pronunciamento oficial, evoca sem piedade: “Pessoas decentes não gostam de ver esse tipo de coisa. E é nosso dever fazer com que elas não se deparem com isso³²” (CLOSET, 1995, 16min 27seg – tradução nossa).

Todavia, apesar dessa severa restrição, os personagens sexualmente atípicos não foram deixados completamente de lado. O que ocorreu foi eles terem ficado mais difíceis de serem identificados. Jamais eram citadas determinadas palavras, somente apareciam sutis atitudes e aparências. Por causa dessa restrição, os diretores aprenderam a driblar os profissionais que censuravam e o público aprendeu a decifrar imagens. Os personagens não convencionais então, foram camuflados por detrás de uma característica de personalidade de um vilão, por exemplo. Nas entrelinhas da tela, a expressão da homossexualidade era indireta, e ironicamente foi assim que na vida real ficou também: instaurada uma expressão não declarada, uma imagem codificada.

Quando havia personagens em qualquer nível de desconformidade entre sua anatomia e identidade de gênero, eram em núcleos diferentes e com uma veia cômica, como no filme *'Some like it hot'*³³, jamais como um usual estilo de vida, muito menos respeitado. Mesmo quando era mais visível, pouco era falado sobre esse fato. Nem os próprios atores na época recebiam explicitamente a descrição de seus personagens, embora todos soubessem do que se tratava, pois aprenderam a associar tal ideia com algum trejeito, ou se expressavam pelo gosto e uso de roupas

³² Texto original: “*Decent people don't like this sort of stuff. And it's our job to that they get non of them*”.

³³ Filme de 1959, traduzido no Brasil como 'Quanto mais quente melhor'.

diferentes, ou por uma indireta no olhar e claro, por muitos rodeios nas falas. Era necessário todo esse disfarce para não chamar a atenção da Legião da Decência, pois quando o assunto sexo de alguma forma ficasse explícito e mais sério, era imediatamente cortado.

Entretanto, no percurso cinematográfico, gradualmente os códigos foram sendo abolidos e cada vez menos esse assunto foi encarado como um grande tabu. Contudo, mesmo não sendo mais uma imposição, por muitos anos – e há quem diga que até hoje, porém em graus diferentes – esse tipo de pensamento de opressão ainda persistiu. Isso era percebido nas figuras dramáticas que jamais lutavam para afirmar suas identidades de gênero, uma vez que elas mesmas se denegriam e se consideravam pecadoras. O que ocorria nos filmes era a representação de um monstro que estava com o seu destino já terrivelmente predefinido. No documentário analisado, há uma compilação só de mortes trágicas, algumas inclusive comparadas com filmes de terror, como ocorreu a emboscada morte de Frankstein, no qual a semelhança é inegável. Hollywood concretizou o tema como sendo um segredo sujo e motivo de culpa e fracasso, conseqüentemente de tristeza, desculpas e punição. Qualquer um que não se encaixasse nos padrões, fazia parte de um contexto repugnante com vidas infelizes, marginais que viviam em subúrbio ou na sombra, sendo rejeitados pela família e à mercê de perigos. Isso era extremamente amedrontador para os espectadores que se reconheciam nesses protagonistas, já que era uma simulação e preparação da vida o que se ensinava no cinema. Vale lembrar que na época, praticamente não se tinha outras fontes de aprendizado pelo exemplo, que não fosse o cinema (CLOSET, 1995 – tradução nossa).

Foi somente em 1970, a partir do longa-metragem *'The Boys in the Band'*³⁴ que Hollywood popularmente mostrou pela primeira vez, um grupo de *gays* que enfrentava as dificuldades, que se impunham e defendiam aquilo em que acreditavam, sem perder a diversão e camaradagem. Pelo menos em partes, pois ainda era muito cedo não ter absolutamente nenhuma cena depreciativa. Mas o principal era que não havia um final trágico para nenhum deles. Enfim, o filme que de fato celebrou as diferenças foi o *'Cabaret'*³⁵, dando passagem para vários outros, como *'Car Wash'*³⁶ o qual propunha um protagonista negro, alto e teoricamente viril

³⁴ Filme de 1970, traduzido no Brasil como 'Os Rapazes da Banda'.

³⁵ Filme de 1972, traduzido no Brasil com o mesmo nome.

³⁶ Filme de 1976, traduzido no Brasil como 'Car Wahs – Onde acontece de tudo'.

pela sua estrutura física, que se vestia e se comportava como uma mulher. Iniciava ali uma visibilidade ao comportamento travéstico, ainda que distorcida, mas ao menos já mais discutido. Em *'Vanishing Point'*³⁷ por exemplo, um dos atores interpretava uma figura dramática com calças e camisas bastante justas e de cores consideradas femininas, além de usar bolsa. Eram essas suficientemente as prerrogativas para apontá-lo como 'não homem' e conseqüentemente, para chamá-lo a responder por isso.

Nesse viés, um roteirista chamado Ron Nyswaner relata que assistia no cinema o *'Freebie and the Bean'*³⁸ e de repente, apareceu-lhe uma figura travestida, quando esta é morta pelo herói principal. No mesmo instante, toda a plateia aplaudiu, visivelmente concordando com aquela cena, o que segundo a interpretação dele, mais do que acabar com aquele vilão, a intenção era uma representação de acabar com o conceito de travesti. Não bastava o seu simples fim; era necessário um brutal assassinato, com muitos tiros e encenações exageradas. Em complemento, os espectadores acabaram se acostumando com que os piores xingamentos eram aqueles que vinham com uma carga sexualmente estereotipada. Ao passo que outras ofensas de caráter também pessoal e/ou físico que possuem um pudor filtrado da corrente do politicamente correto, o 'bixa', 'viado', 'puto', 'traveco' e afins apareceram em qualquer filme, logo, em qualquer conversa do cotidiano. Assim, as pessoas se condicionaram a relacionar e a significar esses termos com uma postura depreciativa.

Havia uma permissão velada ao não convencionalismo, como no filme *'The Rocky Horror Picture Show'*³⁹ no qual o personagem principal, interpretado pelo ator Tim Curry, é chamado Dr. Frank-N-Furter, um cientista maluco, promíscuo e que vivia em um castelo. No sentido de dar ênfase à excentricidade ou mesmo ao horror, ele ainda se travestia. Estava completa a exotização. Em uma mistura de musical, comédia e estilo *trash*, a adaptação foi banida em alguns países, já que provocações não faltavam: cinta-liga, muita maquiagem e trejeitos performáticos sedutores. Através de suas canções, as letras lembravam que ninguém deve julgar um livro pela capa; apresentava-se ele como uma simples e doce travesti vinda do Planeta Transexual (SWEET TRANSVESTITE, 2015).

³⁷ Filme de 1971, traduzido no Brasil como 'Corrida contra o destino'.

³⁸ Filme de 1974, traduzido no Brasil como 'Duas Ovelhas Negras'.

³⁹ Filme de 1975, traduzido no Brasil com o mesmo nome.

Como resultado dessa postura, Hollywood finalmente estreou na década de oitenta, um filme que falava sobre um verdadeiro amor entre dois homens, desvinculado de qualquer conotação de insulto ou marginalizado que até então existia. *'Making Love'*⁴⁰ foi tão atípico, a ponto de precisar alertar já no início do vídeo, através de um texto de abertura, que a sua graciosidade poderia ser muito pesada para algumas pessoas:

Twentieth Century-Fox tem a honra de apresentar um dos filmes mais honestos e controversos que já lançamos. Nós acreditamos que *'Making Love'* é pioneiro através do retrato sensível de uma jovem mulher executiva que descobre que seu marido experimenta uma crise sobre sua identidade sexual. *'Making Love'* trata aberta e levemente um tema delicado. Não é sexualmente explícito, mas pode ser demasiadamente forte para algumas pessoas. *'Making Love'* é ousado mas delicado. Estamos orgulhosos de sua honestidade. Aplaudimos sua coragem⁴¹ (CLOSET, 1995, 1h12min – tradução nossa).

O produtor Daniel Melnick conta que na época, foi uma tarefa muito difícil montar o elenco. Os atores eram alertados a não aceitar os papéis, pois justificava-se, iriam destruir para sempre suas carreiras. Na estreia, as pessoas visivelmente se mostravam incomodadas a ponto de saírem da sala no meio do filme, demonstrando rejeição pela intimidade entre dois homens. Já o diretor John Schlesinger aponta que o público americano está preparado para assistir a qualquer tipo de violência, mas possui no tema da sexualidade o seu maior medo; nesse sentido, melhor fingir que não existe. Isso se relaciona especialmente à homossexualidade masculina, pois somente um ano depois foi lançado o *'The Hunger'*⁴² em que duas mulheres eram apaixonadas. Com este filme, não houve tanta comoção; pelo contrário, para muitos, foi tratado até com entusiasmo, entendido pelos homens como a garantia de mostrar sua virilidade ao incentivar esse tipo de relação.

Em suma, fica evidente que o poder de persuasão do cinema está justamente em conseguir mediar a compreensão do mundo e dessa incorporação, representando os sonhos e produzindo necessidades. Ele consegue criar arquétipos de como as pessoas devem comportar-se e romanticamente, impõe um modelo

⁴⁰ Filme de 1982, traduzido no Brasil com o mesmo nome.

⁴¹ Texto original: "*Twentieth Century-Fox is proud to presente one of the most honest and controversial films we have ever released. We believe Making Love breaks new ground in its sensitive portrayal of a Young woman executive who learns that her husband is experiencing a crisis about his sexual identity. Making Love delas openly and candidly with a delicate issue. It is not sexually explicit. But it may be too Strong dor some people. Making Love is bold but gentle. We are proud of its honesty. We applaud its courage*".

⁴² Filme de 1983, traduzido no Brasil como *'Fome de Viver'*.

desejável e vendido como ideal. E nos que não se encaixam nesse construtor de realidade, desperta uma vontade latente de traduzir aquelas histórias para a sua própria vida.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem a intenção de propor uma visão totalizante, este estudo teve como pretensão colocar em diálogo temas costumeiramente diferentes e permitir reflexões multidisciplinares. Partindo da premissa de que o ato de cobrir o corpo tange inúmeros arranjos simbólicos pertencentes a uma comunicação não verbal, qualquer escolha de vestimenta manifesta uma interferência estilística na imagem pessoal, a qual é revestida de significados dados pela cultura. Nessa perspectiva, a dinâmica do gênero coloca-se como o pano de fundo teórico, quando se concentra no entendimento do sistema de moda como um fenômeno que abarca a estética, o vestuário, o corpo, o comportamento e os demais signos dessa prática, refletindo o modo de ser por meio de suas específicas ferramentas visuais. Para a elaboração textual, foi adotado um escopo de pesquisa que regeu os principais pontos norteadores, para o qual foi levado em conta o *cross-dressing* como uma prática discursiva.

Assim, com base no aporte de premissa teórica realizado, identificou-se que os objetivos foram alcançados, embora talvez, de forma parcial, já que lidar com comportamento como objeto de pesquisa é sempre algo volúvel. Foi possível investigar os convencionalismos sociais e os processos de negação dos observadores que resultam na intolerância visual. Na mesma intensidade, possibilitou-se perceber os conflitos e dar visibilidade à compreensão dessa experiência.

Entre observação de campo, levantamento de fatos contemporâneos e fontes imagéticas, sempre com ênfase nos recursos bibliográficos, percebeu-se que a orientação sexual transita inclusive pela dimensão da aparência, pois também se gerencia pelas convenções de atributos. Nesse sentido, a relevância desta investigação está na sua possível contribuição para os campos de estudos correlacionados, já que o trabalho buscou aproximações de outros campos do saber para as ciências sócias, ao expõe o uso de adereços corporais e da compreensão de si pela imagem pessoal. Como efeito, a pesquisa buscou colocar o hábito do enfeite corpóreo como fornecedor de um padrão de referência. Sob essa regência, pretendeu-se enriquecer a bibliografia nacional para um campo ainda tão recente e carente de articulações, com intenções de ser interessante a diversos pesquisadores

e profissionais dos ramos que creditam seus aportes teóricos ao comportamento humano e a suas relações sociais, articulados aos estudos de gênero.

Para que isso fosse possível, realizou-se uma explanação literária, objetivando como apresentação inicial sobre possibilidade da moda como um aspecto do social e a contextualização histórica a partir de alguns marcos estéticos, já evidenciando as diferenças de gênero. Importante veículo da interação social, a aquisição de bens foi entendida como um complexo ritual de consumo, ao questiona o papel dos objetos na vida das pessoas como uma forma de biografia pessoal.

Optou-se por não trabalhar somente com um viés de leitura, especialmente pensando em ser uma fonte de pesquisa para estudantes desses segmentos apontados. Além disso, para permitir enxergar a moda como uma possibilidade teórica nas suas relações científicas, as visões de outros ramos de conhecimento mostraram-se imprescindíveis. O esforço maior foi dar conta de um debate que ainda ocupa um espaço pouco privilegiado no campo do saber, especialmente pelo viés da moda.

Partindo das premissas anteriores, as abordagens são articuladas com a questão de posicionamento crítico mediante o confronto do antagonismo identificado no corpo dado como masculino acima de uma construção da aparência e conduta femininas. Sempre disso, levando em conta o fundamento da prática em uma sociedade ocidental contemporânea ainda com normatizações enraizadas sobre a classificação marcada pelo binarismo.

Sem nenhuma pretensão à literatura clínica, optou-se pelo nicho de pessoas que complexificam as categorias e desordenam os modelos estabelecidos ao sexo designado no nascimento instituindo-o como uma categoria de análise. Foi presumível assim, investigar os convencionalismos sociais e as construções identitárias na perspectiva do gênero, e a aparência pessoal como produto da existência. Em uma perspectiva situacional, as imagens arquetípicas da mídia concretizam a experiência identitária, que é provisória e por isso, ocorre ressignificações para além do binarismo sexual. Assim, a moda também foi vista como um sistema simbólico que permite negociá-la por meio da cultura material trazida pela visão cultural e que possibilita, fundada nessa linguagem, produzir efeitos nos espaços privado e público.

Considerando que somente quando há a imersão no universo do público-alvo é que a compreensão se estabelece por completo, a ida ao campo serviu para

intensificar algumas problemáticas de pesquisa. Sendo a autora uma pessoa cisgênera, foi necessária empatia para conseguir sentir o que as pessoas transgêneras sentem, e pensar como elas pensam. Sem o interesse de ser quantitativa ou nominal, os resultados qualitativos exploratórios, provenientes de observação de campo, traduziram-se na forma de relatos informais, já que foram levadas em consideração as palavras do pesquisador Yin (2001), que defende que a entrevista é uma fonte insubstituível de estudos, quando bem utilizada e respeitada na sua essência. Por esse motivo, as principais implicações foram intercaladas com referenciais teóricos em nome de uma reflexão crítica. Optou-se por agregar os dados no decorrer de toda a pesquisa, e não em separado em um capítulo destinado exclusivamente, para evitar cair em descrições desconectadas da elaboração teórica.

Quando se acredita em normas gerais de condutas, a tendência a rotular um dado como excepcional é grande, embora sem sentido, uma vez que um quadro de comportamento na realidade pode fazer parte da mesma ordem social. Por isso, permitir-se uma espécie de descolamento de convicções para não procurar pela homogeneidade um método de coleta assumido, segundo o qual foi essencial imergir nesse universo de comportamentos sem supor estabilidades. Em especial, por tratar de um grupo que dificilmente se encaixa em algum modelo, mesmo que de gênero, já que o *cross-dressing* não precisa estar relacionado com a orientação sexual, a classe social, a idade, as vontades ou a qualquer outro direcionamento preexistente. Claramente, há princípios dominantes, como foi o caso desta investigação, mas da mesma forma, há ressalvas, e por isso, foi imprescindível prestar atenção, já que:

[...] a ênfase é dada à uniformidade dos dados, possivelmente entremeada por exceções. Porém, em todas as sociedades existem incongruências e contradições entre os vários conjuntos de normas nos diferentes campos de ação. Um problema que os membros de qualquer sociedade devem resolver é o de viver com estas incongruências através da manipulação de normas, de forma que as pessoas possam continuar a viver juntas numa ordem social. Por esta razão, isto constitui um problema que também merece ser estudado pelo antropólogo (VELSEN, 1987, p. 349).

Conseguir transportar as realidades locais e registrar no Diário de Campo é desmembrar os princípios sob a égide dos quais as pessoas convivem. Diferente da análise estrutural, a situacional fornece material que constitui suas abstratas

formulações e leva em conta os processos sociais, objetivando compreender uma sociedade que não é homogênea, muito menos estável. Justamente pela realidade ser imponderável, é que deve integrar a análise ao registrar as ações das informantes numa perspectiva específica, na qual foi preservada a criticidade para avaliar se prescrevia uma regularidade geral ou um comportamento excepcional em seu contexto situacional.

Vale colocar que o método exploratório refutou, já nos seus primeiros meses de aplicação, uma das principais hipóteses que a investigação tinha no seu início, que supunha dificuldade em conseguir ingressar no meio. Todas as conversas pessoais foram bastante francas, amigáveis e divertidas, prezando pelo respeito e bom senso recíproco. Houve um interesse mútuo em a autora ouvir e a vontade delas em falar. Talvez uma possível justificativa a este retorno positivo tenha sido o fato da pesquisadora vir da moda, área de interesse delas. Possivelmente, a moda tenha feito com que elas enxergassem um ambiente acolhedor, e (porque não?) fútil, garantindo momentos despretensiosos. Ao mesmo tempo em que esta tese teve como intenção abordar a aparência como uma referência identitária, seria simplista deixar-se levar por tamanha leviandade, ou seja, analisar uma pessoa somente pela exterioridade, ainda que a use como uma das expressões, a fim de, paradoxalmente, gerenciar sua identidade.

Por fim, pontuam-se os principais desafios que foram enfrentados no desenvolvimento da pesquisa doutoral. Uma delas foi um esforço teórico para haver a familiarização com as bibliografias clássicas do universo das ciências sociais e aproximações da antropologia e filosofia – historicamente consagradas e intensamente teorizadas em extensão universal – que, na sua maioria, eram de fato o primeiro contato. Como se não bastasse, em seguida outro desafio foi articular isso com o tema de pesquisa por meio dos saberes disciplinar pela moda – um campo de compreensão científica recente, que se mostra um tanto quanto poético e que toma de empréstimo inúmeras expressões linguísticas, permitindo constantemente novas possibilidades de interlocução.

Possivelmente a forma de escrita sucinta e a vontade de trazer mais e mais autores possa ter contribuído para uma pesquisa de caráter dinâmico. Ademais, pela autora vir da área de moda, a fundamentação do método de investigação se faz pelo pastiche de ideia, como é por excelência, o campo, e porque poucos são os pensadores que buscam nela mesma suas explicações. No entanto, como pode

ocorrer de leitores serem advindos de variadas áreas, em alguma medida, isso acaba por contribuir para a aproximação com diferentes teorias e para instigar o leitor a buscar novos conhecimentos pelos seus próprios aprofundamentos, com base neste escopo teórico.

Também, invariavelmente, os autores aqui trazidos, foram lidos por meio da percepção sobre a corporeidade e suas amarrações comunicacionais, uma vez que permaneceu esse viés como recorte de pesquisa. Assim, possivelmente deve haver interferências, entretanto não houve o propósito de limitá-los a essa perspectiva, apenas foram direcionados em nome de uma coerência metodológica entre eles para o desenvolvimento elucidativo deste trabalho. Por uma questão de tamanho do texto e foco de interesse, criou-se uma síntese de olhares bem pontual desses autores. Ressalta-se, no entanto, que o objetivo não foi criar um consenso de certas correntes de pensamentos, mas sim, gerar discussões férteis com possibilidades de intercâmbios entre estas, respeitando a esfera de interesse de cada crítica teórica. No que tange à investigação, a retomada possibilita reflexões que servirão para futuras novas investigações. Mais do que respostas liquidadas, são as indagações que ficam no final desta investigação.

Como última contribuição, merece atenção o fato de o interesse pelo tema ter aumentado progressivamente. Por isso, esta pesquisa não se esgota aqui. A sensação de estar na companhia do inacabado foi permanente, ao mesmo tempo, motivadora. É seguro dizer que esta investigação será continuada, em especial por decorrência de novas descobertas e oportunidades de campo que extrapolam a exigência do cronograma do PPGCS. Seria até irresponsável acabar por aqui, depois de tanto esclarecimento pessoal sobre o tema não proporcionar um compromisso social. Mesmo podendo soar ilusório, no desenvolvimento desta tese, bem como no próprio caminhar durante todo o Doutorado, houve um grande incentivo para um modo de pensar diferente, talvez mais empático, mais ponderado, mais embasado. Mais humano. E por causa disso, a gratidão será eterna.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Camila. Hijra: o terceiro sexo. Super Interessante, São Paulo, edição 342, pp. 68-73, jan./ 2015.

ALÓS. Anselmo Peres. Narrativas da sexualidade: pressupostos para uma poética queer. Revista Estudos Feministas, ISCTEM - Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique, Florianópolis, vol.18, n.3, pp. 837-864, setembro-dezembro/2010.

AMANAJÁS, Igor. Drag queen: um percurso histórico pela arte dos atores transformistas. Revista Belas Artes, ano 6, n° 16, set-dez 2014.
Disponível em <www.belasartes.br/revistabelasartes/?pagina=player&slug=drag-queen-um-percurso-historico-pela-artedos-atores-transformistas>

AMOSSY, Ruth [Org.]. **Imagens de si no discurso** – A construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2005.

ASSIS, Diego. Livre, Leve e Solta. Rolling Stone. São Paulo, n° 86, pp. 110-115, nov./ 2013.

BABY TEITH. Disponível em: <www.babyteith.com> Acesso em nov./2015.

BARNEYS. *Brothers and Sisters*. Disponível em <<http://thewindow.barneys.com/brothers-sisters-sons-daughters>> Acesso em dez./2014.

BATTERBERRY, Michael. **Mirror, mirror** – *A social history of fashion*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1977.

BARTHES, Roland. **Sistema da moda**. Tradução de Ivone C. Benedetti. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009. – (Coleção Roland Barthes)

BENTO, Berenice Alves de Melo. **O que é transexualidade**. São Paulo: Editoria Brasiliense, 2008. (Coleção Primeiros Passos; 328).

_____. **Travestis e transexuais**: construção de identidade. Publicado em out 2013. Disponível em <www.youtube.com/watch?v=2Kf7vzRiw0I> Acesso em jul./ 2015.

_____. *Queer o que?* Ativismo e estudos transviados. **Revista CULT**, Dossiê Teoria Queer. São Paulo: Editora Bregantini, n.193, pp. 42-46, 2014.

BCC. *Brazilian Cross-dresser Club*. Disponível em <www.bccclub.com.br> Acesso de ago 2012 até abr 2015.

BECKER, Howard S. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BENEDETTI, Marcos Renato. **Toda feita**: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 12ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

_____. **Questões de sociologia**. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Fim de Século, 2003.

BRETON, David Le. **A Sociologia do corpo**. Tradução de Sonia M. S. Fuhrmann. 4ª ed. – Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2010.

BREWER, John; PORTER, Roy. **Consumption and the world of good**. London: Routledge, 1993.

BRITISH MUSEUM. *Chevalier D'Eon*. Disponível em <www.britishmuseum.org/explore/highlights/highlight_objects/pd/g/george_dance,_chevalier_deon.aspx> Acesso em jun./ 2014.

BUSTELLI, Franz Anton. Disponível em: <www.artnet.com/artists/franz-anton-bustelli> Acesso em abr./ 2015.

BUTLER, Judith. **Corpos de Pesam**. Em: LOURO, Guacira Lopes [org.]. **O corpo educado**: Pedagogia da sexualidade. Autêntica, 1999.

_____. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. 4ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CABRAL, Julieta Vartabedian. **Geografía travesti**: Cuerpos, sexualidad y migraciones de travestis brasileñas (Rio de Janeiro – Barcelona). Tesis (Doctorat en Antropologia Social i Cultural) – Departament d'Antropologia Cultural i Història d'América i Àfrica. 2012.

CADERNOS PAGU. *Quereres*. [online] jan.-jun 2007. n.º 28. Disponível em <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0104-833320070001&lng=en&nrm=iso>

CAMATI, Anna Stegh. Reflexões sobre as linguagens cênicas de Shakespeare: o duplo travestimento em O Mercado de Veneza. Scripta Uniandrade, n° 07, pp. 287-298, 2009.

CARVALHO (2012) Disponível em: <<http://armazemperisc.blogspot.com.br/2012/10/cinco-sentidos.html>> Acesso em abr./ 2015.

CASTILHO, Kathia; MARTINS, Marcelo. **Discursos da moda** – Semiótica, design e corpo. São Paulo: Editora Anhembi Morumbi, 2005.

CHEVALIER, 2013. *Anarchist of stule – The chevalier d’Eon*. Disponível em: www.wornthrough.com/2013/04/02/anarchists-of-style-or-not-the-chevalier-deon Acesso em set./ 2013

CHIDIAC, Maria Teresa Vargas; OLTRAMARI, Leandro Castro. Ser e estar *drag queen*: um estudo sobre a configuração da identidade *queer*. Estudos de Psicologia (Natal), vol. 9, n. 3, pp. 471-478, 2004.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o estado**: pesquisa de antropologia política. Tradução de Theo Santiago. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1986.

CLOSET, *The Celluloid*. Produção e Direção de Rob Epstein e Jeffrey Friedman. Sony Pictures Classics, 1995. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=rhygdCjYrdk Acesso em mai./ 2014.

COLE, Shaun. Queerly visible: gay men, dress and style 1960-2012. Em: STEELE, Valerie. **A queer history of fashion: from the closet to the catwalk**. Yale. Fashion Institute of Technology New York, 2013.

COUTINHO, Laerte. Vestidos de Laerte. Revista CULT, Dossiê Teoria Queer. São Paulo: Editora Bregantini, n.193, pp. 56-59, 2014.

CORSET, Mr Pearl. Disponível em www.corsettraining.net/corset-training/mr-pearl Acesso em dez./ 2013.

COX, Barbara; JONES, Carolyn Sally; STAFFORD, Caroline e David. **Última moda**: uma história ilustrada do belo e do bizarro. Tradução de Laura Schichvarger. São Paulo: Publifolha, 2013.

CRANE, Diana. **A moda e seu papel social** – Classe, gênero e identidade das roupas. Tradução de Cristiana Coimbra. São Paulo: SENAC São Paulo, 2006.

DEFORMANCE (2011). DZI Croquettes (Cena III). Disponível em: <http://deformance.blogspot.com.br/2011/06/dzi-croquettes-cena-iii.html> Acesso em set./ 2015

DIARIO OFICIAL DA UNIÃO. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 2.803 de 19 de novembro de 2013. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=25&data=21/11/2013> Acesso em dez./ 2014

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. **O mundo dos bens**: para uma antropologia do consumo. Tradução de Plínio Dentzien. 2ª ed. – Rio de Janeiro: UFRJ Editora, 2013.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**: ensaio sobre as noções de poluição e tabu. Tradução de Zilda Zakia Pinto. São Paulo: Perspectiva, 2010.

DUQUE, Tiago. **Gêneros incríveis**: identificação, diferenciação e reconhecimento no ato de passar por. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2013. Disponível em: <www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000920509&opt=4>

ECO, Umberto [org.]. **História da beleza**. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2010.

ERNER, Guillaume. **Vítimas da moda?** Como a criamos, por que a seguimos. Tradução de Eric Roland René Heneault. São Paulo: SENAC São Paulo, 2005.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?** Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. Coleção Sexualidade, gênero e sociedade. Homossexualidade e cultura.

FAKIR, Musafar. Disponível em: <www.fakir.org/aboutfakir> Acesso em dez./ 2013.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **A história da sexualidade 1**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 21° [Reimpr.]. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011.

FOLHA DE SÃO PAULO. (2013) Exposição Lady Warhol. Disponível em: <<http://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/12545-exposicao-lady-warhol>> Acesso em Jan 2015

FREYRE, Gilberto. **Modos de homem e modas de mulheres**. 2ª ed. rev. – São Paulo: Global, 2009.

FRINGS, Gini Stephens. **Moda: do conceito ao consumidor**. 9ª ed. – Tradução de Mariana Belloli. Porto Alegre: Bookman, 2012.

GABI, de frente com. Entrevista com Laerte Coutinho – em 12/02/2012. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=uxD1xXvQWYM> Acesso em mar./ 2013.

GADELHA, José Juliano B.. Performance e etnoestética: a montagem como ritual ou como nasce uma *drag queen*. Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder. Florianópolis, 2008. Disponível em www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST61/Jose_Juliano_B_Gadelha_61.pdf

GAY PARADE (2014) Disponível em: <<https://br.pinterest.com/pin/182466222375937067>> Acesso em mar./ 2015.

GOLDENBERG, Mirian [org.]. **O corpo como capital**: estudos sobre gênero, sexualidade e moda na cultura brasileira. 2ª ed. – São Paulo: Estação das letras e Cores, 2010.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2006.

_____. **Comportamento em lugares públicos:** notas sobre a organização social dos ajuntamentos. Tradução de Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva. – Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2010.

_____. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de Márcia Bendeira de Mello Leite Nunes. 4ª ed. – [Reimpr.]. – Rio de Janeiro: LTC, 2012.

GOLDSCHMIDT, Maíra. Trocaram as bolas! A nova androginia faz do belo um gênero acima do masculino e feminino e vira tendência nas passarelas e campanhas de moda. Revista RG, São Paulo, pp. 42-43, mai./ 2013.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? Em: SILVA, Tomaz Tadeu da [org.] **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. 15º ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

HARAWAY, Donna. "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cad. Pagu* [online]. 2004, n.22, pp. 201-246. Disponível em: www.scielo.br/pdf/cpa/n22/n22a09.pdf

HIJRAS. Disponível em <<https://br.pinterest.com/pin/493777546619865398>> Acesso em abr./ 2015

HOGGART, Richard. **As utilizações da cultura:** aspectos da vida da classe trabalhadora, com especiais referências a publicações e divertimentos. Lisboa: Editorial Presença, 1973.

HOLLANDER, Anne. **O sexo e as roupas:** evolução do traje moderno. Tradução de Alexandre Tort. Revisão Técnica Gilda Chataignier. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

HOUBRE, Gabrielle. Traduzido por Vera Lucia Soares. O casamento e as recomposições familiares: o exemplo da relação mãe-filha na França do século XIX. Revista Gênero, Programa de Estudos Pós-Graduados em Políticas Sociais, vol. 5, n. 2, 2005. Disponível em <www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/viewFile/384/288>

I-D. How Jaden Smith and his dress are changing fashion, em 15/04/2015. Disponível em: <https://i-d.vice.com/en_gb/article/how-jaden-smith-and-his-dress-are-changing-fashion?utm_source=idukfb> Acesso em abr. 2015.

INTERATIVE (2011). Nem homem. Nem mulher. Gente. Disponível em: <<http://advivo.com.br/comentario/re-dzi-croquettes-e-lennie-dale-23>> Acesso em set./2015.

JUSBRASIL. Lei 10948/01, de 5 de novembro de 2001: Dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual e dá outras providências. Disponível em: www.jusbrasil.com.br/legislacao/165355/lei-10948-01-sao-paulo-sp Acesso em ago. 2013.

KATZ, Jonathan D. Queer activist fashion. In: STEELE, Valerie. **A queer history of fashion: from the closet to the catwalk**. Yale. Fashion Institute of Technology New York, 2013.

KOGUT, Eliane Chermann. **Cross-dressing masculino**: uma visão psicanalítica da sexualidade cross-dresser. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Núcleo de Psicanálise. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2006.

KOPYTOFF, Igor. The cultural biography of things: commoditization as process. In: APPADURAI, Arjun (org.). **The social life of things: commodities in cultural perspective**. University of Pennsylvania: Cambridge University Press, 1986.

KULICK, Don. **Travesti**: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. Tradução de Cesar Gordon. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero**: a moda e seu destino nas sociedades modernas. Tradução de Maria Lucia Machado. 8° [Reimpr.]. – São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

LOBERT, Rosemary. **A palavra mágica Dzi**: uma resposta difícil de se perguntar – a vida cotidiana de um grupo teatral. UNICAMP. 1979. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Disponível em <www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000056021&fd=y>

LOIZOS, Peter. Vídeo, filme e fotografia como documento de pesquisa. Em: BAUER, Martin W.; GASKELL, George [org.]. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 2° edição Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2003.

LOUIS VUITTON (2016). Disponível em: < www.louisvuitton.com/campagne > Acesso em jan./ 2016.

LOURO, Guacira Lopes. Os estudos feministas, os estudos gays e lésbicos e a teoria queer como políticas de conhecimento. Em: LOPES, Denilson. **Imagem & Diversidade Sexual: estudos da homocultura**. São Paulo: Nojosa edições, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. O potencial político da teoria *queer*: o movimento *queer* que se faz no Brasil encontra espaço e formas de expressão que mantêm o tom provocador inicial. Revista CULT. Dossiê Teoria Queer. São Paulo: Editora Bregantini. 2014, n.193, pp. 36-37.

_____. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. 5° edição Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

LURIE, Alison. **A linguagem das roupas**. Tradução de Ana Luiza Dantas Borges. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

MACARONI CLUB. Homosexuality in eighteenth-century England. Disponível em < <http://rictornorton.co.uk/eighteen/macaroni.htm> > Acesso em abr./ 2015

MAFFESOLI, Michel. **No fundo das aparências**. Tradução de Bertha Halpern Gurovitz. 4ª ed. – Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

MAHANEY, Carolyn. A Verdadeira Beleza. Em DEMOSS, Nancy [Organização]. **Elas por Elas** – O mundo feminino e a Bíblia. Tradução de Jamil Abdalla Filho. São Paulo: Editora Vida, 2005.

MAM, Lady Warhol. (2013) Disponível em <<http://mam.org.br/exposicao/lady-warhol>> Acesso em jan./ 2015.

MARWICK, Arthur. **Uma história da beleza humana**. Tradução Luiz A. de Araújo. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2009.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MCNEIL, Peter. Conspicuous waist: queer dress in the 'long eighteenth century'. Em: STEELE, Valerie. **A queer history of fashion: from the closet to the catwalk**. Yale. Fashion Institute of Technology New York, 2013.

MENDES, Liorcino Léo. Presença LBGT na mídia. Em: VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma [org.]. **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

MEAD, Margaret. **Sexo e temperamento**. Tradução de Rosa Krausz. 5ª ed. – São Paulo: Perspectiva, 2014.

MEC. Ministério da Educação. Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados. [recurso eletrônico] Disponível em <<http://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/NDM0/9f1aa921d96ca1df24a34474cc171f61/NzU=>>> Acesso em abr. /2013.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

METROPOLITAM MUSEUM. Portrait of the actor Nakamura Yasio as an Oiran Standing. Disponível em: <www.metmuseum.org/collection/the-collection-online/search/37164> Acesso em dez. /2015.

MILLER, Daniel. Consumo como cultura material. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 13, n.º28, pp. 33-63, jul/dez 2007. Disponível em www.scielo.br/pdf/ha/v13n28/a03v1328.pdf

MISKOLCI, Richard. A teoria *queer* e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias* [online]. Porto Alegre, ano 11, n.º 21, jan./jun 2009, pp. 150-182.

_____. **Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças**. Cadernos da Diversidade. São Paulo: Editora Autêntica, 2012.

_____. Crítica à hegemonia heterossexual. Revista CULT, Dossiê Teoria Queer. São Paulo: Editora Bregantini, n.º 193, pp. 33-35, 2014.

MODELS. Andrej Pejic. Disponível em: <http://models.com/models/andrej-pejic> Acesso em nov. /2013.

MONNEYRON, Frédéric. **A moda e seus desafios** – 50 questões fundamentais. Tradução de Constância Morel. São Paulo: SENAC São Paulo, 2007.

MOROCCO (1930) Disponível em <www.youtube.com/watch?v=dkXLRI3m18Q> Acesso em 25 mar./2015.

NATIONAL GEOGRAPHIC. The Kabuki Master (2014). Disponível em: <http://travel.nationalgeographic.com/travel/traveler-magazine/photo-contest> Acesso em 15 dez./2014.

NOVIC, Richard. **Alice in Genderland**: a cross-dresser comes of age. E-book, Bloomington: luniverse, 2005.

PARADE, Pride (2009) Disponível em: <www.buzzfeed.com/angelamv/the-31-most-fabulous-gay-pride-parade-looks?sub=2377872_1317137#.be3QelwDMO> Acesso em fev./2015.

PIRES, Beatriz Ferreira. **O corpo como suporte da arte: piercing, implante, escarificação, tatuagem**. São Paulo: SENAC São Paulo, 2005.

PONTES, Heloisa. Modas e modos: uma leitura enviesada de *O espírito das roupas*. *Cad. Pagu* [online]. 2004, n.22, pp. 13-46. Disponível em: www.scielo.br/pdf/cpa/n22/n22a03.pdf

PRECIADO, Beatriz. Multidões *queer*: notas para uma política dos "anormais". Revista Estudos Feministas [online]. 2011, vol.19, n.1, pp. 11-20. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ref/v19n1/a02v19n1.pdf

PRONI, Giampaolo. A semiótica da moda. Em: SORCINELLI, Paolo [org.]. MALFITANO, Alberto. PRONI, Giampaolo [Colaboradores] **Estudar a moda**: Corpos, vestuários, estratégias. Tradução de Renato Ambrosio. São Paulo: SENAC São Paulo, 2008.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2ª ed. – Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013. Disponível em: www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf

PROST, Antoine; VINCENT, Gérard. **História da vida privada**. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

RAMIRES, Luiz. Homofobia na escola: o olhar de um educador social do movimento LGBT. Em: VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma [org.]. **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

RODRIGUES, José Carlos. **Tabu do corpo**. 7. ed., rev. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006. (coleção Antropologia e saúde).

RODRIGUES, Julian. Direitos humanos e diversidade sexual: uma agenda em construção. Em: VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma [org.]. **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

SABINO, Marco. **Dicionário da moda**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

SANTAELLA, Lucia. **Corpo e comunicação: sintoma e cultura**. São Paulo: Paulus Editora, 2004.

SANT'ANNA, Mara Rúbia. **Teoria de moda – Sociedade, imagem e consumo**. Barueri: Estação das Letras, 2007.

SAVAGE, Call her. Gay scene in 1932. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=T6yLDKh24C8> Acesso em jul./ 2014.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **Epistemology of the Closet**. Berkeley, Los Angeles: University of California Press, 1990.

SEFFNER, Fernando. Identidade de gênero, orientação sexual e vulnerabilidade social: pensando algumas situações brasileiras. Em: VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma [org.]. **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

SICAPES. Sistema Integrado Capes. Disponível em: <<http://qualis.capes.gov.br>> Acesso em set./2015.

SIMÕES, Júlio Assis. A sexualidade como questão política e social. Em: ALMEIDA, Heloisa Buarque de. SZWAKO, José [org.]. **Diferenças, igualdades**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009 – (Coleção sociedade em foco: introdução às ciências sociais).

SIMMEL, Georg. O segredo. Traduzido por Simone Carneiro Maldonado. Em *Política e Trabalho*, nº 15. João Pessoa: UFPb, pp. 221-226. 1999. Disponível em <www.cchla.ufpb.br/politicaetrabalho/arquivos/artigo_ed_15/15-simmel.html> Acesso em nov./ 2012.

_____. **Filosofia da moda e outros escritos**. Artur Morão. São Paulo: Texto & Grafia, 2008 (primeira edição em alemão 1905).

SIMPSON, Keila. Travestis: entre a atração e a aversão. Em: VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma [org.]. **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

SOLOMON, Michael R. **O comportamento do consumidor** – Comprando, possuindo e sendo. Tradução de Lene Belon Ribeiro. 7ª ed. – Porto Alegre: Bookman, 2008.

STEELE, Valerie. **Fetichismo** – Moda, sexo e poder. Tradução de Alexandre Abranches Jordão. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

_____. **A queer history of fashion: from the closet to the catwalk**. Yale. Fashion Institute of Technology New York, 2013.

STELARC. Stretched Skin. 2009. Disponível em: <<http://stelarc.org>> Acesso em dez./ 2015.

SOUZA, Gilda de Mello e. **O espírito das roupas: a moda no século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987 (primeira edição em português 1950).

SPOTMAG. Andrej Pejic. Disponível em <<http://spotmag.blogspot.com.br/2011/10/andrej-pejic-homem-ou-mulher.html>> Acesso em nov./ 2013.

SVENDSEN, Lars. **Moda uma filosofia**. Tradução de Maria Luiza Borges. São Paulo: Editora Zahar, 2010.

SWEET TRANSVESTITE. *The Rocky Horror Picture Show*. United States and United Kingdom: 20th Century Fox, 1975, (98 min). Disponível em <www.youtube.com/watch?v=Unl1MxubYN8> Acesso em 23 mar./ 2015.

TAYLOR, Charles [Org.]. **Multiculturalismo** – examinando a política de reconhecimento. Tradução de Marta Machado. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

THE GUARDIAN. *One style suits all as unisex fashion gets on the agender*. Publicado em 18 mar./2015. Disponível em <www.theguardian.com/fashion/shortcuts/2015/mar/18/one-style-suits-all-as-unisex-fashion-gets-on-the-agender> Acesso em jul./ 2015.

THIRD GENDER. India's. Disponível em: <www.theguardian.com/society/gallery/2014/apr/16/india-third-gender-in-pictures#img-3> Acesso em jun./ 2015.

TOLEDO, Daniel. Troca-troca. Disponível em <www.danieltoledo.com.br> (2008). Acesso em fev./ 2014.

TRANS. Disponível em: <www.flickr.com/photos/trannilicious2011/14157386767/in/photostream> Acesso em jul./ 2015.

VELSEN, Van. A Análise situacional e o método de estudo de caso detalhado. Em: BELA, Feldman Bianco [org.]. **Antropologia das sociedades contemporâneas** – métodos. São Paulo: Global, 1987.

VENCATO, Anna Paula. Fora do armário, dentro do closet: o camarim como espaço de transformação. *Cadernos Pagu* [online] jan.-jun 2005, pp. 227-247. Disponível em www.scielo.br/pdf/cpa/n24/n24a11.pdf

_____. **Sapos e princesas**: prazer e segredo entre praticantes de *cross-dressing* no Brasil. São Paulo: Annablume, 2013.

VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma [org.]. **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

VENTUROZA, Isabela. Gênero em Perspectiva. *Revista Sociologia*, São Paulo, Edição 58, pp. 30-34, 2015.

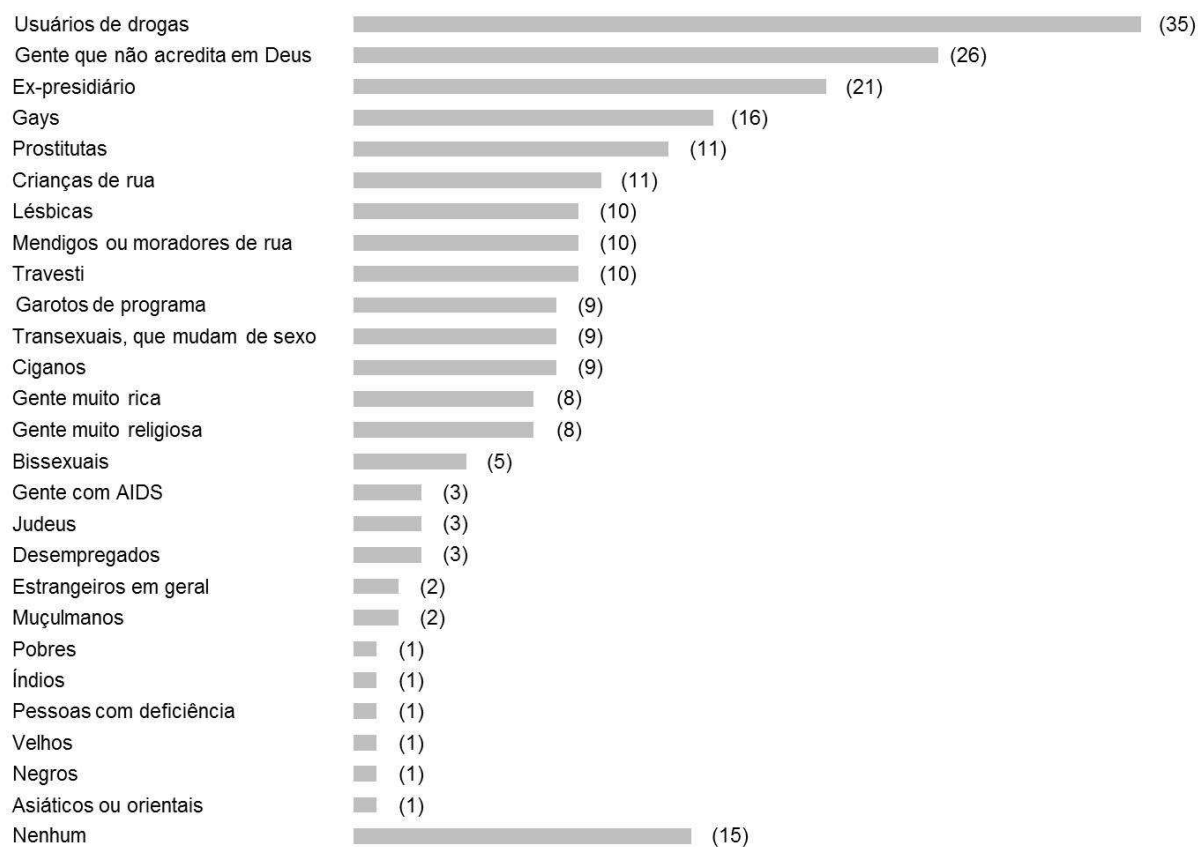
VIGARELLO, Georges. **História da beleza** – O corpo e a arte de se embelezar, do renascimento aos dias de hoje. Tradução de Léo Schlafman. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

VINTAGE DRAG. Disponível em: <www.pinterest.com/pin/467107792573388346> Acesso em mar./ 2015

WARNER, Michael [Org.]. ***Fear of a Queer Planet: queer politics and social theory***. Cultural Politics. Vol. 6. Minneapolis, London: University of Minnesota Press, 1993.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: Planejamento e métodos. Tradução de Daniel Grassi. 2ª ed. – Porto Alegre: Bookman, 2001.

ANEXO A – PESSOAS QUE MENOS GOSTA DE ENCONTRAR



Fonte: Venturi; Bokany (2011, p. 198).